Quinta-feira, 1 de outubro de 2026 **I Série — Número 7**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2026-2027)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos

Secretários: Ex.mos Srs. Maria Germana de Sousa Rocha
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente (Marcos Perestrello) declarou aberta a sessão às 14 horas e 33 minutos.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 36/XVII/2.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 86/XVII/1.ª (GOV).

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se ao debate, com a participação do Governo, sobre os diversos instrumentos da governação económica da União Europeia, designadamente, sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, conforme previsto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, tendo o Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento) proferido a intervenção inicial e, depois, respondido a perguntas dos Deputados Ricardo Carlos (PSD), Nuno Simões de Melo e José Dias Fernandes (CH), Miguel Matos (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Patrícia Gonçalves (L), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Andreia Galvão (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho, que aprova a orgânica do INEM – Autoridade Nacional de Emergência Médica I.P. [Apreciações

Parlamentares n.os 15/XVII/1.ª (L, PCP, BE) e 19/XVII/2.ª (PS)]. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Saúde (Ana Paula Martins), os Deputados Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Andreia Galvão (BE), Sofia Andrade (PS), Patrícia Nascimento (CH), Filipe Sousa (JPP), Joana Cordeiro (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Guimarães (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Pereira (PS) e Pedro dos Santos Frazão (CH). No encerramento do debate, intervieram o Deputado Paulo Muacho (L) e a Ministra da Saúde.

Debateram-se em conjunto, e foram votados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 103/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, e legislação conexa, que foi aprovada; e os Projetos de Lei n.os 760/XVII/2.ª (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano, 764/XVII/2.ª (IL) — Pela verdadeira revogação dos regimes de congelamento de rendas – A ação social é do Estado, não do privado, 767/XVII/2.ª (BE) — Garante rendas acessíveis para promover o direito à habitação (altera a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026), 769/XVII/2.ª (L) — Promove a estabilidade dos contratos de arrendamento para habitação e limita as rendas nos novos contratos e 773/XVII/2.ª (PS) — Cria a garantia pública de segurança no arrendamento habitacional e promove o desenvolvimento do mercado de seguros privados no arrendamento habitacional, que foram rejeitados; juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1253/XVII/2.ª (BE) — Recomenda ao Governo que promova uma política de arrendamento que proteja os inquilinos nos casos de informalidade, 1261/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da resposta pública às situações de vulnerabilidade no arrendamento habitacional e 1272/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de arrendamento que sirva à classe média e às famílias mais vulneráveis, que foram rejeitados. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação (Patrícia Gonçalves Costa) e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Jorge Pinto (L), Marta Martins da Silva (CH), Paula Santos (PCP), Mário Amorim Lopes (IL), Andreia Galvão (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Frederico Francisco (PS), Gonçalo Lage (PSD), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e André Ventura (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 520/XVII/1.ª (CH) — Aumenta o valor relativo ao Complemento Especial de Pensão dos Antigos Combatentes e 235/XVII/1.ª (PCP) — Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes, que foram rejeitados, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 1259/XVII/2.ª (L) — Recomenda ao Governo o aumento do valor da pensão dos antigos combatentes e a revisão do complemento especial de pensão, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Pedro Pessanha (CH), Bruno Vitorino (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Filipe Sousa (JPP), Patrícia Faro (PS), Pedro Pinto (CH), Alfredo Maia (PCP), Miguel Rangel (IL), Liliana Fidalgo (PSD), Inês de Sousa Real (PAN) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 622/XVII/1.ª (PSD) — Reforça as regras de segurança aplicáveis à micromobilidade elétrica e 774/XVII/2.ª (PS) — Reforça a segurança e a proteção dos utilizadores de veículos de micromobilidade elétrica, alterando o Código da Estrada, que foram aprovados, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1264/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da segurança na micromobilidade elétrica, que foi aprovado, e 1273/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de micromobilidade mais segura, garantindo o acesso a capacete a quem se desloca em velocípedes e em veículos de micromobilidade elétrica, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Bruno Faria (PSD), Davide Amado (PS), Ana Martins (CH), Frederico Francisco (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Miguel Rangel (IL), Jorge Pinto (L), Gonçalo Lage (PSD), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Gabriel (CH) e Francisco Covelinhas Lopes (PSD).

Debateram-se, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 511/XVII/1.ª (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, que foi rejeitado, 518/XVII/1.ª (CH) — Revoga a possibilidade de cobrança de comissão de reembolso antecipado nos contratos de crédito à habitação com taxa de juro variável, que foi aprovado, 756/XVII/2.ª (CH) — Cria um regime de proteção dos mutuários em situação de agravamento significativo da taxa de esforço no crédito à habitação própria e permanente, 765/XVII/2.ª (IL) — Torna permanente a isenção de imposto do selo nos mútuos de crédito à habitação renegociados ou transferidos, 766/XVII/2.ª (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e 771/XVII/2.ª (L) — Facilita a amortização e a transferência do crédito à habitação própria e permanente, eliminando a comissão na taxa variável e limitando a compensação na taxa fixa, que foram rejeitados, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1252/XVII/2.ª (BE) — Travão Caixa: travar os juros do crédito à habitação, que foi rejeitado, 1262/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da liberdade de escolha dos seguros associados ao crédito à habitação, que foi aprovado, e 1271/XVII/2.ª — (PAN) Pelo alargamento a todos os contratos à possibilidade de dedução de gastos com a prestação de crédito à habitação em sede de IRS, que foi rejeitado. Proferiram intervenções os Deputados Paula Santos (PCP), Célia Freire (PSD), Francisco Gomes (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Andreia Galvão (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Pereira (PS), Ricardo Moreira (CH), Rui Rocha Pereira (PSD), Marina Gonçalves (PS) e Pedro Pinto (CH).

Procedeu-se à discussão e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 722/XVII/1.ª (CDS-PP) — Reforça a autonomia para a contratação de professores por estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, alterando o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, a solicitar a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 30 dias, 761/XVII/2.ª (PCP) — Reforço dos direitos dos docentes do ensino particular e cooperativo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro), que foi rejeitado, 763/XVII/2.ª (IL) — Cria um regime excecional de autonomia dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo através do recurso à contratação de docentes, através da alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, tendo sido aprovado um requerimento, a pedido do proponente, a solicitar a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, e 772/XVII/2.ª (L) — Garante pessoal não docente suficiente nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo financiados pelo Estado, que foi rejeitado; e dos Projetos de Resolução n.os 1245/XVII/2.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço das vagas nos mestrados em Ensino e a agilização da profissionalização em serviço dos professores contratados, 1260/XVII/2.ª (L) — Valorização dos educadores de infância: financiamento público da creche e a garantia de salários dignos e 1265/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reforce a indução profissional e o trabalho em equipas pedagógicas, no ensino público e no ensino particular e cooperativo, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), José Barreira Soares (CH), Paula Santos (PCP), Joana Cordeiro (IL), Filipa Pinto (L), Manuela Tender (CH), Rosa

Isabel Cruz (PS), Ana Silveira (PSD), Filipe Sousa (JPP), Liliana Sousa (PSD) e Porfírio Silva (PS).

Foram aprovadas as partes deliberativas (*a*) dos Projetos de Voto n.os 746/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento do Prof. Dr. Walter Friedrich Alfred Osswald e 747/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento da Embaixadora Ana Maria Ribeiro da Silva.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 743/XVII/1.ª (PAR) — De pesar pela morte de Jorge Palma, cuja parte deliberativa (*a*) foi aprovada, com aclamação. De seguida, a Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Foi ainda aprovada a parte deliberativa (*a*) do Projeto de Voto n.º 758/XVII/1.ª (Comissão de Direitos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De congratulação pelos 50 anos de adesão de Portugal ao Conselho da Europa.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 37/XVII/2.ª (PAR) — Composição da Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliação da intervenção de Luís Neves enquanto diretor da Polícia Judiciária durante todos os seus mandatos (2018-2026) e eventual responsabilidade de membros do Governo que o nomearam e tutelaram.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 1311/XVII/2.ª (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho – "Aprova a orgânica do INEM — Autoridade Nacional de Emergência Médica, I.P."

Foi aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 2027.

Em votação final, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 1186/XVII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo que promova a inclusão do Porto de Vila Nova, na Ilha Terceira, no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar de um Deputado do CH.

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 21 horas e 6 minutos.

(*a*) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Boa tarde. Peço aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, para podermos iniciar a sessão. Declaro aberta a sessão parlamentar de hoje.

Eram 14 horas e 33 minutos.

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade a abertura das galerias.

Para um conjunto de informações a prestar à Câmara, tem a palavra a Sr.ª Secretária da Mesa.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que já se encontram disponíveis no portal da Assembleia da República as iniciativas que deram entrada na Mesa, desde a última sessão.

Nos termos do Parecer n.º 15 da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, de 7 de setembro de 2026, informa-se sobre as seguintes retomas de mandato: Miguel de Oliveira Pires da Costa de Matos, do círculo eleitoral de Lisboa, no dia 30 de setembro, inclusive, e Fabian Filipe Figueiredo, do círculo eleitoral de Lisboa, no dia 1 de outubro, inclusive.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, peço silêncio, por favor.

O ponto 1 da ordem do dia consiste na votação do Projeto de Deliberação n.º 36/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 86/XVII/1.ª (GOV). Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do JPP.

Passamos ao ponto 2 da ordem de trabalhos, que é o debate, com a participação do Governo, sobre os diversos instrumentos da governação económica da União Europeia, designadamente sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, conforme previsto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Para a intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, a quem dou, naturalmente, as boas-vindas, em nome da Câmara.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Joaquim Miranda Sarmento): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Desde o fim da pandemia, as finanças públicas portuguesas encetaram uma trajetória de consolidação e equilíbrio orçamental.

Tivemos três anos seguidos de excedentes orçamentais e uma redução, em 2025, da dívida pública para um valor inferior a 90 % do PIB (produto interno bruto).

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — As contas públicas apresentam assim, hoje, uma forte robustez.

Quando olhamos para o excedente orçamental de 2024 e de 2025, 0,7 % do PIB em ambos os anos, importa também considerar que este excedente comportou um conjunto de despesas que são temporárias, no sentido em que ocorrem apenas uma vez, como as decisões judiciais, têm um período definido, como os empréstimos PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e o apoio à Ucrânia, ou são de decisão discricionária, como o suplemento extraordinário das pensões.

Considerando estes efeitos, Portugal atingiu um excedente orçamental em 2024 e 2025 de 1,2 % do PIB. Sem estas despesas temporárias, o saldo primário está acima dos 3 % do PIB.

Em 2026, com o efeito do comboio de tempestades e a crise do Irão, prevemos um saldo orçamental nulo, mas, retirando essas componentes, os empréstimos PRR e o suplemento dos pensionistas, continua acima de 1 % do PIB.

Estes saldos orçamentais têm resultado naturalmente do efeito do ciclo económico na receita fiscal e contributiva, mas também de um controlo da despesa pública.

Ao contrário do que tem sido afirmado por alguns, que se enganaram redondamente nas previsões orçamentais para 2025 e 2026, quando se olha para o indicador mais importante da despesa, a despesa corrente primária — isto é, a despesa sem juros e investimentos; de forma simples, a despesa de funcionamento do Estado —, verifica-se que, em 2025, a despesa corrente primária cresceu 5,9 %, o que é inferior ao crescimento de 6 % do PIB nominal. A despesa corrente primária está a crescer abaixo do PIB nominal.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, a despesa pública está, de facto, controlada.

Em termos da carga fiscal de impostos, esta reduziu-se de 24,9 % do PIB, em 2023, para 24,4 % do PIB, em 2025, prevendo-se uma redução também em 2026 e 2027. Este é um dado objetivo da estratégia do Governo em prosseguir o alívio fiscal das famílias e das empresas.

Já as contribuições para a segurança social, ao crescerem em média 9 % ao ano, cresceram acima do PIB nominal, e é isso que faz com que a carga fiscal total se agrave, entre 2023 e 2026.

Na parte discricionária da atuação do Governo, tivemos cinco reduções de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) desde abril de 2024, totalizando 2,4 mil milhões de euros, além da redução da taxa de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) de 21 % para 17 %, o que totaliza 1,2 mil milhões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Criámos também a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e imposto de selo na compra da primeira habitação por parte dos jovens até aos 35 anos, com um custo próximo de 200 milhões, e avançámos com medidas fiscais na habitação, com um custo próximo de 300 milhões.

No total, este Governo já abaixou os impostos em cerca de 4 mil milhões de euros.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a trajetória da despesa líquida, que exclui juros, despesa financiada por fundos europeus, despesa cíclica do subsídio de desemprego e decisões judiciais, bem como catástrofes, mas considera medidas discricionárias de receita, isto é, subidas e descidas de impostos, é um indicador e não uma regra.

A regra é a conta de controlo, que permite que cada país tenha um desvio anual de 0,3 % do PIB e um desvio acumulado de 0,6 % do PIB, para o período de 2024 a 2028. Refira-se que o não-cumprimento destes limites só gera uma possível abertura de um PDE (Procedimento Défice Excessivo), se Portugal tiver um défice acima de 0,5 % do PIB.

Temos manifestado muitas dúvidas sobre as regras orçamentais, mas, sobretudo, sobre a inclusão das medidas discricionárias de receita no cálculo da despesa líquida, por duas razões: primeiro, por não serem estruturais e, segundo, pela enorme dificuldade estimativa do impacto destas medidas, além de que a Comissão Europeia decidiu avançar com regras orçamentais sem definir uma metodologia clara.

Adicionalmente, a variação da despesa líquida conta com despesas temporárias e extraordinárias, como os empréstimos PRR, o apoio à Ucrânia e o suplemento dos pensionistas. Sem estas variações, a despesa líquida está dentro da margem de 0,6 %.

Quando olhamos para as contas públicas, devemos preocupar-nos apenas com…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E os combustíveis?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Baixam os impostos ou não?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Menos barulho!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao período de perguntas dos partidos.

Tem a palavra, para uma primeira pergunta, o Sr. Deputado Ricardo Carlos, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, estamos aqui hoje para debater a governação económica e também para falar da Europa e, Sr. Ministro, não há forma de começar, a não ser pela macroeconomia.

Hoje, a economia portuguesa é vista na Europa como um exemplo,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … crescendo de forma sustentada e acima da média europeia.

Aplausos do PSD.

A política orçamental levada a cabo pelos governantes da AD (Aliança Democrática) é de contas certas, sim, mas é também de contas justas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos**: — O rigor orçamental é exigente, mas não é cego, como outrora.

Estamos a alcançar níveis históricos de investimento público, superando já os 3 % do PIB, sendo o maior valor desde 2011 — repito, 2011 —, e conseguimos fazê-lo ao mesmo tempo que diminuímos a carga fiscal, que já vai em cerca de 3 mil milhões de euros, sem aumentar um único imposto.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Mantemos o investimento fundamental, garantindo o futuro do País e, pelo segundo ano consecutivo, atingindo um excedente orçamental de 0,7 %. É, sim, uma marca histórica para o nosso País.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — A nossa dívida pública está, pela primeira vez desde 2009, abaixo dos 90 %…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … e é graças a esta credibilidade que Portugal se financia há 10 anos nos mercados internacionais a custos inferiores a outros Estados-Membros, como Espanha, Itália, França ou até os Estados Unidos da América.

Naturalmente, perante este sucesso, temos uma oposição pouco responsável, uma oposição que prefere alinhar por derivas orçamentais radicais, sugerindo que seja melhor endividar mais o País do que proteger as futuras gerações, e já sabemos aonde estas irresponsabilidades nos levaram no passado.

Mas, para além deste radicalismo orçamental, temos também um ressabiamento, diria. Refiro-me aos eternos profetas da desgraça, que, no passado, construíram a sua aura à volta de cativações cegas…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … que asfixiaram os serviços públicos e que hoje, sentados em confortáveis cadeiras, tentam atacar o Governo, como se não conhecessem o que se passou no passado.

Aplausos do PSD.

Portugal efetivamente não precisa de afirmações messiânicas, porque os portugueses não se deixam enganar;…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … os portugueses sabem que podem confiar na AD e no Governo da AD.

Parece-me claro, mas questiono-o desde já sobre isto, Sr. Ministro, que podemos dizer, até afirmar, que as previsões falharam redondamente e que teremos, em 2026, mais um excedente orçamental.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Se for assim, apenas se confirma o pouco talento de alguns políticos do passado,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, o Centeno falhou?!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … que hoje se dedicam a uma enorme poesia económica e financeira…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — … e ao comentário fácil e irresponsável.

Aplausos do PSD.

Sr. Ministro, passando agora da macroeconomia para o nosso plano europeu, é claro que a União Europeia enfrenta grandes desafios. O nosso mercado único devia ser a nossa maior vantagem competitiva, mas não o é, infelizmente. Há persistentes barreiras gigantescas, com a fragmentação dos mercados de capitais, os custos energéticos elevados e a dificuldade de financiamento das nossas empresas.

Após os relatórios Letta e Draghi, a questão já não é saber qual é o diagnóstico, a questão é se a Europa tem coragem para executar as soluções que estão mais do que identificadas.

Para Portugal, é fundamental simplificar a regulamentação, reduzir obstáculos no licenciamento, promover o capital de risco e reforçar a rede elétrica ibérica.

Neste enquadramento, a União da Poupança e dos Investimentos e o chamado «28.º regime» assumem um papel vital, um papel fundamental. Uma vez que as nossas empresas não podem continuar exclusivamente dependentes do crédito bancário tradicional, precisam de escala europeia, precisam de regras uniformes que reduzam os custos de contexto.

Menos fragmentação significa mais investimento europeu — investimento europeu nas empresas europeias, que é, aqui, fundamental.

Tendo em conta esta missão europeia, que exige, naturalmente, o investimento no próximo Quadro Financeiro Plurianual, questionava, Sr. Ministro, se, perante o arrastar burocrático de Bruxelas, considera o Governo que a União Europeia está a avançar com a rapidez e escala necessárias para integrar os mercados de energia e de capital e, sendo Portugal um apoiante deste novo «28.º regime», como é que podemos garantir, na prática e de forma efetiva, que este enquadramento não é apenas mais uma peça legislativa europeia, mas sim uma ferramenta real para as empresas portuguesas ganharem escala e conseguirem competir globalmente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente e, pedindo já desculpa pelo estado da minha voz, Sr. Deputado Ricardo Carlos, começando pela parte final, a União Europeia precisa de cada vez mais integração.

A União Europeia tem os dois relatórios que referiu, o Relatório Draghi e o Relatório Letta, que indicam caminhos e medidas, e, há sensivelmente um ano e meio, no início de 2025, a Comissão Europeia apresentou um programa muito ambicioso de reformas, a que chamou *Competitiveness Compass*.

Infelizmente, a velocidade não tem sido aquela que seria desejável. Sabemos que a União Europeia tem processos de decisão que são lentos, pela própria natureza da sua constituição a 27. Também sabemos que, no sector público, essa lentidão de tomada de decisão não é exclusiva da União Europeia; quando olhamos para os Estados Unidos, na área pública é cada vez mais difícil fazer passar decisões no Congresso ou no Senado.

Contudo, a Europa precisa de avançar e precisa de avançar para uma maior integração dos seus mercados financeiros, para uma união bancária e para uma união de mercado de capitais. Aí, saúdo o trabalho da Comissária Maria Luís Albuquerque e espero que possa, muito em breve, pelo menos, concluir a integração dos mercados financeiros. A Europa precisa de avançar noutras áreas: reduzir a burocracia e a regulação e simplificar os processos. Portanto, há um longo caminho.

A Europa tem hoje cada vez mais dificuldade em competir com os outros dois grandes blocos: os Estados Unidos e a China. Se eu pudesse sumarizar, em poucas palavras, a situação destes três grandes blocos, eu diria que os Estados Unidos precisam de poupar mais, devido aos défices que têm, a China precisa de consumir mais e a Europa precisa de investir mais. É exatamente aí que tem de estar o ponto central.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sobre as nossas finanças públicas, creio que há três aspetos fundamentais que temos de preservar, a todo o custo.

O primeiro é continuar a reduzir a dívida pública.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Nós temos de chegar ao final da década com uma dívida pública, pelo menos, nos 80 %.

O segundo aspeto é ter um controlo sobre a despesa corrente primária. Como eu disse, quando excluirmos o efeito do PRR, chegaremos ao final de 2026 com uma despesa corrente primária, em percentagem do PIB, em linha com aquilo que tínhamos em 2024. Falta saber qual será a revisão do PIB, que acontecerá em março, sobretudo do PIB nominal, que é a variável fundamental em finanças públicas.

Portanto, quanto a este misticismo que se criou de descontrolo da despesa, gostaria de dizer que temos muita despesa em 2025 e 2026, mas é sobretudo despesa de investimento — uma parte é do PRR, outra é de fundos nacionais para a habitação, para os transportes e para a mobilidade, entre outras áreas.

O terceiro aspeto é, enquanto o ciclo económico for de expansão e de pleno emprego, manter ligeiros excedentes orçamentais,…

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … que é aquilo que nos permitirá, um dia em que haja uma crise, poder deixar os estabilizadores automáticos atuarem e o País não ficar na situação em que ficou em 2001 e em 2011, quando as crises bateram à porta e os Governos do Partido Socialista não tinham preparado o futuro para esse embate.

Aplausos do PSD.

Por último, falou de previsões. Nós andámos quase dois anos com o mantra de que este Governo colocaria, já em 2025, o País em défice.

Risos do Deputado do PSD Ricardo Carlos.

Muitos disseram isso e nós acabámos com um défice de 0,1 e com um superávite de 0,7.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Uma fartura!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Faço esta conta simples. Essas previsões de défice não contavam, em 2025, com o suplemento de pensões e com a descida do IRS. Então, temos uma diferença de, pelo menos, 1 ponto percentual do PIB. Depois, previam para 2026 um défice de 1,3 %, que não contava com as tempestades,…

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … com a crise do Irão, com o suplemento para os pensionistas, com a descida do IRS, nem com a execução a 100 % do PRR.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Vamos ter um saldo de zero. É um erro de previsão de, pelo menos, 2,5 pontos percentuais do PIB. Talvez seja daí que depois nascem números fantasiosos sobre aquilo que vai acontecer no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para dirigir as suas perguntas ao Sr. Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Europa está em guerra. A realidade conflitual que vivemos não nos permite o luxo do tempo, nem qualquer falha no aproveitamento de oportunidades de investimento.

A governação económica da União Europeia está, finalmente, a dar atenção ao reforço das capacidades de defesa. O SAFE (Security Action for Europe) e os fundos estruturais devem permitir abrir portas à inovação e ao desenvolvimento de um complexo industrial robusto.

Para garantirmos a defesa nacional, precisamos de uma indústria de defesa forte. No entanto, enfrentamos um mercado de carbono insano, que está a empurrar as empresas para fora da Europa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — A razão disso está nos encargos exacerbados e muitas vezes imprevisíveis do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço.

A questão é óbvia: que governação económica é esta? A Comissão Europeia é incoerente nas suas prioridades, pois prejudica sectores vitais, que afirma defender.

Portugal não pode deixar passar mais uma oportunidade.

Sr. Ministro, deixo algumas questões diretas.

Primeira: como pretende aplicar os fundos no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, num ambiente industrial e empresarial sufocado em burocracias?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Segunda: qual será a resposta governativa para a fuga de empresas por conta das políticas ambientais europeias?

Terceira: de acordo com um ministro ganês, Portugal poderá aceitar as suas exigências em matérias da chamada «reparação histórica».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — O nosso Governo diz que não é verdade. Quem mente, Sr. Ministro? Se acaso estiver a ser equacionado, só há um pensamento possível: traição!

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, com a guerra à nossa porta ou já cá dentro, abandonem-se as perigosas derivas globalistas e ponha-se sempre Portugal primeiro!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ainda dentro do tempo do Chega, tem a palavra, para colocar as suas questões, o Sr. Deputado José Fernandes.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, quando falamos de objetivos, é evidente que a governação económica da União Europeia pretende assegurar a sustentabilidade económica, e agora também tem um foco bastante acentuado na competitividade europeia. Deste modo, é curiosa a contradição.

Por um lado, temos a incoerência de uma Comissão Europeia que apela ao desenvolvimento económico e à urgente necessidade de melhorar e aumentar a competitividade europeia, ao mesmo tempo que asfixia esse objetivo, com as suas políticas ambientais ineficientes, defendidas pelo seu histerismo climático.

Por outro, temos um Governo que apela aos portugueses para reduzirem o consumo de combustíveis a meio de uma crise, mas acredita ser perfeitamente razoável manter o descongelamento da taxa de carbono, levado a cabo para seguir as políticas ambientais e orientações europeias.

A somar aos preços exorbitantes dos combustíveis e às indústrias sufocadas e empurradas para fora da Europa por conta da fiscalidade verde, temos um Governo que lucrou, este ano, 763 milhões de euros com a taxa de carbono e uma Comissão Europeia que constantemente exorta os Estados-Membros a acabar com os descontos e os benefícios fiscais nos combustíveis.

A minha primeira pergunta é: quando o Estado fala de sustentabilidade e prosperidade económica, está a falar só de si mesmo? É que tem feito escolhas que trazem mais receitas para o Estado e penalizam os portugueses.

Quero deixar claro que, para o Chega, se tivermos de escolher entre a vontade de Bruxelas e os portugueses, nós escolheremos sempre os portugueses.

Temos assistido, por parte do Governo, a uma tendência de gastos sem critério, desperdiçando o potencial enorme que o PRR trazia para o desenvolvimento económico do nosso País.

Pergunto se, efetivamente, considera o Sr. Ministro que fez bom uso desse instrumento de governação económica para fortalecer o tecido económico português ou se as escolhas feitas apenas aumentaram a dependência de Portugal dos fundos europeus.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados Nuno Simões de Melo e José Dias Fernandes, falou-se de defesa e é, de facto, neste momento, uma das prioridades. Nós sabemos bem das

ameaças que a Europa tem, algumas convencionais, outras menos convencionais. Também sabemos dos riscos geopolíticos e dos possíveis choques que podem ocorrer nos próximos anos.

A Europa está a fazer esse esforço e Portugal também, com o SAFE, com o investimento em defesa, com a melhoria das condições de atração de pessoas para as nossas Forças Armadas, mas, de facto, é um esforço muito grande.

Nós temos defendido, no Eurogrupo e no ECOFIN (Conselho dos Ministros de Economia e Finanças dos Países da União Europeia), que a Europa deveria pensar num mecanismo de dívida comum para bens públicos europeus, sendo a defesa um dos principais, mas também na parte das infraestruturas, na parte da inteligência artificial e da transição tecnológica e na parte da transição energética. De facto, a Europa tem de fazer esse esforço.

Por isso é que eu dizia, na resposta ao Sr. Deputado do PSD, que as palavras que melhor definem aquilo de que a Europa precisa para os próximos anos são «investimento público e privado».

Tocando no segundo ponto que o Sr. Deputado referiu, e tal como também já tinha dito, a Europa precisa de simplificação, precisa de reduzir a sua burocracia e a sua regulação, para permitir mais empreendedorismo, empresas com maior escala e maior inovação, e precisa de mercados financeiros integrados, porque, obviamente, este investimento público e privado tem de ser financiado.

A Europa tem hoje mais níveis de poupança do que tem de investimento, o que significa que parte dessa poupança está a ir para outros blocos, nomeadamente para os Estados Unidos, e é essa poupança que nós temos de redirecionar para as empresas e para os Estados europeus.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD) — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Depois, falou sobre reparações históricas. Sr. Deputado, além de eu não conseguir ver qualquer nexo de causalidade, qualquer nexo de relação, entre este debate e esse tema, deixo, no entanto, uma sugestão ao Sr. Deputado e, se me permite, alargo-a também ao Sr. Deputado André Ventura: se um dia receber um *e-mail* do príncipe da Nigéria, apague-o.

Aplausos e risos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vais chorar, Pedro?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fico curioso para saber qual é a decisão da Mesa sobre a qual o Sr. Deputado pretende interpelar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma interpelação à Mesa, mesmo, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. Presidente não viu, porque aí de cima não se consegue ver, mas o Sr. Ministro das Finanças esteve o tempo todo, durante as duas intervenções dos Deputados do Chega, ou à conversa com o Sr. Secretário de Estado ou ao telefone. Portanto, não ouviu as perguntas.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Como ainda dispõe de 2 minutos e 17 segundos, podia responder aos Deputados, caso contrário é uma falta de respeito o que o Sr. Ministro está a fazer aos Deputados.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD e da Deputada do L Filipa Pinto e contraprotestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Como o Sr. Deputado muito bem assinalou, daqui realmente não se vê. Também como o Sr. Deputado muito bem sabe, durante as intervenções dos diferentes participantes no debate parlamentar, os Deputados vão falando com quem entendem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma falta de respeito!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças quer utilizar o resto do tempo?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Simões de Melo e Sr. Deputado José Dias Fernandes, eu citei os dois e disse que iria responder em conjunto às questões.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não respondeu porque não ouviu as questões!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Deduzo que o Sr. Deputado Pedro Pinto ache que eu não consigo fazer mais que uma coisa ao mesmo tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu não consigo!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Pronto, paciência. O Sr. Deputado, se calhar, não consegue, não sei.

Aplausos e risos do PSD.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, se eu trouxe o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, foi porque achei que ele era útil para o debate.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — E estava exatamente a fazer-lhe algumas questões, para preparar a minha resposta.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não sabe o que há de dizer!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Não sei o que hei de dizer. Sr. Deputado, às vezes, não sei. Há dias, ouvi o ex-Presidente González definir os populistas, e eu acho que a definição dele é excelente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não responde às perguntas! Seis perguntas!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — O Presidente González disse que um populista é alguém que não sabe que não sabe.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responda às perguntas!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Deputado, perguntaram-me sobre defesa, sobre simplificação e sobre transição energética, e eu respondi. Até me perguntaram sobre o Gana e sobre as reparações históricas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não responde às outras perguntas!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … num debate sobre a governação económica europeia, e, olhe, eu também respondi, veja lá.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não respondeu, não!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao partido seguinte, desta feita o Partido Socialista.

Para colocar as suas questões, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos. Bem-vindo de volta, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, por lei, este debate deveria acontecer todos os anos, mas há quatro anos que não acontece. Nós, até 2024, ainda tínhamos o debate anual do Programa de Estabilidade, mas as regras europeias mudaram, o nome do programa mudou e essa foi a desculpa perfeita para estarmos dois anos sem debater este assunto.

Por isso, até que enfim. Até que enfim, porque a Europa permite-nos fazer a prova do algodão do estado das contas públicas, e permite-nos pôr a nu algumas verdades inconvenientes do debate orçamental. Ou melhor, nem é bem a Europa, é o que o Governo diz à Europa.

Já todos ouvimos a AD dizer que, em dois anos, não aumentou um único imposto, que qualquer aumento de impostos tem de vir ao Parlamento. É curioso: de hoje a uma semana, vamos debater uma proposta do Governo que renova o intervalo dos limiares no qual o Governo pode definir o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) sem vir à Assembleia.

Talvez, aí, os Deputados do PSD se apercebam, finalmente, de que o Governo pode, e, por duas vezes, usou esse intervalo, em 2024 e em 2025, para, sem ir à Assembleia, aumentar o ISP.

Aplausos do PS.

São 10 cêntimos no gasóleo, são 6 cêntimos na gasolina que os portugueses pagam a mais, todos os dias, por ação deste Governo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso é o que devias ter feito, quando eras Governo, e não fizeste!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas é aqui que a Europa vem mesmo a calhar. Ou não? Depende da perspetiva, Sr. Ministro. É que o mesmo Governo que, em Portugal, diz que não aumenta impostos, para Bruxelas escreve a dizer que os aumenta. E não estou a falar de aumentos de receitas. O Governo confessa mesmo ter tomado — há bocadinho, usou a expressão e percebo que conteste a utilização das regras orçamentais — uma «medida discricionária de receita». Vou traduzir para português: é uma decisão do Governo para aumentar os impostos em 712 milhões de euros.

Aplausos do PS.

E o Governo não confessa este aumento de impostos porque quer — percebo, é chato, Sr. Ministro —, confessa porque precisa. Precisa de o fazer, para cumprir com as regras orçamentais. E precisa à grande!

Aliás, nem a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) nem o Conselho das Finanças Públicas concordam com o Governo. Dizem «sim, o Governo aumentou os impostos, mas não foi no valor que diz». Não são 712 milhões de euros, são só 262 milhões num caso, ou no outro dizem que são 187.

É, de facto, impressionante isto. Nós temos três números diferentes para ilustrar um Governo de duas faces. Um Governo que diz uma coisa em Portugal, mas em Bruxelas diz outra.

Aplausos do PS.

Portanto, Sr. Ministro, vai ter agora a oportunidade perfeita de esclarecer: afinal, quanto valeu o aumento de 6,10 cêntimos no ISP? Valeu 187, 262 ou 712 milhões de euros?

Contudo, Sr. Presidente, o que não me deixa tranquilo, o que não deixa tranquilo o PS é o Governo precisar de fazer isto. Nós já sabíamos que tinham esbanjado o excedente que herdaram, mas há quem ache que não há problema nenhum em esbanjar o excedente, desde que não haja défice. Nós sabemos que, hoje, as cativações que tanto criticaram este ano nunca foram tão grandes.

Risos da IL.

Sabemos, aliás, que o investimento público, de que tanto falaram, teve a pior taxa de execução dos últimos 10 anos. Sabemos como atrasaram e cortaram os orçamentos dos hospitais, fazendo com que não só tenhamos tido um aumento das listas de espera, como, pela primeira vez em muitos anos, tenhamos menos cirurgias e menos consultas, Sr. Ministro. É uma grande proeza da sua gestão orçamental.

E, como se a verdade não importasse, gabam-se de reduções do IRS, quando, na verdade, uma grande parte das reduções de que VV. Ex.as falam herdaram do Governo Socialista, e em relação a outras partes, já no Governo, votaram contra.

Aplausos do PS.

Tudo isto para, mesmo assim, falhar as metas orçamentais acordadas com Bruxelas. A questão, Sr. Ministro, é: «Onde foi parar o dinheiro?». Quando, hoje em dia, nos diz que a opção é entre ficar de braços cruzados ou a bancarrota, que não há dinheiro para apoiar os portugueses e as empresas portuguesas, em relação ao custo de vida, a pergunta é: «Onde vai parar o dinheiro?».

Quando nenhuma das instituições concorda com as suas previsões de despesa líquida primária, a pergunta que temos de fazer a si é: «Onde foi parar o dinheiro?». O dinheiro, Sr. Presidente, perdeu-se. Perdeu-se num conjunto de más escolhas deste Governo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi parar ao PS!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E é, precisamente, para isso que esta lei manda fazer este debate todos os anos,…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

… porque VV. Ex.as dizem à Europa a verdade e dizem mentiras aqui. E são preciso debates como este para pôr a…

Por ter excedido o seu tempo, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é que vão votar o Orçamento? É só conversa!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, o Parlamento é que agenda estes debates. Eu, quando era líder parlamentar, ainda poderia ter alguma responsabilidade. Agora, não posso ter.

Depois, o Sr. Deputado falou sobre aumentarmos os impostos. Eu entendo que o Sr. Deputado se esteja a esquecer de dois aspetos que me parecem relevantes. O primeiro é que, quando os senhores terminaram a redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) zero nos bens alimentares, também fizeram aumento de impostos, mas não vieram ao Parlamento. É isso que o Sr. Deputado está a dizer.

Porém, o Sr. Deputado também não diz porque é que, em 2022, com uma maioria absoluta, o desconto era temporário e não definitivo.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É verdade!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Porque é que os senhores o fizeram temporário?

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Porque é que não o fizeram definitivo?

Portanto, Sr. Deputado, não houve qualquer aumento de impostos desde abril de 2024.

O Sr. Deputado fala em três números. Há três números de estimativa. Ó Sr. Deputado, se há um número da UTAO, um número do CFP (Conselho das Finanças Públicas) e um número do Governo, é normal que haja três números.

Risos do Deputado do PSD Ricardo Carlos.

É assim em todas as variáveis. Uma dessas entidades, por acaso, até fez previsões de saldo orçamental e, olhe, não lhe tem corrido lá muito bem.

Risos e aplausos de Deputados do PSD.

Depois, o Sr. Deputado falou sobre as regras orçamentais. Sr. Deputado, toda a estrutura das regras orçamentais — e estou à vontade, porque elas foram decididas antes de abril de 2024, portanto não participei nessa discussão no Eurogrupo e ECOFIN — se centra na análise de sustentabilidade da dívida, na DSA (Análise de Sustentabilidade da Dívida). E o que é que acordámos com Bruxelas? Acordámos esta linha azul.

Neste momento, o orador exibiu um gráfico.

O que é que estamos a fazer? Esta linha verde. Para ter uma ideia, em 2025, acordámos, no plano orçamental, uma dívida pública de 93,3 % do PIB.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Fechámos com 89,2 %. Estamos 4 — quatro! — pontos percentuais do PIB, na dívida, abaixo da nossa trajetória no plano orçamental de médio prazo, que entregámos para o intervalo de 2024 a 2028.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Tudo o resto, Sr. Deputado, peço desculpa, mas apenas mostra que o Sr. Deputado não entendeu ou não quer entender — posso admitir a segunda — como é que funcionam as regras e como é que funciona a conta de controlo.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Depois, falou em esbanjar excedente. Ó Sr. Deputado, retire todas as medidas temporárias, retire os empréstimos PRR, retire o suplemento de pensionistas, que é temporário,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… retire as decisões judiciais, o apoio à Ucrânia e, este ano, o efeito das tempestades e da crise do Irão…

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

… e, Sr. Deputado, nós temos, em 2024, em 2025 e em 2026, excedentes orçamentais acima de 1 %.

Porém, depois o Sr. Deputado cai nesta contradição. O Sr. Deputado quer excedentes orçamentais muito elevados e, depois, quer medidas. Ó Sr. Deputado, ou uma coisa ou outra: não dá para ter as duas.

O Sr. **Almiro Morreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Claro!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Depois, falou do investimento público. O investimento público, este ano, andará em torno de 3 % do PIB, mesmo retirando…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E a execução?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Não, não, a execução! O investimento, até junho, estava a crescer 35 %, 30 %, em contas nacionais.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Isso não é uma taxa de execução!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Deputado, o investimento em pública está a crescer 50 %. Nós vamos ter, este ano, mesmo sem PRR, o maior investimento público desde 2011, mesmo sem considerar o PRR.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não sabe o que é uma taxa de execução?!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Então, Sr. Deputado, neste momento, em pública, a taxa de execução, até julho, era superior àquilo que estava previsto no Orçamento. É tão simples quanto isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É, mas ele não sabe!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Depois, o Sr. Deputado fala na saúde. Ó Sr. Deputado, por uma vez entenda-se. O Sr. Deputado, uns dias, fala de descontrolo da despesa na saúde, nos outros dias diz que eu faço cortes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Centeno é o mentor!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Ó Sr. Deputado, tem de afinar a narrativa: ou é uma coisa ou é outra. As duas ao mesmo tempo é que não é possível.

Sr. Deputado, para terminar, relativamente aos apoios aos portugueses, o Sr. Deputado é contra a redução do IRS? Tem a possibilidade, no dia 7, de votar contra.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — É contra os suplementos dos pensionistas?

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Essa decisão não veio ao Parlamento, é verdade. Mas é contra? Sr. Deputado, se me disser que o PS é contra estas duas medidas e usaria esses 800 milhões de euros para subsidiar os combustíveis, para baixar o ISP, é uma escolha política.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Tem é de a assumir. E, portanto, no dia 7, votará contra a descida do IRS e dirá aqui que é contra o suplemento dos pensionistas.

O que não pode é, em cima dessas duas medidas, que foram escolhas do Governo e que nós assumimos em termos políticos,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Erradas!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … achar que há margem para poder executar mais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Miguel Costa Matos pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vamos aos penáltis!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para solicitar a distribuição de documentos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Pode fazê-lo.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para solicitarmos a distribuição…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, fará chegar os documentos à Mesa e a Mesa distribui-los-á.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Obrigado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à ronda seguinte de perguntas. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, para o efeito.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Ministro, ainda bem que, ainda há pouco, falou em narrativas, porque também estou com algumas dúvidas sobre as narrativas que o próprio Governo tem procurado passar aos portugueses.

Quem ouvisse o Sr. Primeiro-Ministro, há duas semanas, na sua declaração ao País, ficava com a sensação de que o País estava à beira da bancarrota e que, se gastasse mais um euro que fosse, teríamos uma enorme crise, porque o Governo tentaria aliviar um pouco mais o sofrimento dos portugueses.

Agora, Sr. Ministro, a narrativa que o Sr. Primeiro-Ministro quis apresentar há duas semanas não tem nada a ver com o foguetório que tem estado a apresentar neste debate. Portanto, o seu Governo tem se de decidir por uma estratégia de comunicação, porque as duas mensagens, ao mesmo tempo, não são possíveis. Se o Governo tem assim tanta margem, com certeza que terá margem também para fazer mais.

Não quero só falar em abstrato, quero ir aos números concretos, até porque, neste momento, não podemos discutir só este relatório. Também já temos acesso aos números relativos à Conta Geral do Estado de 2025, e nem sequer vou falar daquilo que aconteceu com o Tribunal de Contas, mas vamos ver.

O padrão que se vê é muito claro: do ponto de vista da quantidade, os números parecem, de facto, bons, mas, quando vamos ver a qualidade do crescimento, do excedente e da despesa que temos, vemos que os números são muito piores.

Por exemplo, para 2025, o Governo previa 2,1 % de crescimento. O crescimento, na realidade, foi menor, de 1,9 %. Pode dizer-se: «Isso não é uma grande diferença.» Porém, em produtividade, previa-se uma evolução de 1,4 % e, na realidade, caiu 0,4 %. No que diz respeito a emprego, salários e crescimento, sabemos que a produtividade é o indicador mais importante e deveria ser o indicador que devia guiar a política do Governo.

Mais, o excedente: previa-se um excedente de 0,3 % e, na realidade, foi de 0,7 %. Porém, não foi porque se cortou em despesa, foi porque se cobrou mais de 2671 milhões de impostos…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ISP!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … acima do previsto, e veio de 1740 milhões de investimentos, que o Governo programou e não executou.

É ver como é que será este padrão, agora, para este ano. Se for à conta do investimento público, que pode ser produtivo, que se vai dar cobertura ao aumento da despesa corrente e de políticas invariáveis, então vamos, de facto, muito mal, especialmente no momento em que estamos, em que poderíamos ter um impacto significativo no financiamento que temos da Europa para a política de coesão e no momento em que o PRR vai acabar. Ainda se vai ver quão produtivos foram esses investimentos todos do PRR, que o Governo agora andou a resolver à pressa, ainda este ano.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Era melhor não gastarem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Acho que ainda vamos ouvir muitas histórias a esse respeito.

Protestos dos Deputados do PSD Hugo Carneiro e Ricardo Carlos.

Sr. Ministro, queria perguntar-lhe o seguinte: há um limite estabelecido, segundo este plano, sobre a evolução da despesa líquida. Queria perguntar, claramente, se o Governo vai ser capaz de cumprir com esse limite para 2027.

Depois, queria perguntar-lhe: quando o PRR acabar, quanto investimento público, com dinheiro nacional, é que este Governo se compromete a executar em 2027?

Estas são duas perguntas fundamentais, para percebermos se o Governo consegue realmente cumprir com aquilo que prometeu ou se isto não passa de um foguetório inconsequente.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, aquilo que o Primeiro-Ministro teve a oportunidade de dizer, há sensivelmente duas semanas, foi algo de muito simples, que creio que todos os portugueses entendem.

Tivemos um ano orçamental que já era difícil, quando, em outubro do ano passado, apresentámos o Orçamento para 2026. Já era difícil, porque tinha uma componente de empréstimos PRR muito grande. No ano passado, executaram-se cerca de 900 milhões de empréstimos PRR; este ano, são quase 2000 milhões.

A somar-se a isso, tivemos as tempestades, a crise do Irão e, ainda assim, foi possível atribuir um suplemento aos pensionistas, igual ao de 2024 e ao de 2025, e fazer uma descida de IRS, também no valor de 400 milhões de euros.

Porém, isto implica que, se não quisermos ter défice este ano, esse é o limite a que é possível chegar com a política orçamental. Aquilo que estava em cima da mesa e que este Parlamento chumbou eram duas propostas — do IVA dos combustíveis e do IVA dos bens alimentares —, que, somadas num ano inteiro, representam 2000 milhões de perda de receita. Estamos a falar de cerca de 0,6 %, 0,7 % do PIB.

Portanto, aprovadas essas medidas, que só poderiam entrar em vigor a 1 de janeiro do próximo ano, dada a norma-travão, o País, no próximo ano, resvalaria para um défice. Neste contexto internacional tão difícil, com os mercados da dívida pública nos Estados Unidos, mas também em França e em outros países, a verem as taxas de juros subirem, e em que as taxas de juros de Portugal também estão a subir — como um efeito de mercado, não devido ao País, porque o nosso *spread*, face ao da Alemanha, tem-se mantido relativamente estável, entre 35 a 40 *basis points*, portanto, o agravamento das nossas taxas de juros é por um agravamento de mercado —, nós não podemos sair desse caminho.

Depois, o Sr. Deputado falou da conta de 2025. A despesa corrente primária, quando comparamos 2024 com este ano de 2026, excluindo os efeitos do PRR, que são temporários, mantém-se estável, em percentagem do PIB.

Depois falou de investimento público. Sr. Deputado, o ano de 2025 já foi o ano com mais investimento público em percentagem do PIB desde 2011.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Execução!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Foi o primeiro ano em que o *stock* de capital público não caiu; pelo contrário, aumentou. O ano de 2026 ainda será mais, e, neste momento, temos uma taxa de execução e contabilidade pública — já que o indicador está a ser tão pedido — acima daquilo que tínhamos no Orçamento.

Depois, falou sobre o PRR. Nós tivemos de reprogramar muito o PRR, porque ele estava mal desenhado e mal planeado, desde o início. Porém, quando o PRR terminar — e o próximo ano já não terá verbas de execução PRR, ainda terá pagamentos —, nós teremos, por um lado, um reforço do investimento público, via Orçamento do Estado, e, por outro lado, naturalmente, o acelerar do Portugal 2030.

Por isso, Sr. Deputado, creio que as preocupações da IL são preocupações com alguma legitimidade, como é evidente, mas o País não deixará de cumprir as regras orçamentais e, sobretudo, não deixará de continuar a ter uma linha, aqui a verde,…

Neste momento, o orador exibiu um gráfico.

… bastante abaixo da linha com que se tinha comprometido com a Comissão Europeia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O compromisso não é esse!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao período de questões que competem ao Livre. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, Srs. Ministros, o Pacto de Estabilidade e Crescimento condiciona a política económica do País, mas as escolhas do Governo determinam quem paga a conta.

Em 2027, a trajetória acordada permite um crescimento da despesa líquida de apenas 1,2 %. A Comissão Europeia prevê 5,5 %. Se estas previsões se confirmarem, Portugal arrisca entrar em incumprimento, no próximo ano.

O Conselho das Finanças Públicas prevê um crescimento da despesa líquida de 7,4 % este ano, refletindo, sobretudo, medidas fiscais que reduzem a receita. A pressão sobre as metas resulta também das receitas de que o Governo decidiu prescindir.

Como pretende cumprir os nossos compromissos até 2028? Vai cortar nos serviços públicos e nos apoios sociais? Vai apresentar às famílias mais vulneráveis a fatura da consolidação orçamental?

A questão não é apenas quanto cresce a despesa, é para quê e para quem cresce a despesa.

O Governo fez escolhas: IRS jovem, cerca de 734 milhões de euros em 2025, sem benefício para quem tem rendimentos demasiado baixos para pagar IRS; isenção de IMT, cerca de 300 milhões de euros em 2025, com o benefício absorvido pela subida do preço das casas, Sr. Ministro; descida do IRC, cerca de 900 milhões de euros, até 2028, de receita de que o Estado prescinde. Não pode consumir a margem com estas medidas e depois invocar Bruxelas para negar uma resposta a quem menos tem.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sim, acompanhamos reduções do IRS que beneficiem a classe média, desde que não deixem ninguém para trás. Contudo, o Governo deixa, porque quase 45 % dos agregados familiares não pagam IRS. Para essas famílias, a descida do IRS vale zero.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Enquanto o Governo apresenta metas de estabilidade do plano europeu, os portugueses continuam a enfrentar uma pressão sobre o custo de vida. A subida dos preços de energia e dos combustíveis tem consequências diretas no orçamento das famílias, bem como no preço dos bens essenciais.

No caso do gás engarrafado, os preços praticados em Portugal continuam com valores recordes e com uma diferença significativa, face aos preços verificados em Espanha. Por exemplo, hoje uma botija de gás já ultrapassa os 40 €, em alguns pontos de venda em Portugal, quando em Espanha o preço máximo é de cerca de 19 €. Estamos a falar de bens essenciais à vida e bem-estar das pessoas, bens essenciais que atingem, hoje, preços que são a última gota nos copos de água de tantos orçamentos familiares, que hoje já não têm margem.

Sr. Ministro, como pretende o Governo cumprir as metas orçamentais até 2028, garantindo ao mesmo tempo uma resposta social e também económica, adequada às famílias mais afetadas pelo aumento dos preços? Que medidas concretas apresenta, para proteger o seu poder de compra e como as compatibiliza com a trajetória orçamental?

Os compromissos europeus devem servir o desenvolvimento do País. O Livre não pode aceitar que sejam os trabalhadores e as famílias mais vulneráveis a pagar as escolhas do Governo, porque proteger o futuro é proteger as famílias, hoje, para que possamos ter…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, nós não perspetivamos nenhum incumprimento da conta de controlo, que é aquilo que verdadeiramente é a regra, porque a despesa líquida é apenas o indicador.

Temos com a Comissão Europeia duas divergências, e saliento que a Comissão aprovou estas regras orçamentais sem definir uma metodologia. As regras anteriores que vigoraram até à pandemia tinham uma metodologia, que se chamava *Vade Mecum on the Stability and Growth Pact*. Era um documento com umas 150 páginas, que detalhava a metodologia para chegar às regras. Isso não existe, neste momento.

Onde é que estão as nossas divergências com a Comissão? Na despesa total. Neste momento, o que a Comissão reporta para 2027 é uma despesa total igual à de 2026. Ora, não havendo PRR em contas nacionais, não conseguimos compreender como é que a despesa em 2027 pode ser igual à de 2026, porque vamos executar, em 2026, entre subvenções e empréstimos, mais de 10 000 milhões do PRR. Portanto, esta redução não pode implicar um valor de despesa total igual.

Depois, quanto à estimativa das medidas discricionárias de receita, onde, de facto, também há divergências, isso são estimativas, Sr.ª Deputada. Por isso, nós não antecipamos qualquer questão.

O mais relevante, enquanto as regras vigorarem — porque elas podem ser suspensas, em caso de recessão, aquilo a que se chama *general escape clause*, a cláusula de escape geral, em que, quando há uma recessão, as regras ficam suspensas automaticamente, foi o que aconteceu na pandemia, por exemplo —, o foco principal é manter um superávite, as contas públicas equilibradas, mas sobretudo, mais uma vez, — eu peço desculpa por isto não ser de maior dimensão, mas a imagem fala por si —…

Neste momento, o orador exibiu um gráfico.

… nós tínhamos uma trajetória de redução da dívida pública e, em 2025, estamos 4 pontos percentuais abaixo dessa trajetória.

É exatamente por isso que, desde abril de 2024, já tivemos duas subidas de *rating*, quer na Fitch Ratings quer na S&P (Standard & Poor's). Temos hoje apenas seis países à nossa frente, três com o designado *triple A* — Alemanha, Holanda e Luxemburgo — e três com o duplo A-, ou seja, no nível exatamente à nossa frente — Áustria, Malta e Irlanda.

Depois, a Sr.ª Deputada falou sobre as medidas. Sr.ª Deputada, mais uma vez, são escolhas.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Foi o que eu disse!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — A Sr.ª Deputada, discorda do IRS Jovem.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — A Sr.ª Deputada discorda da isenção de IMT, de imposto de selo. A Sr.ª Deputada discorda da descida do IRC. Sr.ª Deputada, quando tiver Deputados suficientes para formar Governo, fará outras escolhas.

Protestos do L.

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, nunca!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.ª Deputada, digo isto, ao contrário de outras bancadas, com respeito democrático. Quem está no Governo toma as decisões que entende serem as melhores para o País e depois vem ao Parlamento, nalguns casos, quando é reserva da Assembleia, pedir autorização. Os senhores são contra essas medidas, faz parte da legitimidade democrática.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora às perguntas do PCP. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a governação económica é, na verdade, um conjunto de mecanismos de condicionamento da soberania nacional, que retira aos Estados instrumentos de política económica e permite à União determinar a orientação das políticas em praticamente todos os domínios.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Avante, camarada!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Serve para impor políticas neoliberais de ataque aos direitos dos trabalhadores e dos povos, sob a ameaça de sanções aos Estados.

As consequências deste garrote são desastrosas para o País: salários e pensões baixos, serviços públicos cada vez mais degradados, privatizações, investimento público medíocre.

Essa governação serve a potências como Alemanha e França e aumenta a dependência de países como Portugal; serve os grupos económicos e as multinacionais, com o desvio de milhares de milhões de euros de recursos públicos por via fiscal, fundos comunitários e contratações externas.

Se é para favorecer grupos económicos, as rígidas regras orçamentais nunca se aplicam, como acontece com a descida do IRC, que PSD, PS, Chega e IL puseram em marcha.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

São necessárias políticas que defendam as condições de vida dos trabalhadores e dos povos, que promovam o aumento do salário e das pensões,…

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E o Pingo Doce?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … o controlo e a fixação de preços da energia, dos combustíveis, dos custos com a habitação e outros bens essenciais, e o apoio aos sectores mais atingidos pela subida de preços.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Grande distribuição!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O equilíbrio das contas públicas faz-se com o crescimento da riqueza produzida, com justiça fiscal, com controlo público dos sectores estratégicos, não à custa dos salários, do investimento e dos serviços públicos, como pretendem a União Europeia e quem aqui a quer representar.

Sr. Ministro, pergunto-lhe: os recursos que dizem não haver para salários e serviços públicos, pelos vistos, já existem para a corrida aos armamentos; essa é a prioridade nacional, Sr. Ministro? Vai o País endividar-se, por gerações, para alimentar a loucura da guerra ou vai responder ao que o povo precisa: salários, pensões, serviços públicos e habitação?

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carlos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, nós temos, de facto, uma divergência absoluta. O Partido Comunista Português entende que Portugal não devia estar na União Europeia,…

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Exato!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — E na NATO (North Atlantic Treaty Organization)!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … não devia estar na zona euro e também não devia estar na NATO, mas eu, sobre isso, vou passar à frente, porque não é o tema central deste debate.

Creio que a esmagadora maioria do País defende que Portugal deve estar na Europa e deve estar na zona euro. Portanto, para estar na Europa e na zona euro, como em qualquer organização, há regras, as regras são definidas pelos 27 e têm de ser cumpridas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP: — Poucochinho!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Quebraram as regras!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Por isso, podemos discutir as regras, temos a capacidade de as influenciar no âmbito dos 27. Várias das decisões da União Europeia têm de ser por unanimidade, o que dá poder aos pequenos Estados, mas só podemos estar na União Europeia e na zona euro se aceitarmos esse pressuposto e se aceitarmos essas regras.

O Sr. Deputado disse que não havia dinheiro, por exemplo, para os serviços públicos. Ó Sr. Deputado, nós já vamos com quase 60 acordos de valorização de carreiras, carreiras que não eram valorizadas há 15, 20, 25 anos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Quebraram as regras!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Os senhores estiveram aliados ao Partido Socialista durante cerca de seis anos, mais ou menos, e não fizeram essa promoção das carreiras. Estamos a falar de 350 000 funcionários públicos da Administração Central. São cerca de 60 % dos funcionários da Administração Central.

Temos reforçado o orçamento dos serviços públicos. Mais uma vez, 2025 e 2026 são os dois primeiros anos, desde 2011, em que o investimento público é superior à depreciação do *stock* de capital, ou seja, não estamos a destruir capital público, estamos a construir capital público. Fazemos isso reduzindo impostos, mantendo o equilíbrio das contas públicas e reduzindo a dívida pública mais do que aquilo que era o nosso compromisso no plano orçamental, que apresentámos em Bruxelas em outubro de 2024.

Podia ser mais. Sr. Deputado, se quisermos manter o equilíbrio orçamental, há uma coisa que se chama «restrição orçamental», e a restrição orçamental atua sempre, umas vezes por bem, outras vezes à força.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Outras vezes, mal!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — No entanto,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas estamos bem ou não estamos bem?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … creio que o País também compreende a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas e a redução da dívida pública, para não repetir a tragédia de 2011.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora ao CDS. Para colocar as suas questões, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, isto de, nestes debates europeus, falar a seguir ao PCP tem sempre esta coisa de falar, tipo, depois de ouvir a Rádio Moscovo e ter de recentrar o debate outra vez na realidade.

Risos do PSD e do CH.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muda a cassete!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, é porque, efetivamente, como o Sr. Ministro dizia, se estamos na União Europeia, se estamos na zona euro, se a esmagadora maioria dos portugueses quer que estejamos na União Europeia e quer que estejamos na zona euro, com certeza que isso não seria possível, se não houvesse regras.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Portanto, as perguntas que vou fazer são uma sobre as regras e outra sobre o nosso cumprimento, ou não, dessas regras.

Sobre o cumprimento ou não dessas regras, ouvi com interesse a intervenção do Deputado Miguel Costa Matos e do Partido Socialista. O Partido Socialista questiona a nossa capacidade, vai questionando e os dados vão tirando razão às questões que o Partido Socialista vai apresentando. Porém, será bom sinal, se continuar a ser assim, pois significa que o Partido Socialista continua a errar e que o País continua a acertar. Por isso, se assim for, estamos no melhor dos mundos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Eu queria fazer uma pergunta concreta. O Sr. Deputado Miguel Costa Matos pergunta se a despesa líquida vai ficar ou não dentro dos compromissos que assumimos e dentro dos limites e eu pergunto que impacto é que teria, na despesa líquida, a aprovação das medidas que o Partido Socialista propôs na semana passada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — As do PS não são extraordinárias!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que não se pode fazer é dizer «ai meu Deus, para o ano não vamos cumprir a despesa líquida», como já disseram no ano passado e não tiveram razão, mas depois vir apresentar medidas que agravariam substancialmente a possibilidade desse incumprimento.

Vozes do PSD: — Ora bem!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em relação às regras, quero perguntar outra coisa. Eu sei que, se calhar, o Sr. Ministro poder-me-ia dizer que citar previsões do Prof.º Mário Centeno, atendendo aos resultados das últimas, seria um bocadinho desnecessário, mas o Sr. Prof.º Mário Centeno disse que Portugal precisaria de cortar 12 mil milhões para cumprir os objetivos. Pergunto se é verdadeiro ou falso que tenha de haver um corte desta dimensão ou se, como dizia o Partido Socialista quando nós estávamos na oposição, estamos a assustar e estamos a dizer que vem aí o diabo. Pergunto se este diabo dos 12 milhões existe ou não.

Sobre as regras, há uma questão séria: sabemos que há muitos países que não cumprem e que ainda há muitos acima dos 60 % de dívida, o que tem a ver com a recuperação em relação à crise anterior, mas há também muitos países acima do limite do défice. O que quero perguntar é se, como dizem às vezes as oposições também, compensaria a Portugal entrar no campeonato daqueles que incumprem e qual é a vantagem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, de facto, tocou num ponto bastante relevante, que é o impacto que as medidas do Parlamento têm na variação da despesa líquida e a contradição do Partido Socialista, porque quer aprovar medidas, mas depois quer controlar a despesa líquida.

O Partido Socialista quer fazer uma coisa — tentou-o na legislatura anterior, de 2024-2025, eu acho que correu mal, mas talvez queira voltar por esse caminho, não sei —, que é governamentalizar o Parlamento, ou seja, dizer «nós é que decidimos as medidas de política», e muitas delas com impacto orçamental. Na legislatura anterior, foram 1000 milhões de euros, todos os anos, de impacto orçamental; esta legislatura, veremos. Felizmente, travou-se as propostas que vieram a debate na semana passada.

Sr. Deputado, se há algo que o País quer evitar é voltar aos tempos do procedimento por défices excessivos — aquele procedimento por défices excessivos em que fomos colocados em 2001, no Governo de António Guterres, e em 2007, no Governo de José Sócrates. Nós não queremos voltar a um procedimento por défices excessivos. Há muitos países hoje, infelizmente, na zona euro e na União Europeia, com procedimentos por défices excessivos. Portugal é dos poucos que tem *superavit* e que está a reduzir substancialmente a sua dívida pública. É bom mantermo-nos nesse clube e não no clube dos incumpridores.

Sobre as previsões que se fazem, tive já a oportunidade de dizer que acho que elas assentam em previsões erradas anteriores, portanto, creio que é dispensável comentá-las. Não é assim que as regras orçamentais funcionam, não é assim que a conta de controlo funciona. Se houvesse, eventualmente, um desvio na conta de controlo, ele não tinha de ser corrigido dessa forma, mas estamos confiantes de que não haverá qualquer desvio na conta de controlo e não haverá qualquer necessidade de corrigir qualquer situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao tempo atribuído ao Bloco de Esquerda e, para colocar as suas questões, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, fala-se muitas vezes de crescimento económico, como se o crescimento económico, por si só, fosse uma boa notícia para toda a gente.

Se a Comissão Europeia prevê um crescimento da economia da União Europeia de 1,1 % e da economia portuguesa de 1,7 %, então, a verdadeira questão é: a quem é que está a servir este crescimento?

É que o PIB pode crescer, mas, ao mesmo tempo, a vida das pessoas tem continuado a ficar mais difícil. A Comissão Europeia, aliás, reconhece que o aumento dos preços da energia está a pressionar o rendimento disponível das famílias, e é essa a realidade que cada vez mais pessoas conhecem: uma parte cada vez maior do seu rendimento de trabalho é absorvido pela habitação, pela energia, pelos bens essenciais.

Trabalha-se, produz-se, a economia cresce, mas só uma parte demasiado pequena dessa riqueza é que se transforma em segurança e em melhores condições de vida para quem trabalha.

É preciso, por isso, deixar de olhar para o crescimento económico apenas como uma variável macroeconómica, porque uma economia não existe separada das relações sociais de quem produz, de quem recebe e de quem tem condições para viver.

Se o crescimento económico não se traduz em salários capazes de acompanhar o custo de vida, em habitação acessível e em energia que as famílias e pessoas consigam pagar, então, temos de perguntar ao Governo: crescimento económico para quem? Para um País mais desigual?

Pergunto diretamente ao Governo, porque acho que ainda temos legitimidade democrática para fazer perguntas: face a esta asfixia no custo de vida, na habitação e nos combustíveis, quando é que o Governo vai pôr as mãos na consciência e tomar medidas para resolver esta crise?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Quando é que vai limitar as margens de quem lucra com a crise?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Andreia Galvão, falou das pessoas e da realidade mais micro.

Em 2022, os salários reais, portanto, descontando a inflação, tiveram uma quebra; em 2023, recuperaram 1,5 %; depois, em 2024, cresceram 3,5 %; em 2025, cresceram 3 % e, este ano, crescerão entre 2 % e 2,5 %. Em síntese, de 2024 até ao final de 2026, os salários reais cresceram perto de 10 %…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma fortuna! Está tudo rico!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … e o rendimento disponível líquido, considerando a redução de impostos, cresceu cerca de 15 %. Não há, desde 2002, anos de tanto crescimento, quer dos salários reais, quer do rendimento líquido disponível real.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Baixe o IVA!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Temos uma taxa de desemprego que está abaixo dos 6 %, portanto, próxima da taxa natural de desemprego, e temos o emprego a crescer em torno de 2 %. Por isso, aquilo que lhe posso dizer é que, hoje, os portugueses têm mais emprego,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Menos SNS (Serviço Nacional de Saúde)!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — … têm menos desemprego e têm melhores salários do que tinham no início de 2024.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão é mais pobres!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Relativamente à questão dos combustíveis, temos uma inflação — são números do INE (Instituto Nacional de Estatística) —, hoje, de 3,6 %: está muito longe da inflação que tínhamos quando a guerra na Ucrânia começou, que era 5 %, e está muito longe dos quase 9 % que atingiu em 2022. A inflação subjacente, sem bens alimentares e sem energia, está a 2,7 % e a inflação dos bens alimentares está próxima dos 3 %.

De facto, temos um tema no preço dos combustíveis, daí os apoios do Governo nos combustíveis, no IRS e no suplemento dos pensionistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Antes de passarmos às questões do PAN, gostaria de anunciar à Câmara que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 50 jovens universitários de Lisboa, um grupo de cidadãos da Associação dos Inquilinos Lisbonenses e — infelizmente, já saíram, saíram muito cedo — um grupo de cidadãos do Centro Social Paroquial S. João Batista de Cepelos, em Aveiro. Para eles também, fica a saudação habitual da Câmara.

Aplausos gerais.

Passo a palavra agora, para colocar as questões seguintes, à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, vou usar as suas palavras, Sr. Ministro, porque ainda há pouco disse que o foco é manter o *superavit* e, agora, teve uma expressão ainda menos feliz, que foi referir-se aos problemas das pessoas como «questões micro».

Um orçamento, ainda que europeu, não pode continuar refém de uma visão puramente tecnocrata, em que os números do Programa de Estabilidade se apresentam como neutros. Gostaria, por isso, de lhe falar de uma dimensão que, muito frequentemente, fica esquecida, que é a da igualdade de género. Aliás, as Nações Unidas vieram pintar um cenário global bastante preocupante a nível europeu, com um verdadeiro retrocesso a nível da igualdade de género, que já fez disparar para 171 anos o chamado *gap* de género.

Embora o PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento) se foque sobretudo na disciplina orçamental e o desígnio da União Europeia seja de alcançar uma União da igualdade, não temos ouvido falar, nem da parte do Sr. Ministro, nem na Europa, dos chamados orçamentos sensíveis ao género. Por isso, pergunto-lhe se está disponível para levar esta missão, que deve ser transversal a todos os Estados-Membros e ao Governo português, de diminuir o fosso da igualdade.

Por outro lado, no que diz respeito ao ambiente, também não há números neutros no ambiente. Aliás, as temperaturas deste ano já causaram prejuízos ao País que se estimam em mais de 5 mil milhões de euros, dos quais o Estado já assumiu 3 mil milhões, o que já está a pesar nas contas públicas, apesar de ter esse discurso positivo do *superavit*.

No entanto, a Comissão pede apoios à energia temporários dirigidos a quem mais precisa. Ainda assim, o Governo mantém um desconto generalizado apenas no ISP, de cerca de 1,3 mil milhões de euros, quando Bruxelas também já disse que não se pode contar com uma nova flexibilidade do ponto de vista da energia.

O que perguntamos é que medidas, então, vai o Governo adotar, uma vez que se tem cingido a falar…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, deixe-me primeiro esclarecer que a Sr.ª Deputada Andreia Galvão estava a falar de questões mais no âmbito da macroeconomia, dos grandes agregados, e dizia, se entendi bem: «De que é que servem os grandes agregados da macroeconomia, o crescimento económico e, sobretudo, o crescimento do PIB, quando a vida das pessoas está mais difícil?» O que eu disse foi que, quando olhamos para os dados micro, no sentido das pessoas, individual — não no sentido de ser um tema pequeno ou lateral, mas no sentido das pessoas, de cada uma das pessoas —, as pessoas têm hoje salários reais que, face a 2024, estão 10 % superiores e têm um rendimento líquido disponível real que, face a 2024, está 15 % superior.

Sr.ª Deputada, temos mesmo de manter as contas públicas equilibradas e continuar a trajetória de redução da dívida. Não sabemos o que é que vai acontecer nos próximos tempos, nos mercados de dívida pública; não sabemos que choques geopolíticos poderão ainda surgir; não sabemos quando é que vamos ter uma crise económica, mas sabemos que, um dia, vamos ter uma crise económica, porque a economia funciona por ciclos. Quanto mais bem preparado o País estiver, menos poderá acontecer aquilo que aconteceu em 2001 e em 2011 — o País não estava preparado e, quando os choques vieram, o País esteve em grandes dificuldades.

Sobre a questão da igualdade de género, Sr.ª Deputada, nós temos procurado fazer esse caminho, até no Orçamento do Estado, e, sobre as questões ambientais, se há Governo que tem apostado na transição energética, creio que é este, com um forte investimento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para o último grupo de questões, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, quando falamos de governação económica europeia, de coesão e de estabilidade, convém olhar para aquilo que está a acontecer com as regiões autónomas. A própria Comissão Europeia reconheceu, em junho deste ano, que a insularidade tem um custo e representa encargos económicos, sociais e fiscais adicionais e permanentes. Aliás, a própria União Europeia anunciou mesmo uma análise aprofundada sobre o custo da insularidade por cada Estado-Membro.

Ontem, o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira esteve em Lisboa e regressou todo satisfeito com uma promessa de 80 milhões de euros disponíveis no Orçamento do Estado para 2027. Na minha opinião, essa não é uma conquista histórica, porque o Orçamento do Estado para 2026 já contemplava valores dessa dimensão.

Mas há uma contradição que não posso deixar passar: enquanto se negoceiam 80 milhões em Lisboa, na Madeira comprometem-se valores na ordem dos 100 milhões de euros para o golfe e, por outro lado, na mesma Madeira, cerca de 55 000 famílias, pessoas, estão em risco de pobreza ou exclusão social. Aliás, perto de 21 % da população, mais de 1 em cada 5 madeirenses, estão em risco de pobreza ou exclusão social.

Por isso, deixo aqui esta contradição: 80 milhões de euros são apresentados como uma grande vitória para compensar a insularidade, enquanto se projetam investimentos dessa dimensão no golfe e há dezenas de madeirenses a sofrer. Pergunto, Sr. Ministro, se a autonomia e a insularidade valem essas 80 moedas.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro de Estado e das Finanças, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Sousa, compreenderá, em primeiro lugar, que não me compete a mim, enquanto Ministro do Governo da República, avaliar as decisões do Executivo regional, seja da Região Autónoma da Madeira ou da Região Autónoma dos Açores. Essa é uma discussão, sobretudo, para as assembleias regionais.

Creio, e o Sr. Deputado poderá também, provavelmente, concordar comigo, que quer o Orçamento para 2025, quer, sobretudo, o Orçamento para 2026, terão sido, nestes últimos 20, 25 anos, os Orçamentos que mais apoiaram as duas regiões.

A Região Autónoma da Madeira, como sabe e referiu, nos termos da lei das finanças regionais, pelo seu PIB elevado — porque a Madeira tem um PIB *per capita* acima de 90 % da média europeia, o que creio que mostra bem o sucesso da governação já de 50 anos de autonomia —, já não teria direito a cerca de 80 milhões de euros, que referiu, dos fundos da Coesão. Nós mantivemos essa verba em 2026 e vamos mantê-la em 2027.

Estamos também a fazer transferências para reduzir a dívida comercial das duas regiões. Creio que serão já três os Orçamentos, contando com aquele que vamos entregar para 2027, que mais apoiaram as regiões autónomas, pelo menos nos últimos 20 a 25 anos, que é aquilo que a minha memória, mais ou menos, consegue alcançar.

Portanto, as regiões são muito importantes, a discussão do quadro financeiro plurianual será muito importante para as regiões ultraperiféricas, e nós cá estaremos a defender o interesse de todo o Portugal, incluindo, naturalmente, a Madeira e os Açores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos, assim, ao fim deste ponto da ordem do dia.

Despeço-me do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Sr. Secretário de Estado e, enquanto se procede à reconfiguração das diferentes bancadas, incluindo a do Governo, informo que vamos passar ao terceiro ponto da agenda, que consiste na apreciação do Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho, que aprova a orgânica do INEM – Autoridade Nacional de Emergência Médica I.P. [Apreciações Parlamentares n.os 15/XVII/1.ª (L, PCP, BE) e 19/XVII/2.ª (PS)].

Para a apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros: O INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) tem estado no centro do debate público quase sem interrupção desde 2024, pela falta

de meios de socorro, pela desvalorização dos seus profissionais, pelas falhas na prestação de socorro, pelo serviço de helitransporte, ou pelas mudanças sucessivas nas suas lideranças.

O que é comum a todos estes acontecimentos é a opacidade e a gestão absolutamente incompetente do Ministério da Saúde relativamente ao INEM.

Aplausos do L.

A Sr.ª Ministra anunciou uma tão falada refundação do INEM e, depois, andou quase dois anos a arrastar os pés, sem saber explicar ao País o que era, afinal, essa refundação do INEM.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Depois desse tempo todo, a Sr.ª Ministra apresentou e aprovou uma nova orgânica do INEM, em maio, que seguiu diretamente para promulgação e para publicação, sem que ninguém soubesse o que dela constava.

A Sr.ª Ministra quer refundar o INEM sem falar com absolutamente ninguém, sem ouvir ninguém, sem falar com nenhum Deputado, sem falar com os partidos da Assembleia da República, ignorando até o Parlamento e a comissão parlamentar de inquérito ao funcionamento do INEM, que está ainda a trabalhar.

Aplausos do L.

A Sr.ª Ministra ignorou também a comissão de trabalhadores, que apresentou uma proposta de nova lei orgânica, da qual o Governo também fez tábua rasa. Mais do que incompetência, trata-se de um Governo que tem medo de assumir as suas opções, e uma matéria desta importância justifica um amplo debate público sobre as opções tomadas.

Uma lei que altera a forma do serviço que socorre as pessoas em situação de emergência médica no nosso País não deve entrar em vigor sem que os Deputados a possam apreciar, sem que possamos questionar, sem que possamos, se necessário, fazer as nossas propostas de alteração e sem que o País a possa também debater. É por isso que esta apreciação parlamentar é fundamental.

Se o Governo se furta às suas responsabilidades, o Parlamento não o deve fazer, e o Livre, certamente, não o fará. Por isso, apresentámos já as nossas propostas de alteração ao decreto-lei do Governo: desde logo, a reposição das delegações regionais, que o Governo quis extinguir; a devolução ao INEM da certificação da formação dos elementos do Sistema Integrado de Emergência Médica; o enquadramento da possibilidade de cooperação com as entidades com fins lucrativos e da entrega da operacionalização dos meios de emergência às ULS (unidades locais de saúde).

Defendemos também que a escolha do presidente do conselho diretivo do INEM seja precedida sempre de um procedimento concursal e que os trabalhadores tenham também participação nesse conselho consultivo; que se reforce o financiamento do INEM e se proteja esse financiamento da utilização pelo próprio Estado, para que o Estado não possa, como aconteceu no passado, ir buscar os saldos de gerência ao INEM.

Trazemos, portanto, estas propostas para contribuir para este debate, para melhorar a orgânica do INEM e para garantir que o debate, a que o Governo se recusou,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Qual recusou…!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … possa acontecer aqui, no Parlamento.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar a mesma apreciação parlamentar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Os problemas na emergência pré-hospitalar e no INEM resultam dos constrangimentos impostos pelas opções políticas de desinvestimento, que se refletem na falta de meios de socorro e na desvalorização dos seus trabalhadores.

Perante isto, o que faz o Governo? Resolve estes problemas? Não! Avança com uma alteração da lei orgânica do INEM, sem ouvir ninguém, desde logo, os trabalhadores do INEM.

Esta alteração orgânica não está dissociada da opção do Governo de reduzir a capacidade de intervenção do Estado. Tanto assim é, que as alterações ao INEM se inserem numa operação de desvalorização de um serviço público essencial, subjugando-o à tutela do Ministério das Finanças e às suas restrições financeiras, e criando novas áreas de negócio privado com financiamento público.

O Governo chamou-lhe «refundação», mas eu diria que o nome mais apropriado é «desmantelamento». Vejamos: retira competências na área da formação de emergência médica e do licenciamento do transporte de doentes não urgentes; extingue as delegações regionais, centralizando as decisões e afastando o INEM do território.

Esta nova orgânica entrou em vigor a 1 de agosto de 2026, sem acautelar rigorosamente nada. A anterior orgânica já não existe, mas a nova orgânica também ainda não foi verdadeiramente implementada, pelo que o funcionamento do INEM, neste momento, é caótico. Não houve planeamento e o que há é uma descoordenação total no INEM. Não há diretrizes nem orientações nos serviços e, nisto tudo, nem se sabe bem quais serviços. Os trabalhadores estão deixados à sua sorte e são os trabalhadores que, diariamente, garantem a resposta e o socorro às populações.

Com estas alterações, o INEM ficou pior. Esta lei orgânica não serve as populações nem responde às necessidades do INEM. Aliás, o próprio Presidente do INEM veio dizer que são necessárias alterações ao decreto que entrou em vigor há dois meses. Como diz o nosso povo, «o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita».

Estamos a tempo de travar este caminho. Por isso, decidimos avançar com a apreciação parlamentar ao decreto-lei que aprova a orgânica do INEM. Propomos a cessação da sua vigência, para permitir começar de novo. Não consideramos que a orgânica do INEM seja imutável, ela pode e deve ser melhorada, mas, sobretudo, deve resolver os problemas do INEM.

Não aceitamos que se imponha um caminho de menorização do INEM, desconsiderando os contributos dos seus trabalhadores. Deve haver, de facto, um processo de discussão alargada, coisa que não houve.

Defendemos o reforço do INEM, nomeadamente o aumento da sua capacidade operacional no socorro à população, a contratação dos trabalhadores que fazem falta — técnicos de emergência pré-hospitalar, enfermeiros, médicos, entre outros —, a valorização das carreiras e a garantia das condições de trabalho para fixar trabalhadores.

Essas são condições fundamentais para que o INEM assuma um papel central no socorro às populações.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também no âmbito da apresentação da apreciação parlamentar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas: Em janeiro deste ano, o caos instalou-se na emergência médica em Portugal. O atendimento de chamadas, que devia ser tratado em questão de segundos, fez-se em horas; o País assistia ao INEM a falhar. Assim, o que discutimos hoje é, por isso, muito mais do que o instituto; discutimos a rede que é mais importante no momento em que mais precisamos.

No entanto, o Governo entendeu que a reestruturação deste organismo dispensava debate, dispensava escrutínio e dispensava transparência. A revisão foi feita à porta fechada, à revelia deste Parlamento e nas costas dos profissionais que asseguram o socorro em Portugal, à custa de centenas de horas extraordinárias por ano.

Esta degradação do INEM não é uma fatalidade, é uma escolha política do Governo da AD. Em vez de resolver o problema da falta de investimento estrutural, o Governo quer destruir mais um serviço público e abrir as portas à privatização.

O Governo ignora quem está no terreno, e nós queremos que tenham uma voz ativa e sejam incluídos, por exemplo, no conselho consultivo; o Governo aumentou as chefias nacionais e eliminou as regiões, e nós queremos respostas capazes, concretas e próximas, com a manutenção de delegações regionais.

Exigimos, e isto é muito importante, que o recurso à inteligência artificial fique sempre, obrigatoriamente, subordinado à triagem e ao julgamento humano.

Queremos travar a privatização do socorro, assegurando que qualquer parceria do INEM seja feita de forma complementar e apenas com o setor público ou o setor social sem fins lucrativos.

Aos portugueses, devemos as seguintes respostas: quem vai assegurar o atendimento de chamadas? Quem vai garantir que o socorro chega a horas? A resposta do Governo não pode ser, mais uma vez, o silêncio e o desmantelamento de serviços públicos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentação da Apreciação Parlamentar n.º 19/XVII/2.ª, do PS, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Andrade.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo implementou, por decreto, uma nova lei orgânica para o INEM e, já agora, importa relembrar que, ao mesmo tempo, os novos Estatutos do INEM foram publicados em *Diário da República*.

Como ponto de partida para este debate, quero deixar bem claro o seguinte: o Partido Socialista nunca esteve, e não está, contra o facto de se fazerem mudanças no INEM.

Vozes do PSD: — Oh!…

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Agora, entendemos que, num instituto com uma missão tão importante como a de prestar socorro à população e de tamanha complexidade, qualquer alteração deve ser precedida de um amplo debate. Ou, dito de outra forma, devem os seus promotores, no caso, o Governo, ouvir os *players* do setor, ouvir os especialistas, ouvir os profissionais de saúde que todos os dias estão no terreno.

Aqui está o primeiro pecado cometido: o Governo decidiu, por decreto, uma nova lei orgânica sem que houvesse lugar ao diálogo, sem que as mudanças anunciadas fossem acompanhadas da devida fundamentação. O Governo decidiu sem saber explicar se as alterações que querem implementar podem, efetivamente, melhorar a prestação de socorro.

Ainda assim, perante o diploma apresentado pelo Governo, procurámos compreender o que, para nós, é essencial: será que, por via desta nova lei orgânica, é possível fortalecer o INEM? Será que o INEM vai ter mais autonomia? Será facilitada a contratação de recursos humanos? A operacionalidade da resposta em emergência médica será melhorada?

Quando procuramos respostas a estas perguntas, a lista de pecados aumenta, porque não encontramos resposta para nenhuma destas questões.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Pois, não têm respostas!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Se não, vejamos: o INEM passa a ser um instituto público de regime especial e esta alteração assenta numa qualquer garantia de que terá mais autonomia. O problema é que em parte alguma vemos isto concretizado.

No plano financeiro, choveram anúncios de um eventual reforço do orçamento do INEM, mas estas fontes de financiamento continuam as mesmas.

As delegações regionais são extintas sem sabermos porquê, nem tão-pouco conseguimos perceber como é que esta medida vai melhorar a prestação de socorro.

A nível dos recursos humanos, o INEM continua sem qualquer processo que lhe permita acelerar a contratação de pessoal, e nós sabemos, Srs. Deputados, que é aqui que reside um dos grandes problemas do INEM.

As ULS ganham mais responsabilidades financeiras e operacionais, sem que tivessem sido ouvidas para o efeito,…

Aplausos do PS.

… e há aqui um grave perigo de diluição das responsabilidades operacionais de cada interveniente.

Sr.as e Srs. Deputados, perante tantas preocupações e tantas perguntas sem resposta, o Partido Socialista fez aquilo que o Governo não soube fazer:…

Protestos de Deputados do PSD.

… escutámos especialistas, ouvimos profissionais de saúde, dialogámos com antigos presidentes e, já agora, com o atual presidente do instituto.

Vozes do PSD: — Agora?!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — A conclusão a que chegámos é simples e, por isso, pedimos esta apreciação parlamentar: é que esta nova lei orgânica não serve os melhores interesses do INEM, não serve os seus profissionais e não serve as populações.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, que consiga este Parlamento fazer o que o Governo não fez, que é dialogar, para que possamos encontrar as melhores soluções e estarmos à altura da excelência que o nosso serviço de resposta em emergência merece.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento, do Chega, que tem a palavra para o efeito.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, hoje trago-vos a história da carochinha.

Para quem não se recorda, a carochinha encontrou uma moeda e pôs-se à janela a cantar: «Quem quer casar com a carochinha, que é rica e bonitinha?» Esta analogia faz-me lembrar o Partido Socialista,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… que aparece sempre à janela para falar do que está mal agora por culpa do que antigamente não tiveram competência para fazer.

Aplausos do CH.

Aparecem à janela, hoje, preocupados com o INEM, preocupados com a habitação, com o SNS para todos, com os meios de socorro em Portugal, com a capacidade de resposta de emergência médica.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Apesar de fingidas, estas preocupações até são legítimas.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Ah, estava a ver!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Aliás, são também as nossas preocupações, só que há uma pequena diferença. A diferença é que o Partido Socialista fala do INEM como se tivesse acabado de encontrar a moeda

na história da carochinha, como se os problemas de financiamento, de contratação, de aquisição de meios, de organização e articulação operacional tivessem nascido com o debate desta nova lei orgânica do INEM.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Portanto, a pergunta que lhe deixo, Sr.ª Deputada Sofia Andrade, é a seguinte: qual destes problemas, que hoje apontamos ao INEM e que precisam urgentemente de ser resolvidos, não existia no período de governação de António Costa?

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, os tempos mudaram. Na versão moderna deste conto popular, o João Ratão já nem precisa de se preocupar em cair no caldeirão,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É só histórias!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — … porque a carochinha, de tão convencida que continua rica e bonitinha, acaba por cair sozinha.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Não percebeu nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Percebeu, percebeu!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Andrade

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento, muito obrigada por este momento lúdico que trouxe ao debate.

A questão que está aqui em causa é que a Sr.ª Deputada nunca ouviu, em momento algum, o Partido Socialista dizer que estava tudo bem com o INEM.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Na altura, diziam!

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Pelo contrário, a cada momento, sempre que existiam dificuldades, nós enfrentávamo-las.

Relativamente à questão dos recursos humanos, se a Sr.ª Deputada bem soubesse, quem criou a carreira do técnico especial de pré-hospitalar foi precisamente o Partido Socialista. E também fomos nós que fizemos a primeira atualização nessa carreira.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Já agora, quando falamos de viaturas médicas, também pode agradecer ao Partido Socialista o anúncio que o PSD vem agora fazer quanto à aquisição dos novos bens de salvamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, informo que a Mesa só tem uma inscrição, que é a do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Pedia aos Srs. Deputados que se fossem inscrevendo, para agilizarmos um bocadinho o nosso debate, que hoje é muito comprido.

Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quando falamos do INEM, falamos de vidas humanas e de minutos que fazem a diferença entre a vida e a morte. Qualquer reforma deve, por isso, responder a uma pergunta simples: vai o socorro chegar mais depressa e funcionar melhor?

Transferir responsabilidades sem garantir meios humanos, operacionais e financeiros pode significar apenas transferir os problemas. E, sejamos claros, não existe emergência médica de qualidade sem financiamento adequado.

Por isso, defendemos o reforço do financiamento do INEM, nomeadamente através do aumento da percentagem destinada a este instituto, associada aos prémios de seguro, sem aumentar aquilo que os segurados pagam. Não podemos exigir mais ambulâncias, melhores equipamentos, mais profissionais e respostas mais rápidas e depois negar os recursos necessários.

O INEM precisa de meios, estabilidade e capacidade de resposta, porque, quando uma vida está em risco, o Estado não pode chegar tarde demais.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados: O INEM precisa de mudar. Todos concordamos com isto. Mas então não podemos continuar a tratar cada mudança ou cada tentativa de mudança como se fosse uma ameaça.

Manter tudo como está, como o Partido Socialista fez durante oito anos, também tem consequências, e são essas consequências que estamos hoje a ver. Por isso, quem defende a manutenção do modelo como o que hoje temos tem igualmente de explicar, então, como é que vamos resolver os problemas que existem e que justificam a tal necessidade de reforma.

Esta lei orgânica define a missão, a organização, as responsabilidades do INEM. É uma lei de enquadramento. O seu valor está naquilo que permitir fazer no terreno. Reconhecemos passos positivos nesta lei orgânica, de reforçar a governação clínica, planear os próximos anos e prestar contas sobre os resultados.

Mas o Governo tem de fazer esta reforma funcionar, porque publicar um diploma é apenas o início. É preciso garantir os profissionais, os meios e a capacidade para decidir a tempo, porque para quem liga para o 112, o que conta é ter uma chamada atendida, uma equipa disponível e a ajuda a chegar depressa. É por essa resposta que temos de avaliar essa reforma.

A Iniciativa Liberal está disponível para novas formas de organizar a emergência médica, para uma melhor articulação com as ULS e para a cooperação com os parceiros do sistema. Vamos avaliar essas soluções pela segurança e pela qualidade das respostas, porque serem apenas diferentes das anteriores não pode ser nunca o argumento para rejeitar essas soluções. Contudo, essa nossa disponibilidade traz exigências.

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Criamos responsabilidades claras na articulação com as ULS. Por exemplo, quem é que assegura os profissionais, quem financia os meios, quem responde quando o serviço falha.

Depois, o financiamento merece a mesma exigência. O presidente do INEM, em audição, foi claro: é preciso mais dinheiro. Nós levamos esta preocupação a sério, portanto, obviamente, estaremos sempre disponíveis para discutir um modelo de financiamento que seja mais adequado e previsível. Só que aumentar apenas a percentagem sobre os prémios de seguro é, simplesmente, a solução mais fácil e não resolve, por si só, a questão da previsibilidade.

Portanto, o Governo tem de explicar muito bem de quanto é que o INEM precisa, para quê e que melhorias concretas serão garantidas às pessoas. Depois, é preciso remover os obstáculos à execução desse dinheiro.

Ao longo dos anos, existiram saldos que ficaram por utilizar. Isto não demonstra, obviamente, que o INEM tenha dinheiro que chegue e sobre, e que seja suficiente para todas as necessidades, mas obriga a perguntar por que razão esses recursos não foram transformados em capacidade de resposta. Mais financiamento pode ser necessário, mas tem de ser acompanhado de condições efetivas para executar com objetivos e com resultados, para que depois possamos avaliar esses resultados.

Disto isto, e em resumo, financiamento adequado, autonomia de gestão e responsabilização têm de avançar em conjunto. A Iniciativa Liberal não terá nunca medo de mudar, mas terá sempre a exigência de avaliar, fiscalizar e corrigir, porque o imobilismo também tem custos e não podemos pedir às pessoas que estão lá fora que continuem a pagar o custo desse imobilismo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados: No início desta Legislatura, aliás, no início da anterior, discutiu-se a necessidade de refundação do INEM. Esta discussão não veio do nada, não foi um Governo que inventou. Não foi um Governo que surgiu e que tinha uma ideia completamente diferente para o INEM, e que resolveu destruir tudo o que existia e fazer uma coisa nova. Isto tem um passado e tem um passado, designadamente, nesta bancada.

Fui buscar uma notícia, que dizia o seguinte: «O CDS culpou hoje o Ministro das Finanças, Mário Centeno, por atrasos no tempo de resposta do INEM e corresponsabilizou os partidos de esquerda, desafiando-os a tomar uma posição clara nesta matéria. Segundo Isabel Galriça Neto, à época Deputada do CDS nesta Casa, o tempo de resposta do INEM aumentou devido a mais um conjunto de cativações de gaveta em que o ministro Mário Centeno não autorizou a contratação de profissionais.» Esta notícia é de 4 de abril de 2018.

Sr.as e Srs. Deputados do Partido Socialista, do PCP, do Bloco de Esquerda, todos foram alertados, em 2018, para o que estava a acontecer ao INEM, e os senhores continuaram a deixar que a situação se degradasse.

O INEM chegou a ser, em Portugal, o instituto e, provavelmente, a resposta de saúde mais moderna, mais qualificada e mais capaz de produzir resultados. Isso acontecia em recursos humanos, em recursos materiais, como era, por exemplo, a frota, e em recursos tecnológicos. E é lamentável que a governação de esquerda — em primeiro lugar pela geringonça…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Primeiro foi a AD!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e depois pelo Partido Socialista — se tenha permitido degradar uma das melhores respostas que o País tinha, a melhor resposta, indiscutivelmente, na área da saúde, que chegou ao estado a que chegou.

Protestos do PS.

Chegou ao ponto de cortar 120 milhões de euros da disponibilidade financeira do INEM para outras coisas, ao abrigo das cativações do ministro Mário Centeno, fazendo a situação chegar ao ponto a que chegou.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Grande lata!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Podíamos dizer assim: «Isto é uma questão de debate político. Os senhores dizem isso e nós dizemos outra coisa, porque a realidade não é como os senhores dizem.»

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Estávamos muito melhor!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, vamos a outra informação que não só a do Grupo Parlamentar do CDS, em 2018. O relatório da IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde), no final de

2024, apontou a falta de estratégia na retenção de profissionais do INEM, a inoperacionalidade de um terço da frota e o aumento da taxa de chamadas abandonadas de 0,1 %, em 2021, para 8 %, em 2024. O relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças) sobre o período entre 2021 e 2024 refere mais de 75 000 documentos por validar, relativos a pagamentos a bombeiros e à Cruz Vermelha.

Protestos da Deputada do PS Sofia Andrade.

O relatório do Tribunal de Contas registou 18 ajustes diretos na contratação de serviços para helicópteros, só em 10 anos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, nós alertámos e todas estas instituições confirmaram. A questão era se nós, quando chegássemos, mantínhamos o desastre em que o Partido Socialista deixou o INEM…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … ou se fazíamos alguma coisa. Escolhemos, por mão do Ministério da Saúde, fazer alguma coisa. E o que foi feito abre o caminho a uma nova vida do INEM que, certamente, será diferente daquela que o Partido Socialista deixou.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje estamos aqui a falar da lei orgânica e o do estatuto do INEM, e eu começo por dizer que esta lei orgânica não é uma reforma cosmética, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, deixava uma pergunta: o modelo atual é adequado à complexidade e responsabilidade que o INEM tem ou deve ter?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Pois bem, o que dizem os especialistas?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — São contra!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Todos os ex-presidentes e o atual presidente do INEM dizem: «não». É evidente que o modelo atual está ultrapassado e tem de ser reformado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O que dizem os partidos políticos? Dizem «nim», ou seja, «não» e «sim». Querem e não querem. Não sabem o que querem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ai sabemos, sabemos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sabemos!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Estamos a falar de uma reforma, Sr.as e Srs. Deputados, com base em avaliação. Na verdade, a Comissão Técnica Independente andou muitos meses a ouvir uma série de pessoas que fizeram sugestões para melhorar, de facto, a capacidade de intervenção do INEM. Mais, devo dizer que, durante longos anos, Sr.ª Deputada, o Partido Socialista foi acumulando problemas complexos e nada fez para recuperar o INEM, o que é uma vergonha.

Mas o INEM não tem estado parado. Já foram implementadas medidas que melhoraram de forma clara os indicadores de resposta. Aconselho, Sr.as e Srs. Deputados, a que comparem os primeiros semestres de 2023 a 2026 relativamente aos tempos de resposta, nomeadamente nos atendimentos às chamadas nos CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes) e da ativação do meio de socorro.

Existem preocupações? Sim, existem preocupações. Sempre que se propõe uma reforma, as preocupações aumentam. As preocupações aumentam porque as pessoas, no fundo, têm medo de alterar o que foram fazendo durante este tempo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso são as saudades!

Risos do Deputado do PS Carlos Pereira.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Mas o nosso objetivo é melhorar a vida das pessoas. Portanto, esta é uma situação que deve ser feita, e é importante que os Srs. Deputados estejam todos ao lado desta reforma.

A propósito das preocupações aqui expressas, quero deixar algumas notas importantes. O INEM não é desmantelado. Mantém a responsabilidade nacional pela coordenação do SIEM (Sistema Integrado de Emergência Médica). A extinção das delegações regionais não significa o fim da presença regional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Mantêm-se os quatro CODU e é reforçada a organização funcional das regiões. Não há fragmentação do SIEM. A articulação com unidades locais de saúde, bombeiros, Cruz Vermelha Portuguesa e outros parceiros ocorre dentro de um sistema coordenado centralmente pelo INEM.

As SIV (Suporte Imediato de Vida) não são extintas; será testado um novo modelo, mas mantêm-se as SIV.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — E as outras, não?…

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — O INEM mantém responsabilidades na formação e qualificação dos profissionais do SIEM, contrariamente àquilo que disseram várias pessoas.

A governação clínica é reforçada. O INEM passa a ter o Estatuto de Instituto Público de Regime Especial, com autonomia administrativa e financeira e património próprio. Mais, a reforma prevê mecanismos de avaliação para acompanhamento da própria reforma, que pode, em alguns pontos, ser corrigida, caso seja essa a situação.

Mas deixem-me apresentar-vos aqui três questões que acho que são importantes para a nossa reflexão. Uma tem a ver com a flexibilidade na contratação dos recursos humanos, a outra com a flexibilidade nos procedimentos de aquisição de bens e equipamentos, nomeadamente concursos mais rápidos, ou seja, o INEM tem de ter um estatuto semelhante àquilo que é a defesa nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — E porquê? Porque o INEM faz parte da resiliência deste País, faz parte da resiliência em guerra, faz parte da resiliência quando existem crises, mas faz parte da resiliência todos os dias. O INEM existe para salvar vidas todos os dias, portanto, deve ter este estatuto para poder rapidamente melhorar a sua capacidade de resposta. E, finalmente, gostava de dar uma nota sobre o financiamento e orçamento ajustado às necessidades atuais do INEM. É verdade que hoje entraram propostas. Vejam lá, entraram hoje, em cima da hora, propostas de vários partidos políticos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó homem, não lê o Regimento?!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Ou seja, não tiveram tempo para pensar no INEM.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Governo é que está sem tempo!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — O INEM, que já foi falado dezenas de vezes, quer na Assembleia da República, neste palco onde estamos, quer na Comissão de Saúde.

A verdade é que existem propostas de financiamento relativamente aos prémios dos seguros de vida, por parte do Partido Socialista, do JPP, do Livre, etc. Mas deixem-me dar uma nota final, que acho importante: as propostas que são apresentadas, basicamente — com exceção da questão de financiamento —, são para ficar tudo na mesma,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não são, não!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — … ou seja, não querem que haja reforma e querem manter tudo como está, e obviamente que o PSD vai avançar e não vai deixar que isso aconteça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Inês Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.ª Ministra: Esta reforma faz lembrar um pouco aquela máxima de começar a casa pelo telhado, porque uma coisa é haver a necessidade de uma reforma, outra diferente é haver a necessidade de investimento e de meios.

E se há algo de que temos de ter a certeza é de que o INEM não pode estar desprovido de meios,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não está!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … porque é um serviço em que, efetivamente, os portugueses sempre confiaram — sempre souberam que do outro lado da linha havia quem os atendesse —…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sempre!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e sabiam que havia, efetivamente, meios que chegariam a tempo, o que agora é uma perceção completamente alterada.

O PAN diz isto com a consciência tranquila de quem já apresentou aqui, na Assembleia da República, propostas para que, efetivamente, houvesse o reforço dos meios dos técnicos de emergência pré-hospitalar. No entanto, aquilo que verificamos é que, de facto, este investimento tem vindo a ser deixado decair sucessivamente e por sucessivos governos — não falamos apenas do Governo do PSD, também falamos do anterior.

Sr.ª Ministra, há pouco, nas várias intervenções, falou-se nesta questão do investimento e, tendo em conta que em breve vamos ter a discussão do Orçamento do Estado, acho que há aqui uma coisa que tem de ficar clara — até mesmo depois, no tempo que terá para a sua intervenção final —, que é se o Governo vai ou não garantir que o envelope financeiro vai acompanhar esta reforma, sob pena de, mais uma vez, se mudar a orgânica quando aquilo que se está a fazer é cortar a capacidade de resposta do INEM.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São os seguros que pagam o INEM!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Está enganado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São os seguros, são!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª **Ministra da Saúde** (Ana Paula Martins): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, cumprimentar respeitosamente os presentes e pedir também que transmitam uma saudação aos ausentes, porque o Governo, como cumpre fazer, vem a esta Casa da democracia dar conta do que fez e porque fez.

Falar da nova lei orgânica do INEM nesta sessão parlamentar é falar de dois anos e meio deste Governo para retirar o INEM dos cuidados paliativos como estava quando assumimos a governação do País.

Aplausos do PSD.

Vamos aos factos. Em abril de 2024, encontrámos um INEM com faltas de toda a ordem.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E agora está a correr bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Desde logo, com profissionais sem valorização — o INEM perdeu 35 % dos seus quadros nos últimos oito anos de governação que nos antecederam —; meios parcos e degradados; um CODU sem condições digitais adequadas; inexistência de georreferenciação e geolocalização para os parceiros do Sistema Integrado de Emergência Médica; bombeiros com acordos sem cabimento e sem perspetiva de atualização assumida pelo Governo;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois claro!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … quadros de recursos humanos congelados por um secretário de Estado da Saúde; programas de formação insuficientes e com menos horas de formação ministrada do que era obrigatório aos operacionais; inúmeras incompatibilidades e irregularidades na gestão, que ainda estão a ser apuradas pelas entidades competentes.

Aplausos do PSD.

Ao contrário do que os Srs. e as Sr.as Deputadas poderão pensar, não é só este Governo que o diz. Como reza, até, o pedido de reapreciação parlamentar do PC, e vou citar apenas um bocadinho, de facto,…

Vozes do PCP: — Do PCP!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É igual! É igual!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … — do PCP, do PC, peço desculpa — a auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, ao período…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Vamo-nos focar no essencial e deixar o acessório, que é um problema, às vezes.

Como dizia, a auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao período 2021-2024, encontrou mais de 75 000 documentos por validar, relativos a pagamentos a bombeiros e à Cruz Vermelha.

O Tribunal de Contas registou 18 ajustes diretos na contratação de serviços de helicópteros nos últimos 10 anos — um verdadeiro escândalo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O habitual!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — E foi neste contexto de crise operacional que o Governo lançou a chamada refundação do INEM.

Mais de dois anos de discussões entre audições parlamentares, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que ainda decorre, e uma Comissão Técnica Independente que produziu um relatório público com várias recomendações — e que sustentam a proposta apresentada pelo Governo —, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nós podemos, naturalmente, e devemos, discutir as soluções, é para isso que estamos aqui no Parlamento, mas não podemos reescrever os factos. Houve auscultação e a lei não nasceu de uma decisão fechada num gabinete,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … nasceu de um trabalho técnico alargado sobre o qual se assume, perante esta Assembleia, a responsabilidade política.

E o que aconteceu nos últimos anos ao INEM é imperdoável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Os trabalhadores, que todos os dias salvam vidas, só com este Governo viram a sua carreira valorizada, aumentados e requalificados,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não se viu nada!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … começando agora a ter condições dignas para trabalhar.

Gostem ou não os que nos criticam, temos um acordo coletivo de trabalho em negociação, criámos a dedicação plena para os médicos, lançámos dois concursos de contratação de Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, estamos com mais 551 trabalhadores — mais 551 trabalhadores, enfermeiros também —, mas, porque, naturalmente, os meios são importantes, não ficámos por aqui.

Adquirimos, sim, as tais 245 ambulâncias que estavam em RCM (Resolução do Conselho de Ministros) mas que nunca foram adquiridas — tivemos de fazer outra resolução —, assim como as novas VMER (Viatura Médica de Emergência e Reanimação).

Temos em funcionamento o melhor serviço de helitransporte de emergência médica que alguma vez Portugal teve, adjudicado por concurso público internacional,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é por ajuste direto!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … a que se juntam agora quatro helicópteros da Força Aérea, para reforçar a capacidade de resposta aos portugueses.

E quanto ao tempo de atendimento, apesar da pressão assistencial, podemos dizer que melhoram todos os dias, estamos com menos de 22 segundos.

O líder do Partido Socialista, que hoje está ausente,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O que é que tem a ver?!…

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … enviou ao Sr. Primeiro-Ministro, em 16…

Vozes do PS: — Eh!…

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Calma, calma, Srs. Deputados.

Continuação de protestos do PS.

Srs. Deputados, calma, serenidade, serenidade.

O líder do Partido Socialista, que hoje não está connosco, enviou ao Sr. Primeiro-Ministro, em 16 de julho de 2025,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Onde é que ela está? Nesse papel?!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … a proposta da criação de uma unidade de coordenação para emergências hospitalares. Tem todo o direito de o fazer.

Vários especialistas cuidaram de a analisar. Em síntese, essa proposta, cujos princípios teóricos se compreendem, era inaplicável,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Foi testada!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … totalmente inaplicável. Resumia-se a um emaranhado de competências cruzadas e redistribuídas, para criar novos postos de trabalho, conduzindo a ingerências que tornariam a emergência médica — que é matéria de governação clínica e é, por natureza, parte do Serviço Nacional de Saúde — numa situação de caos idêntica àquela que nos foi deixada.

Vou terminar, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, naturalmente depois continuando, no tempo que me restar, agradecendo muito a vossa atenção e a serenidade com que me ouviram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Então não se levantaram?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela tareia que o PS levou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a geringonça!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, o Governo beneficia de 40 segundos de tempo, cedidos pelo PSD, e a Sr.ª Ministra tem três pedidos de esclarecimento. Suponho que responda a todos em conjunto, tendo em conta que o tempo de que dispõe não dá para mais.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra do Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra — e, já agora, Sr. Deputado João Almeida e Sr. Deputado Miguel Guimarães — sabe verdadeiramente o que é imperdoável? Sabe o que é imperdoável e que o País dificilmente perdoa…

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Tirar 120 milhões!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … e que nunca aconteceu em oito anos de Governo do Partido Socialista? Foi um Governo inteiro, um Ministério inteiro, não ter percebido que havia uma greve do INEM e ter resultado em tragédia, em que morreram nove pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — 12!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Isso é imperdoável. Isso o povo não perdoa.

E, Sr.ª Ministra, devo dizer que tenho uma certa perplexidade sobre algum espanto desta Casa, e também dos autores de alguma maneira relacionados com o INEM, da lei orgânica, ou da revisão da lei orgânica que esta Sr.ª Ministra fez. É que acho, sinceramente, que não nos devíamos espantar, porque esta revisão da lei orgânica é a cara da Sr.ª Ministra. É exatamente a cara da Sr.ª Ministra.

Protestos do PSD.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Quer que lhe diga porquê?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então?!…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É que a Sr.ª Ministra começou a fazer exatamente a mesma coisa quando desmantelou a Direção Executiva do SNS,…

Aplausos do PS.

…desfragmentou-a e, hoje em dia, já não se sabe para que é que serve a Direção Executiva do SNS. Não se sabe!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A direção clínica não interessa nada?! Isto é ridículo!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Qualquer dia há de acabar com ela, mas hoje em dia não se sabe para que é que serve a Direção Executiva do SNS.

E a Sr.ª Ministra está a fazer exatamente a mesma coisa com o INEM. Está a fragmentar o INEM, está a reduzir a capacidade operacional do INEM, está a reduzir a capacidade de comando do INEM. Obviamente que isso é altamente preocupante, Sr.ª Ministra.

É preocupante porque não vamos esquecer que, há muito pouco tempo, a Sr.ª Ministra e as Sr.as Secretárias de Estado se esqueceram de que havia uma greve, não preveniram a greve, não arranjaram serviços mínimos e resultou numa tragédia.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavam em serviços mínimos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — É por isso que esta circunstância desta nova lei orgânica que ignora todos os atores e todas as preocupações, que reduz a capacidade operacional do INEM, que retira comando ao INEM, que, no fundo, coloca o comando do INEM de forma muito fragmentada, e que quem está lá dentro…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, penso que tanto a Sr.ª Ministra como alguns Deputados dos partidos da direita estão algo confusos…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai é?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … porque nós já não estamos no tempo do Governo do Partido Socialista e os senhores vêm para aqui continuar a fazer oposição ao Governo socialista.

Sr.ª Ministra, estamos aqui para falar das suas responsabilidades, dos dois anos de Governo da Sr.ª Ministra.

Se calhar a Sr.ª Ministra acha que é por acaso, acha que foi por acaso que ao fim de seis meses de estar em funções, o INEM colapsou e o sistema colapsou completamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estão a falar do PS ou do PSD?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A Sr.ª Ministra acha, porventura, que foi por acaso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o PS, foi por acaso?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não terá tido nenhuma responsabilidade nisso?

O facto de, em dois anos, ter quatro presidentes do INEM, não tem nada a ver com o assunto, Sr.ª Ministra?

Aplausos do L.

Enfim, a Sr.ª Ministra não tem responsabilidade alguma. Diz que fez dois anos de discussões. Estamos ainda para saber com quem fez essas discussões durante dois anos, porque todas as pessoas que vieram à Comissão Parlamentar de Inquérito disseram que não foram ouvidas pela Sr.ª Ministra e que não concordam com esta reforma.

Aplausos do L.

Todos os ex-presidentes do INEM assinaram uma carta a dizer que estão em desacordo com esta reforma; até o atual presidente do INEM já apontou reparos ao trabalho da Sr.ª Ministra.

Portanto, Sr.ª Ministra, a minha pergunta é: está ou não está o Governo disponível para, finalmente, fazer a discussão com o Parlamento, para finalmente ouvir os representantes do País e fazer uma reforma?

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Eurico, o Muacho ainda vai ser líder do PS!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O quê?! Não ouvi!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, para lá da arrogância que tem caracterizado este Governo, completamente dissociado daquilo que são, de facto, os problemas reais, na verdade, o que é que esta dita refundação do INEM de que a Sr.ª Ministra tanto fala trouxe? Menos capacidade!? Novas áreas de negócio? A redução progressiva da função de prestador do INEM, somente para regulador, para transferir a emergência pré-hospitalar para os grupos privados? É esta a sua visão para o INEM?!

Já agora, também gostava que me esclarecesse isto: se o Governo esteve assim tão bem na valorização dos profissionais, porque é que, do último concurso, da contratação de 200 técnicos de emergência pré-hospitalar… Quantos é que estão neste momento? Creio que são cerca de 30!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era melhor que não estivessem?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Porque será? As condições de trabalho estão garantidas?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São melhores do que eram, olha agora!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — As carreiras estão valorizadas? Está a haver a contratação que é necessária para garantir os meios de socorro?

É isso que é necessário que o Governo faça. Está a governar há mais de dois anos e os problemas não se resolveram, persistem todos!

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Ministra dispõe de 15 segundos adicionais, cedidos pelo Grupo Parlamentar do Chega,…

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Oh! Que benevolência!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — … e tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Muito obrigada, vou ser bastante rápida.

Vou começar pelo Sr. Deputado Carlos Pereira: obrigada pelos encómios. Não tenho tempo para ir outra vez à questão,…

Protestos do PS.

… que ainda está a ser discutida em sede de CPI.

Vozes do PS: — Oh!…

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Falaremos nessa altura.

Os senhores, como não têm mais nada para dizer, nem propostas para fazer,…

Aplausos do PSD.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… falam de infortúnios, usam infortúnios de pessoas…

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — As desgraças!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos deixar a Sr.ª Ministra responder.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Usam infortúnios de pessoas, que não estão sequer em discussão, quando já vos falta a verborreia para dizer exatamente aquilo que falta dizer.

Protestos de Deputados do PS.

Mas olhe, quanto aos resultados operacionais, e vou já terminar, os bombeiros não…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Zero!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Ministra, terminou o seu tempo. Ainda terá oportunidade, na fase de encerramento, de adicionar algum elemento que considere relevante.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Estamos aqui hoje a falar do INEM, e é bom que todos tenhamos bem presente que, quando falamos do INEM, isso quer dizer que 170 milhões de euros são lá encaixados, todos os anos — nossos e dos seguros de automóvel de todos os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sim, 170 milhões de euros para um único instituto do Estado: o Instituto Nacional de Emergência Médica.

Quando um português tem uma paragem cardíaca — ou quando tem uma Prioridade 1, em saúde —, seria suposto que a emergência médica lhe chegasse em sete minutos. É isso que diz a ciência internacional: sete minutos. Cada um desses minutos pode ser o último desse português ou dessa portuguesa.

Ora, em 2026, neste ano, com este Governo, em apenas 48 horas, três pessoas morreram, e não foi por terem esperado sete minutos. No Seixal, um homem morreu porque esteve três horas à espera do INEM.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Em Sesimbra, uma mulher morreu porque esperou 40 minutos pelo INEM.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

E em Tavira, outro homem português morreu porque esteve mais de uma hora à espera do INEM.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Estes casos, que não são únicos, devem ser uma vergonha nacional. E esta vergonha nacional, que não é nova, atravessa todos os Governos, o atual e os anteriores.

Alguns dos Srs. Deputados irão dizer «mas muitos outros salvámos, salvámos muitos outros!». Vão ter coragem de dizer isso, mesmo com as famílias aqui a olhar, mas nós não. Para nós, é nestas mortes que reside a vergonha nacional.

Se recuamos a 2025, ao ano passado, os helicópteros de emergência médica tiveram de ser assegurados pela Força Aérea, senão o País ficava sem eles.

Em 2024, a IGAS investigou 12 mortes que foram perpetradas durante uma greve que a Sr.ª Ministra diz ter desconhecido, e associou três dessas mortes a atrasos da emergência médica.

Mais atrás, no ano de 2023, o último dos oito anos de governação do PS, quando o PS dizia que estava tudo bem com o INEM, sim,…

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Nunca dissemos isso!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — … e louvava o seu então presidente, o Dr. Luís Meira, um bebé morreu em Santiago do Cacém, porque esperava pelo INEM — e o INEM abriu um inquérito;…

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

… um bebé morreu em Portimão, após esperar seis horas por transferência;…

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

… e um montanhista morreu, na Guarda, porque a viatura do INEM estava inoperacional.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Aliás, nesse ano, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal) dizia que mais de 30 % das viaturas do INEM estavam inoperacionais.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Depois disto, esta ministra que está aqui hoje connosco disse que ia refundar o INEM, que ia gastar 70 % do seu tempo a refundar o INEM.

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

Sr.ª Ministra, hoje, o que é imperdoável é que a Sr.ª Ministra não tenha melhorado um único minuto da emergência médica aos portugueses e que tudo esteja na mesma, praticamente dois anos depois de estar no Governo.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Aqui, hoje, sobre o INEM…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, foram os 15 segundos que cederam ao Governo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ficou sem eles.

Risos de Deputados do PS.

Srs. Deputados, passamos ao encerramento deste ponto da ordem do dia, e o Sr. Deputado Paulo Muacho tem a palavra para intervir.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este debate é, efetivamente, e deve ser, um debate sobre o futuro do INEM, e, para que o INEM possa continuar a salvar vidas, nós precisamos também de salvar o INEM.

Precisamos, sim, de garantir que o INEM tem condições para fazer o seu trabalho. Mas não tem tido, e continua a não ter, e o Governo continua a não garantir essas condições.

Aplausos do L.

A Sr.ª Ministra não respondeu à questão que lhe coloquei,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Cede-lhe tempo!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … muito direta, mas vou voltar a fazer essa questão, Sr.ª Ministra, e voltarei a fazê-la as vezes que forem precisas.

Sr.ª Ministra, o Governo, o PSD e os partidos que apoiam este Governo estão, ou não estão, disponíveis para discutir esta reforma do INEM e para discutir aquilo de que o INEM precisa?

Protestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, estamos a discutir esta questão porque o Livre, o PCP e o Bloco de Esquerda trouxeram este assunto à Assembleia da República!

Aplausos do L.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Estamos a discutir há dois anos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é por causa do PSD!

O PSD — aliás, com a conivência do Chega e da Iniciativa Liberal — põe a mão por baixo do Governo,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eh, lá! Não põe nada a mão por baixo! Era o que faltava!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … apoia sempre tudo aquilo que o Governo faz, mesmo quando está patente a sua incompetência,…

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha a linguagem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … a incompetência do Governo na gestão do INEM, na falta de capacidade do INEM, na falta de capacidade de retenção dos profissionais.

Já aqui foi falado, pela Deputada Paula Santos, que os concursos são abertos, as pessoas candidatam-se e, a seguir, abandonam o concurso porque continuam a não ter condições de trabalho.

O INEM tem falta de capacidade em termos de meios de resposta e aquilo que esta reforma faz é eliminar as delegações regionais, para que não haja coordenação regional e para que esteja tudo centralizado em Lisboa. Aparentemente, o PSD transformou-se agora num partido centralista e quer tudo concentrado em Lisboa!

Aplausos do L.

Não aprenderam nada com as reformas que têm estado a fazer noutras áreas, como na Educação. Destroem completamente a capacidade do Estado para fazer o seu trabalho, de conseguir ter a coordenação dos meios e de conseguir dar resposta às necessidades das pessoas.

Aplausos do L.

Os senhores não aprendem, não querem discutir com ninguém, não querem debater; dizem que falaram com toda a gente, mas todos os profissionais, todas as pessoas que percebem deste assunto, todos os ex-presidentes do INEM, volto a repetir, estão contra esta reforma.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não sei com quem é que os senhores fizeram esta reforma, não sei onde é que a fizeram, não sei onde é que ouviram alguém. A Comissão Técnica Independente, que o Governo nomeou, nem sequer a comissão de trabalhadores ouviu, portanto,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh, valha-me Deus!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta lei orgânica transforma o INEM num instituto público de regime especial. Aumenta-lhe a flexibilidade; elimina funções que não fazem parte da sua missão, que era coutada de alguns,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ministra da Saúde**: — … que viviam da formação e da certificação dessa mesma formação,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… agindo simultaneamente como reguladores e prestadores; aumenta a relação com as ULS; elimina unidades redundantes ou que não tinham utilidade — se calhar, há coisas que foram criadas em anteriores Governos que não servem para coisa nenhuma, Sr. Deputado,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… e a vida é assim, aprendemos —; mantém a formação dos seus técnicos e expande a relação com os parceiros, dotando-os de meios que nunca tiveram e da formação em suporte básico de vida que precisam de ter por todo o País.

Este INEM garante que um cidadão em Bragança tem a mesma possibilidade de aceder ao socorro que um cidadão em Lisboa ou no Porto.

Este INEM constrói-se pelos trabalhadores, e aqueles que saem, Sr.ª Deputada, é sobretudo de Lisboa e Vale do Tejo, por razões que a senhora conhece bem, tal como outros profissionais.

Este INEM, que agora se refunda, não é o INEM de alguns! Não é o INEM dos que agora dão entrevistas, mas que lá andaram a vida toda e levaram ao que está,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… dos que parasitaram, anos a fio, sem sequer fazerem um dia de CODU.

Este INEM é o INEM dos portugueses: salva vidas.

A resposta é: sim, todo o dinheiro dos seguros vai para o INEM — e também dinheiro do Orçamento do Estado, como está a ir neste momento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegados ao fim deste ponto da ordem do dia, despeço-me da Sr.ª Ministra da Saúde.

Passamos ao ponto seguinte, que consiste na discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 103/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, e legislação conexa, e dos Projetos de Lei n.os 760/XVII/2.ª (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano, 764/XVII/2.ª (IL) — Pela verdadeira revogação dos regimes de congelamento de rendas – A ação social é do Estado, não do privado, 767/XVII/2.ª (BE) — Garante rendas acessíveis para promover o direito à habitação (altera a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026), 769/XVII/2.ª (L) — Promove a estabilidade dos contratos de arrendamento para habitação e limita as rendas nos novos contratos e 773/XVII/2.ª (PS) — Cria a garantia pública de segurança no arrendamento habitacional e promove o desenvolvimento do mercado de seguros privados no arrendamento habitacional, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1253/XVII/2.ª (BE) — Recomenda ao Governo que promova uma política de arrendamento que proteja os inquilinos nos casos de informalidade, 1261/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da resposta pública às situações de vulnerabilidade no arrendamento habitacional e 1272/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de arrendamento que sirva à classe média e às famílias mais vulneráveis.

Enquanto as bancadas se vão reconfigurando, fazemos uma pequena pausa.

Pausa.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, estamos em condições de iniciar?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Habitação, para intervir e abrir o debate.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação** (Patrícia Gonçalves Costa): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Ministro, Srs. Deputados: A reforma do arrendamento urbano, que hoje apresentamos, parte de uma necessidade muito clara, a de que é imperativo aumentar a oferta de casas em Portugal.

O Governo, através do Construir Portugal, traçou uma estratégia para isso: maior investimento em habitação pública, e já há 31 700 casas concluídas, e instrumentos financeiros robustos para construir muitas mais; libertação de solos para construção de habitação a custos controlados e acessíveis; remoção de bloqueios administrativos; e o maior choque fiscal para a habitação.

Agora, depois deste caminho feito, e não é por acaso, apresentamos a reforma do arrendamento urbano. O aumento da oferta tem de ser imediato, mas só vamos conseguir mobilizar o parque habitacional existente gerando a confiança de todos.

O Governo não quer fazer uma revolução no mercado do arrendamento; o Governo está a fazer uma reforma, e a diferença não é semântica.

As revoluções alteram profundamente as regras de um sistema e produzem efeitos, muitas vezes, difíceis de antecipar e de controlar. Neste momento, Portugal precisa de estabilidade no setor da habitação, não precisa de ruído, nem de mais propaganda; precisa que todos entendam que a política pública de habitação se faz de

decisões informadas e de conhecimento real de campo. A habitação é um tema técnico e trabalha-se com sentido de urgência.

As reformas permitem corrigir aquilo que não funciona, preservar aquilo que deve ser protegido, acompanhar os resultados e calibrar as soluções sempre que necessário. É isto que estamos a fazer.

Queremos devolver ao mercado do arrendamento quatro coisas que, durante demasiado tempo, estiveram em falta: confiança, previsibilidade, segurança e estabilidade. Confiança, para quem coloca uma casa no mercado; segurança, para quem nela vive; previsibilidade, para ambos; e a estabilidade suficiente para que o arrendamento volte a ser uma verdadeira alternativa habitacional.

E porque esta reforma não elimina direitos dos arrendatários nem liberaliza indiscriminadamente contratos antigos, não estamos a retirar a proteção social, estamos a separar proteção social de incumprimento contratual. Mantemos proteções específicas para quem verdadeiramente precisa delas: arrendatários mais idosos, pessoas com incapacidade relevante e agregados de baixos rendimentos.

O que fazemos é começar a corrigir situações de bloqueio, que se prolongaram durante décadas e ninguém antes de nós teve coragem para o fazer, aproximando gradualmente contratos antigos com o regime atual, preservando sempre a proteção reforçada das situações de maior vulnerabilidade.

Um contrato só funciona se ambas as partes souberem que as obrigações que assumem têm de ser cumpridas. Por isso, tornam-se claros os mecanismos de reação à mora e aos atrasos repetidos no pagamento de rendas. Simplificamos o procedimento especial de despejo e eliminamos atos que prolongam processos cujo fundamento já está objetivamente demonstrado, sem eliminar o controlo judicial quando esteja em causa a entrada no domicílio. E isto não é retirar proteção, é tornar os contratos efetivos.

E há um princípio que importa afirmar com clareza: a política social não deve ser feita à custa de um senhorio individual. Quando existe verdadeira vulnerabilidade, deve ser o Estado a responder, e é por isso que esta reforma reforça simultaneamente a responsabilidade social do Estado e a proteção das famílias que dela necessitam.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Queremos um mercado em que quem cumpre tenha confiança para permanecer, em que quem arrenda tenha segurança para ficar e em que quem é vulnerável seja protegido; um mercado em que o incumprimento não se transforme numa situação indefinida no tempo.

Estamos a dar uma resposta responsável, gradual e monitorizável e a fazer uma reforma em que haja mais confiança. E, Srs. Deputados, mais confiança implica mais casas para arrendamento para as famílias que necessitam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Secretária de Estado tem três pedidos de esclarecimento. Precisávamos de um sinal de como pretende responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Em conjunto, muito bem.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, começamos por uma autorização legislativa. Sr. Ministro, permita-me dizer-lhe, e Sr.ª Secretária de Estado, que nunca tivemos um Governo tão inseguro.

O orador exibiu um gráfico intitulado «Propostas de lei de autorização legislativa».

Vive na insegurança!

A Sr.ª Secretária de Estado fala de segurança. Ó Sr. Ministro, isto é mesmo também consigo: em dois anos e meio, este Governo apresenta praticamente o mesmo número de autorizações legislativas que os Governos do Partido Socialista apresentaram durante oito anos.

Aplausos do PS.

Este deve ser o Governo mais inseguro da República Portuguesa desde o 25 de Abril!

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Quarenta e três autorizações legislativas, umas atrás das outras!

O tema chega a ser tão ridículo que, na próxima semana, vamos discutir uma autorização legislativa sobre bolsas de nicotina. Ou seja, os senhores parlamentares não são sequer capazes de discutir as bolsas de nicotina!

E num tema tão central como o do arrendamento, a primeira pergunta é: porque é que o Governo foge do Parlamento?

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Porque é que o Governo, mais uma vez, não quer discutir a política de arrendamento no Parlamento?

Aplausos do PS.

Mas eu percebo. Olhe, este Governo aumentou…

O orador exibiu um gráfico intitulado «Preço das casas – variação homóloga».

Compare: no último trimestre do Governo Socialista aumentou 7,8 %; no último do Governo da AD, 16,5 % de aumento do preço das casas.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Preço das rendas:…

O orador exibiu um gráfico intitulado «Preço das rendas por m² – variação homóloga».

… no último trimestre do Governo socialista, 8,51 €/m²; passou — disse ontem a Lusa (Agência de Notícias de Portugal), segundo o INE — para 10,17 €/m².

A renda mediana continua a subir, Srs. Deputados,…

O orador exibiu um gráfico intitulado «Renda mediana dos novos contratos (€/m²)».

… e a grande solução do Governo é esta: rendas moderadas de 2300 € e, agora, aqui, insegurança para os inquilinos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Segurança é para os senhorios!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Que a segurança dos senhorios seja paga com a insegurança de quem vive do seu trabalho, de quem precisa de teto, passando o ónus para os mais pobres, para o teto dos mais pobres. Sr.ª Secretária de Estado, este Governo falha.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Secretária de Estado, como é que é possível? Como é que é possível, no momento que o País atravessa, num momento em que as rendas estão no valor mais elevado de sempre, como é que é possível ser esta a proposta que o Governo nos traz?

É uma proposta que, em resumo, faz três coisas. Primeiro, facilita os despejos, que agora passam a ser possíveis após dois meses de incumprimento — dois meses que se podem dever a uma emergência familiar, a que a família é obrigada a dar resposta no imediato; podem dever-se até a atrasos no salário, que uma pessoa não recebe e, por causa disso, não consegue pagar a renda.

Aplausos do L.

Aquilo que o Governo quer é, apesar de uma dificuldade poder ser temporária, aumentar e ter uma perda de casa permanente.

Segunda dimensão: aumentar o número de rendas adiantadas pedidas, de duas para três, fazendo com que seja ainda mais difícil conseguir garantir um arrendamento.

Terceira, e pior ainda: acabar com todos os limites às cauções. Onde é que elas acabarão? Serão 5 meses, serão 10, serão 20?

Sr.ª Secretária de Estado, deixo-lhe já aqui uma certeza: essa decisão vai aumentar a discriminação daqueles que procuram casa;…

Aplausos do L.

… fará com que os senhorios usem todos os seus preconceitos, tudo aquilo que queiram para discriminar o acesso à habitação.

Srs. Membros do Governo, como é que é possível? Em que país é que vivem? Em que país é que vivem?! Não é no País real! Em que país vive a direita parlamentar?

Em que país vive o Chega, que é o único partido, tirando aqueles que apoiam o Governo, que vem para este debate sem uma única proposta?

Em que país vive a Iniciativa Liberal, que, sim, vem a debate, mas traz a motosserra para facilitar o arrombar das portas e a desproteção das pessoas mais frágeis?

Aplausos do L.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é falso! Falso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muitas Maricarmens existiriam se a Iniciativa Liberal levasse avante a sua proposta! Em que país é que vivem?

Precisamos, sim, de mais justiça, precisamos de mais estabilidade, mas sabe para quem, Sr.ª Secretária de Estado? Precisamos de estabilidade para os inquilinos, para aqueles que têm de contar cêntimo a cêntimo para conseguirem acesso a um bem essencial, como é a habitação.

A minha pergunta é muito simples: olhando para os dados que temos pela frente, olhando para o facto de termos o valor mais elevado de sempre nas rendas, acha ou não acha que o seu Governo tem falhado redondamente no que diz respeito à habitação?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marta Silva, do Chega.

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, o Governo diz que é necessário recuperar confiança, nós também; aumentar oferta, nós também; reforçar a liberdade contratual e garantir ao proprietário uma resposta mais eficaz perante o incumprimento, nós também.

Diz também que compete ao Estado assumir a resposta perante as situações de casos mais vulneráveis,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — «Nós também»!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … e esse princípio não nos é estranho, é verdade. Nós defendemos, há anos, isto…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh! Anos?!…

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … e apoios dirigidos a quem verdadeiramente precisa; e votámos, ainda este ano, uma proposta da Iniciativa Liberal de descongelamento das rendas.

Portanto, a minha pergunta é, sobretudo, sobre o equilíbrio desta solução que está em cima da mesa.

O Governo entende que deve reduzir o risco do senhorio — muito bem! —, mas veja: uma família que até tem um rendimento aceitável, que possa pagar uma renda mensal de 1000 €, pode não ser capaz de, à entrada, à cabeça, entregar milhares de euros,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … porque é isto que está na vossa proposta.

Aplausos do CH.

E, depois, há outra fronteira que esta lei tem de reconhecer: fazer uma distinção entre o incumprimento daquele inquilino que está a agir de má-fé…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — … e o incumprimento daquele inquilino, daquela pessoa, que realmente está numa situação vulnerável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O senhorio é a Santa Casa, ou quê?!

A Sr.ª **Marta Martins da Silva** (CH): — E espero que não sejam, uma vez mais, os senhorios a suportar a responsabilidade social do Estado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Secretária de Estado da Habitação tem a palavra para prestar esclarecimentos.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigada pelas questões que foram colocadas e pela oportunidade que me é dada para esclarecer.

Sr. Deputado Jorge Pinto, encontrámos, de facto, um País que não tinha uma única casa quando assumimos a liderança neste Governo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Zero!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Não tinha uma única casa para entregar no âmbito do arrendamento público.

E o que é que fizemos? Reforçámos dotações, criámos um regime de exceção, porque há mais habitação com este Governo para lá do PRR: 31 700 casas concluídas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Financiadas pelo PS!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — … reforço orçamental e programas com um investimento já robustecido, até 2030, para construir muito mais casas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — E quero dizer-lhe que, no âmbito deste Governo, a casa pública não serve só as famílias mais vulneráveis, serve também uma classe média. Portanto, toda a habitação pública: 10 mil milhões de euros em investimento em casa pública, até 2030, em dois anos de Governo.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — De onde é que vêm? Do PRR!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — E isto é muito importante que seja dito, para desmistificar tudo o que vem sendo dito sobre todos os programas que já existiam até aqui chegarmos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Foram programas de regime de exceção, foram aceleração, para que o dinheiro chegue rapidamente às várias famílias.

E digo mais, sobre o Estado social que este Governo está a orientar: 400 milhões de euros em programas de apoio ao arrendamento, no ano de 2025 — 400 milhões de euros para apoiar os mais vulneráveis —, mais do que duplicaram os jovens que recebem hoje apoio no Programa Porta 65; e o programa de apoio à compra de casa, porque o acesso à habitação também se faz com compra de casa. Mais de 117 000 jovens resolveram ficar em Portugal com os programas que este Governo lançou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, nós estamos totalmente disponíveis para conversar com todos,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — … em sede de especialidade, para resolver, limar, melhorar o que no diploma tenha de ser robustecido.

Respondendo à Sr.ª Deputada Marta Silva, efetivamente, concordamos em muitos pontos…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Ah!…

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — … e, portanto, estaremos disponíveis para articular.

Vozes do PCP: — Claro!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Agora, uma coisa é importante que seja clarificada: este Governo trabalha com todos, mas não recebe lições de ninguém em matéria de Estado social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 760/XVII/2.ª, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Inicio esta intervenção dirigindo uma saudação à Associação dos Inquilinos Lisbonenses, aqui presente, a acompanhar este debate. Se é verdade que nunca foi fácil encontrar uma casa para morar, é igualmente verdade que nunca foi tão difícil como agora.

Protestos de Deputados do CH.

Os custos com a habitação estão em valores nunca vistos, bem superiores aos salários auferidos pela maioria dos trabalhadores. Os custos da habitação aumentaram 180 % numa década, mas os salários não aumentaram na mesma proporção.

O que se impõe é garantir o direito à habitação e não o negar, como tem feito o Governo, que agora ainda quer ir mais longe.

O que se impõe é garantir estabilidade no arrendamento, como propõe o PCP, e não precarizar o direito à habitação, como pretende o Governo.

O que se impõe é proteger a casa de morada de família, como propõe o PCP, com a revogação do balcão dos despejos, e não acelerar ainda mais os despejos, como pretende o Governo.

Com esta proposta do Governo vão multiplicar-se as situações de despejos, como a que ocorreu em Espanha…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh! Sánchez!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já lá vamos!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e que gerou uma enorme indignação.

Protestos do PSD.

Ouçam! Ouçam!

Vão acelerar os despejos; revogar os limites de fixação à renda dos novos contratos; transitar para o NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano) contratos anteriores a 1990 cujos arrendatários tenham entre 50 e 64 anos; aumentar o número de rendas da caução e retirar o limite do montante;…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… eliminar o período mínimo de renovação para três anos; reduzir o prazo de antecedência para denúncia de contrato para três anos; entre muitas outras malfeitorias.

Para este Governo, o problema da habitação resolve-se mandando os inquilinos para a rua e aumentando as rendas. É desumano, é cruel e só demonstra o desprezo do Governo pela vida das pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Cuba corre bem!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — São medidas que se somam a outras já tomadas por este Governo — como as reduções fiscais para os grandes proprietários e os fundos, ou a designada «renda moderada» de 2300 €, que só contribuiu, como denunciámos, para aumentar os valores da renda —, que não só irão resolver nenhum problema da habitação, contrariamente à retórica do Governo, já desmentida pela realidade, como vão agravar e tornar a habitação mais inacessível.

Esta é uma proposta que favorece os mesmos que têm acumulado chorudos lucros com a especulação imobiliária: a banca, os fundos, os grandes proprietários. É um Governo com saudades da troica e que quer retomar a política travada em 2015.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores é que querem a troica!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mas, tal como em 2015 não estávamos condenados à política de exploração e de empobrecimento, também hoje não estamos condenados à precarização e instabilidade que o Governo quer impor. A questão que hoje se coloca é a de saber se as Sr.as e os Srs. Deputados vão estar com as famílias na defesa do seu direito à habitação ou se vão contribuir para agravar este problema no País.

Esta proposta do Governo pode ser travada hoje. Uma eventual baixa à comissão, sem votação, é viabilizar que esta legislação avance, o que responsabiliza as forças políticas que assim o permitam, pois é aceitar estas opções que significam desproteger os inquilinos e as famílias.

A habitação não pode ser uma mercadoria e o direito não pode ser um negócio. A habitação cumpre uma função social, é condição básica para a organização e estruturação da vida das pessoas. Por isso, trazemos hoje a debate um projeto de lei em que propomos a extinção do «balcão dos despejos»; a garantia da suspensão dos despejos sempre que se verifique grave risco social, até que se encontre uma solução alternativa; o alargamento da duração dos contratos para 10 anos, com renovações automáticas mínimas de 3 anos; a salvaguarda de situações de filhos ou incapazes residentes, em caso de falecimento do arrendatário, entre outros.

O que é preciso é defender o direito à habitação e proteger os inquilinos, e é esse o nosso compromisso.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para a apresentação do seu projeto de lei, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Srs. Deputados, vamos passar ao orador seguinte, por isso, vamos criar condições para o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes poder usar da palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Desde 2015, há mais de 10 anos, que os preços na habitação sobem ininterruptamente — desde 2015! — e sobem por dois motivos. Sobem porque a oferta estagnou, caiu: construíam-se mais de 100 000 fogos e agora constroem-se 20 000;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … e sobem porque a procura aumentou: obviamente, entrar 1 milhão de pessoas em 6 anos tem um impacto no mercado da habitação, nos serviços públicos, na saúde e na educação.

Não existe uma bala de prata nem uma solução mágica para resolver este problema, e quem o disser está a mentir, mas pode ser feito mais do que aquilo que foi feito até agora. Uma das soluções é dar confiança ao mercado de arrendamento para que os proprietários queiram colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento. Isso, obviamente, obriga a um contrato de confiança com os proprietários.

O Governo e os partidos que o apoiam, o PSD e o CDS, apresentaram, finalmente, um diploma para incentivar mais proprietários a colocar os imóveis no mercado de arrendamento. Portanto, ao fim de dois anos e cinco meses de Governo,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E várias medidas!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … o PSD e o CDS finalmente acordaram — muito bom dia, Srs. Deputados, espero que tenham tido um bom descanso!

Esta proposta de lei do Governo, é verdade, há que dizê-lo, é um contributo para resolver o problema — pequeno, mas ainda assim positivo. Achamos que poderia ter ido mais longe, porque não foi tudo feito. Em particular, não se acaba com essa enorme desigualdade que é termos senhorios a fazer apoio social,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … quando isso compete ao Estado. É para isso que pagamos impostos, portanto, que seja o Estado a fazer apoio social.

O direito à habitação não significa o direito à casa dos outros, logo, podíamos ter ido mais longe, e a Iniciativa Liberal apresenta hoje uma proposta nesse sentido, que, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado Jorge Pinto, não faria com que nenhuma Maricarmen fosse despejada. Aliás, Maricarmen culpou Pedro Sánchez, culpou os vossos amigos do Podemos e do Sumar, os vossos amigos de extrema-esquerda. São eles os responsáveis, estão há oito anos no Governo.

Ora, perante isto, perante esta proposta de lei apresentada pelo Governo, o que é que fazem os partidos que podem viabilizar esta proposta? São os empatas do costume: empatam! Empatam casas e, com isso, empatam os portugueses e empatam o País. Em particular, isto tem de ser dito: José Luís Carneiro reencarnou Mariana Mortágua naquela história da avó assoberbada, porque ia ser despejada, e mentiu, dizendo que isto poderia acontecer aos portugueses e que havia velhinhos preocupados.

Ora, Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Luís Carneiro não está aqui presente — provavelmente, está a assustar velhinhos —, mas deixem-me dizer isto com toda a frontalidade.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Fala-se muito de fundos abutres, mas aquilo que José Luís Carneiro fez foi comprar um despejo em Madrid, inflacionar o medo e vendê-lo em Portugal. Isso é política abutre! É política abutre e não é forma de estar na política para um partido como o Partido Socialista.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Chega faz exatamente a mesma coisa, já diz que vai chumbar a proposta.

Protestos do CH.

E porque é que o faz? Porque o Chega medra no caos. Se as coisas melhorarem no País, isso é mau para o Chega. Portanto, o Chega vai-se juntar ao PCP e ao Partido Socialista para inviabilizar algo que, apesar de tímido, começava a dar um incentivo para melhorar o mercado de arrendamento.

Por isso, Srs. Deputados do Partido Socialista e do Chega, desamparem a loja e parem de empatar o País!

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Se não sabem, se não querem resolver os problemas da habitação e do mercado de arrendamento, olhem, pelo menos saiam de cima.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, para apresentar o Projeto de Lei n.º 767/XVII/2.ª, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo quer acelerar os despejos e retirar qualquer limite ao aumento de rendas. É uma espécie de olhar para um incêndio e depois regá-lo com gasolina.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Portugal, neste momento, já atravessa uma crise habitacional que é mais do que uma dificuldade económica e que se consagra na impossibilidade de ter uma vida normal. Estamos a falar de jovens que trabalham e não conseguem sair da casa dos pais. Estamos a falar de famílias que fazem as contas, todos os meses, para chegar até ao final do mês. Estamos, sim, a falar de pessoas idosas que viveram a vida inteira no mesmo lugar e que hoje enfrentam a possibilidade de serem expulsas, porque o rendimento que têm não acompanha o desenvolvimento do mercado.

Perante esta realidade, o que nos propõe o Governo? Mais rendas antecipadas, despejos facilitados, menos proteção para os inquilinos e o fim da limitação da subida das rendas dos novos contratos. Quando as pessoas já não conseguem pagar a renda, a resposta do Governo é deixá-las na rua.

Nós sabemos, também convém dizer, que os senhorios não são todos iguais,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os inquilinos também não!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — … sabemos que há muitos pequenos proprietários que respeitam os seus inquilinos e que cumprem, sim, as suas obrigações.

O problema está na desigualdade de poder quando uma pessoa precisa de uma casa para viver e, do outro lado, há alguém que pode decidir cobrar uma renda completamente abusiva. Sim, veja-se o que se passou em Madrid, nos últimos dias, com uma idosa,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai, é?! Mas quem é que governa lá?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu vou contar ao Sánchez!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — … Maricarmen Abascal, de 87 anos, que foi despejada da casa — como os senhores querem fazer — onde vivia desde 1956. Pagava 500 € e a proprietária passava a querer cobrar 2650 €.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vou ligar ao Sumar!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É somar desgraças!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Esta é uma história que nos mostra até onde pode chegar uma política de habitação que coloca o direito de propriedade acima da dignidade humana. É por isso que propomos para Portugal tetos máximos para as rendas e o aumento da habitação a preços acessíveis.

Proteger os inquilinos é impedir o abuso de uma posição de poder. O Governo quer dar mais liberdade ao mercado, nós queremos dar mais liberdade às pessoas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 769/XVII/2.ª, do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado da Habitação, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Confiança, previsibilidade, segurança, estabilidade — concordamos, precisamos de tudo isto no mercado da habitação, mas precisamos para todos,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … para senhorios, mas, sobretudo, para inquilinos, que são sempre a parte mais fraca deste contrato.

O Governo vende-nos a falácia de que há um acordo entre as partes, como se as partes tivessem o mesmo poder negocial, ainda por cima numa altura em que sabemos que já 20 % dos senhorios são empresas e que celebram 30 % dos novos contratos. Isto mostra como há uma discrepância enorme entre o poder dos inquilinos e o poder dos senhorios.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, a obrigação da política, a obrigação de todos nós aqui, é conseguirmos equilibrar o mercado e garantir que há igualdade de oportunidades, sim, entre senhorios e inquilinos. Por isso, o que temos de fazer é exatamente o contrário do que o Governo hoje faz. Não é permitir que haja cauções ilimitadas, um valor que o senhorio pode definir e que pode representar milhares e milhares e milhares de euros, portanto, as próprias pessoas têm de contrair crédito para conseguir aceder a uma casa, o que é uma coisa completamente estapafúrdia.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Toda a gente faz isso!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É preciso limitar as cauções, é preciso limitar o número de rendas que é possível pedir adiantadas, exatamente para proteger os inquilinos e para não permitir que os senhorios usem esse dinheiro, entregue à cabeça, até para selecionar inquilinos.

É preciso também garantir que o aumento das rendas seja balizado. Não se pode permitir que novos contratos tenham um valor muito díspar do contrato que tinha sido celebrado na mesma casa anteriormente.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Assim é que protegemos o mercado, conseguimos impedir que o mercado continue a galopar e a permitir que tantas pessoas sofram porque não têm casa — não têm casa ao pé das suas famílias, não têm casa ao pé do seu local de trabalho.

Com isso, perdemos todos, porque a política de habitação é também uma política de comunidade e económica, que tem de servir também o País, e assim não servimos ninguém.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 773/XVII/2.ª, do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não percebo porque é que não é a Marina!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, hoje, originalmente, a indisciplina está concentrada nas primeiras filas. Apelava aos Srs. Deputados…

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto e contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Agora passou para a segunda fila.

Srs. Deputados, vamos criar condições para o próximo orador, pois ainda temos muito tempo pela frente.

Sr. Deputado Frederico Francisco, tem a palavra.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Não é nada habitual haver indisciplina nas primeiras filas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: No que diz respeito à crise na habitação, o Governo tem tido desde o início o mesmo discurso, que é o de que precisamos de criar mais oferta para que os preços parem de subir. Até reconheço a coerência do Governo e da direita, em geral, em defender este princípio. O erro está em não perceber que criar mais oferta não é suficiente para que os preços baixem.

Têm esta fé inabalável na mão invisível do mercado, como se o mercado da habitação fosse a mesma coisa que vender gelados. Os resultados deste pensamento simplista aplicado à habitação estão à vista e já foram aqui demonstrados: verificou-se o maior ritmo de subida de preço na habitação desde que há registo em Portugal.

O orador exibiu gráficos exemplificativos sobre o que referiu.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia, ainda ontem, que nunca se construíram e reabilitaram tantas casas em Portugal. Então, porque é que os preços não estão a baixar? Porque é que eles não estão sequer a estabilizar ou a desacelerar? Porque é que a simples criação de mais oferta não está a tornar a habitação mais acessível?

O Governo gaba-se do número de casas construídas e entregues ao abrigo dos programas criados pelos Governos do PS. Ao mesmo tempo, aquilo que os dados nos mostram é que as novas medidas que têm sido ideia deste Governo é que têm contribuído para estes resultados que temos agora.

Aplausos do PS.

Olhando para o mercado do arrendamento, todos somos capazes de identificar o défice de oferta, todos somos capazes de ver os milhares de casas cujos proprietários preferem manter vazias em vez de as colocar a arrendar.

Para não nos desviarmos deste debate, até podemos admitir que há um défice de proteção, ou um excesso de risco do lado dos proprietários que leva a esta realidade. Não podemos é concordar que a solução para este problema seja à custa da proteção dos inquilinos, porque há que reconhecer que não há duas partes com a mesma capacidade e com o mesmo poder neste negócio.

Com a proposta do Governo, é eliminado o prazo de três anos para que o senhorio possa recusar a renovação automática do contrato. Isto, combinado com a eliminação dos limites do aumento das rendas, vai permitir que, a cada ano, um proprietário possa substituir um inquilino por outro e passar para um valor de renda mais alto. Não vejo como é que isto não vai provocar um aumento acelerado dos preços das rendas — não é possível imaginar!

Aumentar o limite às rendas antecipadas que se podem exigir e tornar as cauções ilimitadas vai, evidentemente, criar novas barreiras no acesso à habitação. Acho extraordinário que haja aqui quem ache normal que seja necessário recorrer ao crédito e contrair um empréstimo para arrendar uma casa — para arrendar uma casa!

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mas quem é que disse isso?! Onde vais buscar essa ideia?!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Já hoje, com os limites que estão em vigor, muita gente vê nas cauções e nas rendas antecipadas uma barreira no acesso à habitação.

É por isso que temos uma solução alternativa. Não podemos simplesmente transferir o risco dos senhorios para os inquilinos, por isso, propomos mutualizar esse risco entre os proprietários, através de seguros de rendas

— uma oferta de produtos que não existe em Portugal — e através da criação de uma garantia pública para segmentos de mercados específicos, de forma que toda a comunidade contribua para o acesso das pessoas à habitação.

Contrariamente àquilo que a Sr.ª Secretária de Estado dizia, a habitação não é um tema técnico, pois todas as escolhas que se fazem no que diz respeito à habitação são escolhas políticas, e hoje, aqui, nós temos uma escolha a tomar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Para esse fim, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.ª Secretária de Estado da Habitação, Sr. Deputado Frederico Francisco, é inegável que, em pleno 2026, chegámos a este ponto muito por causa do que foi a política socialista dos últimos oito anos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Repare numa coisa: os preços da habitação, os preços das rendas não desatam a aumentar assim de um mês para o outro. Tivemos uma política que o Partido Socialista implementou, a que chamou Mais Habitação,…

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias exibiu um gráfico relativo ao tema em debate.

… que mais não fez do que afugentar todos os proprietários de casas do mercado.

Vozes do PSD: — Isso!

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Como é que alguém pode pensar que vai colocar mais oferta no mercado, que vai colocar mais casas no mercado, quando toma opções políticas de arrendamento forçado e de obrigatoriedade de renovações de contratos, sem o senhorio ter qualquer palavra a dizer?

Desculpe-me, Sr. Deputado, mas a intervenção que fez aqui não faz sentido rigorosamente nenhum. De uma vez por todas, tem de perceber que os senhorios, para colocarem as casas no mercado, precisam de mais previsibilidade, precisam de mais confiança e precisam, sobretudo, de ter um mercado que funcione de uma forma aberta, concreta e regulada.

Mas não fico pasmado com esta posição. O Sr. Deputado José Luís Carneiro já disse, ainda recentemente, que tinha como grande inspiração o Sr. Sánchez, em Espanha. Deixe-me dizer-lhe que, do nosso lado, nós não temos inspiração nenhuma do Sr. Sánchez. Aliás, antes pelo contrário, o Sr. Sánchez tem sido um exemplo de corrupção em Espanha,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… tem sido um exemplo nefasto de políticas de habitação, tem sido absolutamente deplorável, para um país como a Espanha, nosso vizinho.

O Sr. Sánchez acabou de apresentar medidas parecidas com as medidas do Mais Habitação: obrigar contratos a serem renovados automaticamente, obrigar contratos a não terem qualquer aumento, obrigar a colocar tetos de rendas. Por isso, Sr. Deputado, pergunto-lhe de uma forma muito direta, e responda aqui de uma vez por todas, se também se revê na política do Sr. Sánchez, na inspiração do Sr. Deputado José Luís Carneiro, e se o Partido Socialista também quer colocar tetos nas rendas em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Frederico Francisco, tem a palavra para responder.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gonçalo Lage, lamento contrariá-lo, mas sim, os preços desatam a subir de um mês para o outro.

O orador exibiu um gráfico.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Se reparar neste gráfico, o período em que há desaceleração dos preços das casas corresponde precisamente…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mais Habitação!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — … à aplicação do Mais Habitação.

Aplausos do PS.

De um mês para o outro, muda a cor do gráfico, muda para cor de laranja, e os preços desatam a subir, Sr. Deputado. É só olhar para os números!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, sem ser nenhum convite com segundas interpretações, se quiserem continuar a discussão, por favor, façam-no lá fora, para podermos passar ao orador seguinte.

Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1261/XVII/2.ª, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Muitas famílias trabalham, cumprem as suas obrigações e, mesmo assim, chegam ao final do mês sem saber se conseguem pagar a renda. Quando isso acontece, estamos perante um problema que não é só dessas famílias; temos um problema do País.

A habitação tornou-se uma das maiores fontes de angústia para milhares de portugueses. As rendas aumentaram, a alimentação aumentou, a energia aumentou, enfim, o custo de vida aumentou, mas os salários e pensões não acompanharam essa realidade. Basta, muitas vezes, um desemprego inesperado, uma queda de rendimento ou uma despesa extraordinária para uma família que sempre cumpriu passar rapidamente para uma situação de incumprimento.

É precisamente para dar resposta a estas situações que apresentámos esta iniciativa. Queremos reforçar a resposta pública perante situações de vulnerabilidade no arredamento habitacional, porque o Estado não pode aparecer apenas quando já existe uma ordem de despejo, tem de tentar chegar antes. Tem de existir capacidade para identificar situações de risco, para apoiar atempadamente as famílias e encontrar soluções antes que o incumprimento se transforme na perda de casa.

Sejamos claros: proteger quem atravessa dificuldades não significa atacar os senhorios. Antes pelo contrário, uma resposta pública eficaz deve proteger as duas partes, garantir estabilidade ao inquilino vulnerável e segurança ao proprietário que depende legitimamente do seu rendimento, da sua propriedade.

Isto não é política de habitação, é gestão do desastre.

Para o JPP, a casa onde uma família vive não pode ser tratada como um problema secundário. Por isso, esta iniciativa pretende dar uma resposta pública mais rápida, mais próxima e, sobretudo, mais humana, porque ninguém deve perder a sua casa simplesmente porque o Estado chegou tarde demais. É essa responsabilidade que hoje trago a esta Assembleia.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 1272/XVII/2.ª, do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Da parte do PAN haveria, sim, muitas áreas a reconverter e a reabilitar em Portugal.

O debate de hoje é muito sério. A política de habitação não está virada para as famílias ou para a classe média, que, mesmo trabalhando, não conseguem suportar as rendas das casas. Olhamos para cidades como Lisboa, Porto, Setúbal e Braga, e são já das zonas da Europa onde é mais caro arrendar uma casa. E, enquanto as famílias e as pessoas se veem forçadas a sair do centro destas cidades onde viveram toda a sua vida, entra mais um alojamento local, é construído mais um hotel, é vendido mais um empreendimento de luxo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando é que isso foi?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ora, precisamente quando as famílias estão mais asfixiadas com o custo do arrendamento, não podem ter pela frente um arrastão de medidas que vai levar a que os preços continuem a aumentar, o que irá despejar para fora das cidades os poucos locais que lá permanecem.

Perante aquelas que têm sido estas políticas e as respostas, olhando para outros exemplos do País — porque, sim, é possível reconverter outros espaços — e até dando repto aos apartes do Chega, olhamos para Évora,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem bonito!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … onde se reconverteu uma praça de touros, dando lugar não só a alojamento, como a outras finalidades muito mais éticas.

Voltando às políticas de arrendamento, às famílias mais vulneráveis e ao fim do controlo das rendas para quem mais precisa, o PAN responde com o alargamento deste mecanismo. Ao fim de um valor máximo de caução, o PAN responde com a regulação deste valor, tendo em conta a realidade económica dos arrendatários. À liberalização do mercado de arrendamento, o PAN responde com incentivos à reconversão de alojamentos locais, controlo da instalação de unidades hoteleiras e tetos às rendas das famílias mais desfavorecidas. E não digam que não há dinheiro, porque há; ele está é mal canalizado, por exemplo, para isenções das praças de touros.

Governar bem não pode ser governar desfasado da realidade do País ou ao sabor de algumas ondas mais populistas,…

Protestos do CH.

… até porque as famílias portuguesas precisam de menos custos e, acima de tudo, de mais casas onde consigam viver.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: O contexto em que fazemos este debate é muito interessante para podermos fazer um caso prático. Vamos imaginar dois países: um é governado por um Governo de centro-direita e tem um Parlamento

em que a direita está em maioria; o outro país tem um Governo socialista operário, apoiado pela extrema-esquerda e por terroristas. Em qual destes dois países é que uma idosa pode ser despejada, sem apelo nem agravo? Em qual destes países é que, na sua capital, estão acampadas dezenas de pessoas, porque não têm solução habitacional? A extrema-esquerda diria facilmente que seria no país governado pela centro-direita, com maioria parlamentar de direita. Mas não é. É no grande exemplo que a esquerda tem sempre em Portugal, que é o Governo de Pedro Sánchez, entre outros, como o Sumar, que continua a somar desgraças na vida dos espanhóis, todos os dias!

Aplausos do PSD e de Deputados do CH.

Isto não seria tão grave, se não tivesse havido a desfaçatez de o Secretário-Geral do Partido Socialista vir tentar cavalgar esta onda, como se isso lhe pudesse trazer alguma garantia. Então, quem está todos os dias a dizer que quer governar como Sánchez só pode dizer que, em habitação, quer despejar, como aconteceu a Maricarmen. Quer dizer, é exatamente a mesma coisa: se o Partido Socialista governasse em Portugal, nós tínhamos essa consequência. Porquê? Vou a dados concretos. O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, há bocado, mostrava um gráfico, só que não há coisa mais fácil do que ser desonesto a mostrar gráficos, pois basta mexer no período de tempo que se está a considerar para alterar a realidade.

Vamos a períodos de governação: entre o primeiro trimestre de 2016, no primeiro ano completo de governação do Partido Socialista, e o primeiro trimestre de 2024, último ano da governação do Partido Socialista, o preço da aquisição de habitação aumentou 105 %. Com o Governo da AD, entre o primeiro trimestre de 2024 e o segundo trimestre de 2026, o preço da aquisição de habitação aumentou 42 %,…

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Quanto é que isso dá por ano?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … ou seja, menos de metade daquilo que aumentou durante a governação do Partido Socialista.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Partido Socialista fala muito de construir habitação. Durante o período do Partido Socialista, não se construiu uma casa em Portugal, construíram-se muitos hotéis. Quando se esperava que a governação socialista em Portugal construísse casas, a governação socialista em Portugal construiu hotéis. Nada contra os hotéis, mas algumas casas faziam falta, Srs. Deputados. O socialismo não conseguiu promovê-las.

Vamos outra vez a dados concretos: mesmo com o PRR, quando a Europa se disponibilizou a apoiar Portugal, os socialistas queriam construir 26 000 casas; pois, este Governo aumentou de 26 000 para 59 000 casas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Onde é que estão?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há uma pequena diferença: é que, com este Governo, essas casas, além de serem o dobro, vão mesmo ser construídas e estão mesmo a ser entregues. Com os senhores, nem uma para ver.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Habitação.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Srs. Deputados, quero só partilhar aqui um tema que me parece importante. Desde 2015, o preço mediano de venda de habitação por metro quadrado em Portugal passou de 750 € por metro quadrado para 1484 €, em 2022. Os senhores formaram Governo em 2015…

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — … e o Mais Habitação é de outubro de 2023. O que estamos a viver agora nos preços da habitação decorre da política do Mais Habitação e não das medidas deste Governo.

Este Governo já fez aprovar quase todo o pacote legislativo do Construir Portugal, precisamente para reverter com urgência as medidas que o Mais Habitação fez acontecer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que fazemos hoje é, de facto, numa área central e sensível para a vida dos portugueses.

O Governo traz-nos uma autorização legislativa e não um pacote legislativo, num momento em que cada vez mais portugueses sentem que não conseguem pagar a sua casa, em que cada vez mais portugueses sentem que não têm condições de assegurar a sua casa e em que cada vez mais proprietários e inquilinos sentem que não conseguem fazer justiça, quando alguns não pagam a renda que é devida.

Porém, chegados aqui, devemos reconhecer o óbvio: mesmo se o descontrolo do Partido Socialista foi total, mesmo se o abrir as portas a toda a gente provocou um brutal aumento de procura na habitação, mesmo se, em zonas como Odemira, o preço das casas subiu 114 %, fruto da política de portas abertas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … não é menos verdade que, nos últimos seis anos, as rendas dos portugueses subiram descontroladamente, e este Parlamento não pode esquecer nem ser imune a uma realidade que é óbvia.

Na Madeira, por exemplo, as rendas aumentaram 75 % em cinco anos — 75 %! São homens e mulheres que não conseguem pagar a sua casa. Por isso, não podem também ter um projeto de lei ou uma autorização legislativa que lhes diga que a renda vai aumentar ilimitadamente e que nunca terá fim nem limite, porque não é isso que eles querem ouvir deste Parlamento e, certamente, não é isso que eles esperam do poder político.

Não podemos, simplesmente, dizer ao pai, que mudou o filho de escola, à mãe, que mudou de emprego para uma fábrica ali ao pé e que, agora, deixará de ter casa, de poder pagar a renda e de ter estabilidade, não lhes podemos dizer, repito, que a estabilidade temporal não interessa, que é o mercado e que o mercado tudo resolverá por si próprio.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Chega nasce, cresce e sabe para quem quer governar e transformar o País, e sabe uma coisa que a Iniciativa Liberal nunca compreenderá, é que o País não é o do Príncipe Real, é o país real dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O que é que tem o Príncipe Real?

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega percebe uma coisa que a Iniciativa Liberal nunca compreenderá, que não é dizermos às pessoas que, enquanto em Lisboa só nos últimos anos a renda mediana subiu 16,7 %, no Porto 22,4 % e no País todo 27 %, o projeto que temos para eles aqui é que a renda vai subir sem limite e sem consideração, que podem ser afastados a qualquer momento,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso não é verdade! Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … ou que serão despejados a qualquer hora.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós queremos direitos para quem é proprietário e para quem quer estar no mercado, porque precisamos de um bom mercado, mas também queremos direitos para quem se mata a trabalhar neste País para pagar uma casa de renda todos os meses.

Aplausos do CH.

Luís Menezes Leitão, da Associação Lisbonense de Proprietários, diz que esta lei é uma mão cheia de nada e uma mão de coisa nenhuma, que o Governo falha onde devia fazer, que as casas que estão livres deviam ser verdadeiramente ocupadas, que não se garante que as casas da segurança social sejam verdadeiramente ocupadas por quem precisa, e que vai continuar a deixar na mão de outros que, enquanto ciganos e minorias, não querem pagar casa em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª e Sr. Secretários de Estado: Penso que é importante que nós, nesta discussão, tenhamos em conta as diferentes posições dos partidos nesta matéria.

Eu, por exemplo, agora, acabava de ouvir o Deputado André Ventura e pensei que o Sr. Deputado André Ventura estava a fazer uma crítica às medidas que põem fim ao controlo de preços no mercado da habitação. Discordei, é verdade, discordei, mas depois pensei o seguinte: será que o Sr. Deputado André Ventura, quando foi a eleições, apresentou essa visão?

E, então, até trago aqui — para interesse político, mas também para interesse intelectual, ao lermos as propostas uns dos outros — o programa Salvar Portugal.

O orador exibe uma folha com o título «Salvar Portugal».

Risos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Não tem a cara do Deputado André Ventura, mas é o programa eleitoral do Partido Chega.

Risos do PSD.

Protestos do CH.

E diz o programa eleitoral do Partido Chega na página 171, medida 424: «Fim das medidas de controlo de preços do mercado de arrendamento,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Ah, não pode ser…!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … que afastam investidores e reduzem a oferta habitacional.»

Vozes do PSD: — Ah…!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora, Sr. Deputado, eu concordo plenamente consigo…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isto é uma fraude! Uma fraude bem grande!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … naquela que era a interpretação que o Sr. Deputado tinha quando foi a votos e quando foi pedir a confiança do povo português.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas, Sr. Deputado, eu também penso que é importante que os portugueses saibam que o Governo, nesta proposta, tal como em todas as outras que tem tido na área da habitação, procura consensos e consensos alargados.

Por exemplo, já conseguimos baixar a fiscalidade, o IVA a 6 %, também era uma proposta que outros partidos tinham; conseguimos acelerar os licenciamentos. Aliás, amanhã entra em vigor o novo regime jurídico para que licenciar seja mais rápido e que, por consequência, construir seja mais rápido e, portanto, que mais casas estejam no mercado para que as pessoas as possam comprar ou arrendar.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Há, pois, um conjunto de medidas importantes que já estão em curso.

Portanto, quando eu ouço aqui o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes a dizer boa tarde, ou bom dia — aliás, disse bom dia, mas eu acredito que queria dizer boa tarde —, e que chegámos agora?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eu disse bom dia!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bom, chegámos agora? Com as medidas que já temos para os jovens, com os licenciamentos, com o problema das heranças indivisas, com a tributação das rendas mais baixas…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — IRS!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … também em sede de IRS e de IRC.

Ora, já estamos no caminho, como disse — e bem — a Sr.ª Secretária de Estado. Mas agora, neste debate, temos de ser sérios e aquilo que queremos é o seguinte: o Estado não pode delegar nos senhorios a responsabilidade de fazer proteção social…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … e, por isso, avançamos com o fundo de emergência. Os senhorios não podem ter esse encargo. Esse encargo é do Estado…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não é, não!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … e nós, que defendemos o Estado social, acreditamos nesta visão.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Por outro lado, também entendemos que é necessário que exista segurança contratual, confiança de que os contratos são para cumprir…

Protestos do L.

… e, sim, se um contrato não se cumpre, devem existir medidas de celeridade para resolver esse contrato.

Vozes do L: — E as pessoas?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro, garantindo que pessoas mais velhas, pessoas mais frágeis, pessoas com menos rendimentos são protegidas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Os contratos são cada vez mais curtos!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Aliás, é por isso que — e neste debate isso é muito importante — os representantes dos inquilinos dizem que vamos longe demais e os representantes dos proprietários dizem que ficamos aquém.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

Vozes do L: — Ah…!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora, qual é a posição sensata? É de que nós estamos, efetivamente, a tentar conciliar as duas partes para fazer um bom debate.

Aplausos do PSD.

Para terminar, o Sr. Deputado Eurico Brilhante perdeu aqui uma grande oportunidade de fazer três pedidos de desculpa.

Pedir desculpa, porque em 2024 não resolveu o problema de todos os portugueses terem casa.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Zero casas!

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias exibiu uma notícia de jornal.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Pedir desculpa pelo facto de, ao contrário, por exemplo,…

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias exibiu a mesma notícia de jornal.

Olhe, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, se não confia nas minhas palavras, porque sou do PSD, confie nas palavras de um antigo líder seu, Pedro Nuno Santos.

O Deputado Pedro Nuno Santos dizia há dias que a imigração teve um incremento na procura, que deve ser tido em conta.

Sr. Deputado, é injusto falar de imigração e não reconhecer o impacto que teve na habitação.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe para aqui!

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias exibiu um gráfico.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portanto, esta é uma proposta de diálogo, de crescimento e de garantir que o País fica melhor com esta reforma do arrendamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado André Ventura, a quem dou a palavra.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alexandre Poço, não era sobre programas eleitorais, mas eu lembro-me bem de que o PSD tinha, no seu programa eleitoral de 2024, descer o IVA dos combustíveis e agora não aceita baixar o IVA dos combustíveis.

Aplausos do CH.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso é mentira! Não foi em 2024, foi em 2022!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, talvez isso seja mais…
Mas eu quero perguntar-lhe…

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Vozes do PS: — Não tem tempo!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Olhe, o tempo está a passar todo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, peço aos serviços o favor de porem 5 segundos de tempo.

Vozes do CH: — 10 segundos!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — 10 segundos? Sim.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Tinha 9 e agora já tem 10…?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — 10 segundos. São 10!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Deputado Alexandre Poço, acha que faz sentido que haja cauções ilimitadas pedidas a quem vai arrendar uma casa?

Vozes do PS: — O tempo não está a contar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Agora já tem 10 segundos? Está tempo a mais!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O tempo está a contar ali em cima.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Não está, não puseram ainda.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Está tempo a mais…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Está a falar mal dos serviços da Assembleia? Então? É a informática, não é culpa nossa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, está reposto o tempo.

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — 10 segundos? Está tempo a mais!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, vamos estar aqui mais uns tempos e isto hoje já é longo…
A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É para uma interpelação à Mesa…

Protestos do CH.

Vozes do PSD: — A meio de uma intervenção?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas eu estava a falar…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!
A Sr.ª Deputada Paula Santos fala depois do Deputado André Ventura, que estava a intervir.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Assim não posso falar!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ridículo! Ridículo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, ninguém se entende no meio desta confusão.

Continuação de burburinho na Sala.

O Sr. Deputado tinha 9 segundos e não podíamos acrescentar 10. Eu acho que, é claro, as contas estão certas, eu fi-las mais ou menos.
Portanto, o Sr. Deputado tem 9 segundos,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Eu pedi a palavra!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Esteja caladinha!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Eu digo o que entendo!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados,…

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

Eu estava a olhar para a bancada do Chega, estava a olhar para a bancada do Chega.

Risos do PS e do PCP.

Bom, espero que agora, então, todas as bancadas façam silêncio para, finalmente, o Sr. Deputado André Ventura usar da palavra.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Alexandre Poço, faz-lhe sentido que se possam pedir cauções ilimitadas, sem qualquer limite, a quem vai arrendar uma casa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acha que isto é consentâneo com proteger as pessoas?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Agora ficou sem efeito!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Agora já não é preciso!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada não pretende usar da palavra. *Ok*.

Passamos à fase de encerramento, pelo que dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Este debate, de alguma forma, é revelador. Há uma espécie de consenso aqui, no Parlamento, e, curiosamente, também na sociedade portuguesa, de que o mercado de arrendamento está bloqueado.

Está bloqueado há muitos anos, mas as razões desse bloqueio, para além de não terem sido resolvidas nos últimos anos, particularmente naqueles em que o Partido Socialista governou, até se agravaram exatamente no mesmo momento.

Mas o que importa aqui é que não há, Srs. Deputados, uma solução para o problema da habitação, não há, como já foi dito, uma bala de prata,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era a bala de ouro, na altura!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … há um feixe de soluções e nesse feixe de soluções é extremamente importante a resolução dos bloqueios no mercado de arrendamento.

A extrema-esquerda, por obsessão ideológica, pura e simplesmente, não quer mexer nas regras do mercado de arrendamento, não o quer pôr a funcionar e o Partido Socialista, que não resolveu o problema, e até o agravou — …

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Já está onde queria chegar!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … como já aqui foi provado em Plenário, enquanto foi Governo —, opõe-se, uma vez mais, sem sentido nem razão, a qualquer esforço de resolução deste problema.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, Sr.ª Deputada Marta Silva, este é um momento definidor, porque, perante este problema, o Governo vai resolvê-lo. Repito, o Governo tem planos para o resolver.

VV. Ex.as não estão de acordo com algumas questões. O Sr. Deputado falou agora nas cauções ilimitadas — que não são ilimitadas, são a três rendas.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Se não estão de acordo com algumas destas soluções, o Governo declara aqui, como já o fez hoje o Sr. Primeiro-Ministro, que estamos dispostos a discutir, a dialogar, na especialidade, esta matéria.

Agora, vejam bem de que lado é que estão. Se estão do lado da solução ou do lado do problema. Se querem fazer parte da resolução deste problema ou se querem migrar, intelectual e politicamente, para aquele lado esquerdo das bancadas, porque, de facto, não querem resolver o problema. É isso que acontece.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, terminado este ponto, passamos ao ponto 5 da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 520/XVII/1.ª (CH) — Aumenta o valor relativo ao Complemento Especial de Pensão dos Antigos Combatentes e 235/XVII/1.ª (PCP) — Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 1259/XVII/2.ª (L) — Recomenda ao Governo o aumento do valor da pensão dos antigos combatentes e a revisão do complemento especial de pensão.

Para apresentar o projeto de lei do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Não é a primeira vez que este assunto vem a esta Câmara, mas deixem-me começar por um número: 1722. Este é o número de antigos combatentes e das viúvas de antigos combatentes que recebem o complemento especial de pensão, isto segundo os últimos dados oficiais detalhados que conhecemos.

São os mais pobres de todos os que serviram, gente que vive da pensão social ou da pensão rural, muitos homens de idade já avançada. E quanto lhes pagava o Estado? Em 2022, em média, pouco mais de 70 € por mês — 70 €, Srs. Deputados! Sim, sabemos que, no último Orçamento, houve um aumento. E foi graças ao voto do Chega, que o fez passar. Mas sejamos sérios, a Liga dos Combatentes fez as contas e são cerca de 4 € por mês, por cada ano de serviço — 4 €, Srs. Deputados! A própria Liga chamou a isto, e cito, «uma mão cheia de nada».

O que o Chega propõe é simples. O Chega propõe que o complemento especial de pensão passe para 300 € por mês e que seja igual para todos os que a ele têm direito, independentemente do tempo de serviço. E porquê um valor fixo? Porque falamos no mínimo de dignidade de quem serviu e acabou pobre. E a dignidade, Srs. Deputados, não se calcula por mês de comissão. Quem já provou que esteve em condições de dificuldade ou perigo e vive da pensão social merece muito mais do que um trocado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Quanto custa? Façamos as contas. Se considerarmos o universo identificado pela Unidade Técnica para os Antigos Combatentes, estamos a falar de uns 7 milhões de euros ao ano, em termos brutos — menos ainda, se descontarmos o que já hoje se paga. Volto a dizer, 7 milhões, Srs. Deputados, num Orçamento que conta com dezenas de milhares de milhões de euros. Além disso, o projeto respeita a lei-travão, isto é, só produz efeitos com o Orçamento seguinte. Portanto, as desculpas orçamentais não existem.

Srs. Deputados do PSD, em junho de 2022, na oposição, os Srs. Deputados votaram a favor de mais apoios aos antigos combatentes, mas no Orçamento para 2026, já no Governo, voltaram atrás.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — O que é que mudou, Srs. Deputados? Os antigos combatentes não mudaram. Continuam à espera de uma resolução que seja digna.

Ao Partido Socialista recordo que, em 2022, com maioria absoluta, chumbou o projeto do Chega com este mesmo conteúdo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Termino, Sr. Presidente, dizendo que estes homens não escolheram a guerra, foram porque a Pátria os chamou. Alguns não voltaram. Os que voltaram envelheceram à espera de que esta Casa se lembrasse deles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — O que o Chega quer é lembrar-se destes homens. E pede a todos vós que, aos mais pobres de todos, não se volte a responder com esmola.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido esclarecimento do Sr. Deputado Bruno Vitorino, do PSD, a quem dou a palavra.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.[as] e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pessanha, este Governo leva a sério — e esta bancada também — as questões de defesa nacional.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Em apenas dois anos, conseguimos inverter a trajetória de desvalorização e de abandono das Forças Armadas que o Governo do Partido Socialista deixou. Foram oito anos a este nível.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Investimos em pessoal, assistimos à maior valorização salarial, em termos de salários e suplementos, de que há memória nas Forças Armadas. Investimos também em modernização e na aquisição de novos equipamentos, com o reforço dos mecanismos financeiros na Lei de Programação Militar e com mecanismos internacionais, como o SAFE, a que aderimos com o objetivo de reforçar os equipamentos nos diferentes ramos. Aumentámos também o Orçamento do Estado para a área da defesa em mais de 15 %. Com isto, Portugal participa em mais missões internacionais e mais operação, apostando em áreas esquecidas e em declínio, como a habitação ou a saúde militar. Tudo isto foi feito sem esquecer os antigos combatentes. Tudo isto custa dinheiro, tudo isto são recursos do Estado, tudo isto é prioritário, tal como são para nós os antigos combatentes.

Por isso mesmo tivemos, por decisão deste Governo, a possibilidade de comparticipar a 100 % os medicamentos para os antigos combatentes, que passaram a ter medicamentos gratuitos. Assim, aquilo que existia no passado de alguns antigos combatentes terem de escolher entre ter comida na mesa ou ter medicamentos já não é um problema. E foi com este Governo que conseguimos isso. Além disso, aprovámos, em conjunto, nesta Assembleia da República, o alargamento da gratuidade do passe para os antigos combatentes para todo o território nacional.

Portanto, as minhas questões são simples, Sr. Deputado. Pergunto se esta medida, deste Governo, em relação aos medicamentos gratuitos para todos os antigos combatentes, é ou não uma medida justa e importante. Pergunto ainda se acha ou não relevante o caminho que foi percorrido por este Governo, em apenas dois anos, no sentido de conseguir reverter completamente o caminho de desinvestimento que, em oito anos, o Partido Socialista tinha feito nas Forças Armadas, voltando assim a dar dignidade aos homens e às mulheres que servem em Portugal.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pessanha, tem a palavra para responder.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Vitorino, não podia estar mais de acordo com tudo o que disse relativamente ao que já fizemos, em relação às circunstâncias dos antigos combatentes, e a apoiar os antigos combatentes. O que eu acho é que podemos ir mais além.

O Sr. Deputado está a falar de dinheiro, eu estou a falar de pessoas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Eu não disponho da chave do cofre. Mas, Sr. Deputado, vamos visualizar o que lhe vou dizer. Estamos a falar de homens de uma idade já muito avançada, que passaram por aquilo que o Sr. Deputado sabe: uma guerra que não foi fácil, momentos muito complicados, situações extremas, em que estiveram muitas vezes em situações de conflito, e o que eu acho é que nós, a esses homens, devemos muito mais do que apenas estes 300 € que estamos a propor. Eu acho que ainda devemos ir mais à frente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — É uma questão de dignidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 235/XVII/1.ª, do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que hoje realizamos leva décadas. São décadas de promessas nunca cumpridas por sucessivos Governos PSD, PS e CDS, que hoje têm mais uma oportunidade para honrar os compromissos que assumiram com os antigos combatentes.

Os antigos combatentes, que foram sacrificados numa guerra injusta, são merecedores de um reconhecimento público, não apenas em palavras e gestos simbólicos, mas sobretudo em apoios concretos, capazes de melhorar as suas condições de vida.

Também os antigos combatentes suportam, com a degradação das suas condições de vida, os brutais aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que o Governo insiste em deixar andar, sempre sob a ameaça das amarras da União Europeia, do défice e da dívida, para não beliscar os lucros dos grupos económicos.

Aquando da discussão, em 2020, do Estatuto do Antigo Combatente, várias propostas defendidas pelo PCP não foram aprovadas. De entre essas propostas, importa salientar a consagração de um complemento vitalício da pensão a atribuir aos antigos combatentes beneficiários do complemento especial da pensão, ou um acréscimo vitalício de pensão, previstos na Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, e na Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro, tal como a criação de uma pensão mínima de dignidade no sentido de garantir, de forma faseada, que nenhum antigo combatente aufira a pensão inferior ao salário mínimo nacional.

A iniciativa legislativa que o PCP reapresenta, nesta oportunidade, corresponde a um legítimo interesse e a um anseio dos antigos combatentes, tendo, na XV Legislatura, sido discutida e votada na Assembleia da República, em junho de 2022, e objeto de propostas no âmbito das discussões dos sucessivos Orçamentos do Estado.

A iniciativa do PCP contou, em junho de 2022, com os votos a favor do PSD, do Chega, do Bloco de Esquerda, do PAN e do Livre, com a abstenção da IL e com o voto contra do Partido Socialista, tendo assim sido rejeitada.

Se ninguém mudou de ideias sobre a necessidade de valorizar os antigos combatentes, aprovando a proposta do PCP, hoje esta iniciativa será aprovada por esta Assembleia. Vamos ver como vota, especialmente, o PSD, que há quatro anos foi forçado a não ter dúvidas.

Hoje, o PCP volta a cumprir o compromisso que assumiu com os antigos combatentes, ao mesmo tempo que reafirma o seu compromisso de intervir, incluindo na discussão do próximo Orçamento do Estado, pela melhoria do acesso a cuidados de saúde, pelo direito à mobilidade e a produtos de apoio, de forma célere.

Que não faltem a este compromisso os partidos do Governo e também o PS.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1259/XVII/2.ª, do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os antigos combatentes serviram o País em contextos extremamente difíceis, em cenários de uma guerra, sim, muito injusta, longe das suas famílias e com marcas físicas e psicológicas que ainda hoje permanecem. E permanecem não só em si, mas nas gerações que vêm a seguir. Enquanto país, temos a obrigação de olhar para todos estes casos e dar o reconhecimento que é merecido, porque isso é uma oportunidade de sararmos feridas.

A propósito deste debate, gostava de recomendar aos Srs. Deputados a leitura deste livro,…

A oradora exibiu o livro que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É do Rui Tavares?!…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … que se chama *Querido Pai: Uma conversa entre ausentes — Cartas de guerra 1961-1975*, que mostra exatamente como é que os efeitos da guerra perduram ao longo de gerações.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Tenham respeito!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, põe-se a questão de como é que nós podemos sarar as feridas desta guerra, que foi injusta, e de todas as outras guerras que vieram a seguir: é garantindo o reconhecimento aos nossos antigos combatentes.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — E o reconhecimento deve traduzir-se em medidas que efetivamente melhorem a sua vida, pela entrega que dedicaram ao País. Exemplo disso é o complemento especial de pensão. No entanto, o seu valor é insuficiente e não acompanha o aumento do custo de vida.

O Livre tem defendido a convergência das pensões mais baixas dos antigos combatentes com o salário mínimo nacional. Por isso, apresentamos hoje um projeto de resolução, mesmo em vésperas do Orçamento do Estado, que recomenda duas medidas justas. Primeiro, o aumento do valor de pensão dos antigos combatentes, passando a corresponder a 80 % do salário mínimo nacional para que, depois, em 2029, o valor seja de pelo menos o salário mínimo nacional. Propomos ainda a revisão do complemento especial de pensão, quer ao nível de um pagamento regular ao longo de um ano, como ao nível da fórmula de cálculo, para que este não dependa exclusivamente do tempo de serviço prestado e corresponda efetivamente ao contributo prestado e às necessidades atuais dos seus beneficiários.

Esta revisão deve ter em conta o aumento do custo de vida, a evolução do custo de vida, a perda do poder de compra e as diferentes situações daqueles que serviram o País.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, os antigos combatentes precisam de que o País cumpra a sua parte e não os deixe ficar para trás. É assim que mostramos o nosso reconhecimento e é assim que, enquanto comunidade, vamos sarando feridas. A verdade é que já vamos tarde para muitas pessoas, e isso é algo que é bastante imperdoável.

Hoje, temos oportunidade de corrigir esta injustiça e de, finalmente, garantir pensões justas para antigos combatentes.

Estamos à beira do OE (Orçamento do Estado). Se a nossa proposta de recomendação ao Governo chumbar e o Governo não previr isto no Orçamento do Estado para 2027, voltaremos a esta iniciativa com uma proposta

no Orçamento do Estado para 2027, porque este reconhecimento que o País deve aos seus antigos combatentes não pode esperar mais.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal tem uma dívida que não pode continuar a pagar apenas com medalhas, cerimónias e palavras bonitas, que é a dívida para com os seus antigos combatentes — homens que serviram Portugal, que sacrificaram anos das suas vidas e que, décadas depois, enfrentam, muitas vezes, pensões baixas, despesas crescentes com medicamentos e dificuldades para viver com dignidade.

O Projeto de Lei n.º 520/XVII/1.ª, agora em discussão, pretende a fixação de um valor mínimo mensal. É uma matéria que merece uma discussão séria e uma resposta concreta do Estado, porque reconhecer os antigos combatentes não é apenas agradecer o seu passado, é garantir dignidade no presente.

Não podemos aceitar que quem serviu Portugal tenha agora de escolher entre pagar medicamentos, alimentação ou despesas de casa. O Estado não pode exigir sacrifícios quando precisa dessas pessoas e oferecer-lhes esquecimento quando envelhecem.

Os antigos combatentes não pedem caridade; estão a exigir respeito, reconhecimento e justiça. Essa responsabilidade e esse papel compete a todos nós, nesta Casa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista, para uma intervenção.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Como ponto prévio à análise das iniciativas hoje em debate, relembramos que estamos a poucos dias da entrada, na Assembleia da República, da proposta do Orçamento do Estado para 2027, sendo este o principal instrumento de definição das prioridades políticas e financeiras do País.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Grande desculpa!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Por esse motivo, apesar de hoje não apresentar nenhuma iniciativa legislativa sobre este tema, o PS reitera um profundo respeito pelos antigos combatentes e pelo serviço prestado ao País. Não se trata de desvalorizar o objetivo destas iniciativas aqui apresentadas, mas antes de reconhecer que há momentos e instrumentos próprios para concretizar cada opção política. Tem sido assim que nós, Partido Socialista, orientamos a nossa ação.

Ao longo do tempo, o Partido Socialista tem contribuído para que os antigos combatentes sejam honrados e valorizados, na medida do possível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde?!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Assim aconteceu com a aprovação histórica do Estatuto do Antigo Combatente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Grande lata!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não foi o PS!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Enquanto Governo, garantimos aumentos regulares das pensões a todos os portugueses e aumentos extraordinários para as pensões mais baixas, incluindo as que são dos antigos combatentes; e na oposição também, como aconteceu ainda no ano passado, em que foi pela mão do Partido Socialista que os antigos combatentes viram o complemento especial de pensão, o suplemento especial de

pensão e o acréscimo vitalício de pensão aumentados com uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2026.

Aplausos do PS.

Atualizámos o suplemento especial de pensão, aumentando em 50 % o valor auferido em três escalões, com uma aplicação faseada em 2026 e 2027; e, por proposta do Partido Socialista, no ano passado, o complemento aumentou de 7 % para 10,5 %, com a aplicação faseada, igualmente, em 2026 e 2027 — e note-se que o complemento especial de pensão nunca tinha sido aumentado!

Feito este enquadramento para que não fique nenhuma dúvida do respeito e da empatia que temos para com os antigos combatentes, passamos então a analisar as iniciativas hoje em debate.

O Chega traz-nos a debate uma proposta que não é nova, que já em tempos foi aqui discutida e que parece, à partida, muito simples: pagar 300 € por mês a todos os antigos combatentes. À primeira vista, não há como discordar desta proposta, mas o diabo está nos detalhes.

Portanto, vejamos: o regime atualmente em vigor estabelece que o complemento especial da pensão é calculado em função do tempo de serviço militar prestado em condição de dificuldade ou perigo, correspondendo a uma percentagem — uma pensão social — por cada ano de serviço, e que é paga anualmente, no mês de outubro, abrangendo 14 mensalidades.

Aquilo que o Chega hoje nos propõe é uma alteração estrutural do modelo existente, em que substitui o mecanismo de cálculo em função do tempo de serviço por uma prestação fixa de 300 € mensais, independentemente do tempo de serviço prestado. O Chega apresenta-nos aqui uma medida avulsa e populista.

Sr.as e Srs. Deputados, valorizar os antigos combatentes não é fazer promessas e propostas irresponsáveis e irrealistas sem assegurar que possam ser efetivamente cumpridas.

Aplausos do PS.

Quanto à proposta do Partido Comunista Português, reconhecemos a bondade da mesma e não a desvalorizamos, obviamente, mas temos de estar conscientes do que ela implica a nível da sustentabilidade do próprio sistema, ao mesmo tempo que não podemos ignorar que medidas desta natureza poderão não beneficiar necessariamente aqueles que mais precisam, causando até algumas situações de iniquidade.

O Livre apresenta-nos hoje um projeto de resolução aparentemente inócuo. No fundo, o que faz é pegar em alguns projetos de lei e transformá-los em projeto de resolução, recomendando três alterações, que têm obviamente o seu valor, nomeadamente rever a fórmula do complemento especial de pensão, incluindo a possibilidade de um valor mínimo mensal e de pagamento regular ao longo do ano.

Em síntese, reconhecemos, uma vez mais, a legitimidade do objetivo de reforçar os rendimentos dos antigos combatentes, mas mantemos as nossas dúvidas relativamente às soluções aqui propostas, porque o Partido Socialista não está aqui para ver quem promete o maior valor ou quem mais valoriza os antigos combatentes. Todas e todos reconhecemos a obrigação do Estado para com aqueles que serviram o País, a questão está na forma responsável de concretizar este reconhecimento.

Para finalizar, para nós, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não basta recordar o passado, temos de cuidar do presente e assegurar o futuro. Reconhecemos que é preciso fazer mais, continuamos a valorizar os antigos combatentes, mas não com medidas populistas e medidas avulsas. Continuamos a trabalhar para que tenham acesso a condições de vida dignas, direitos efetivos e o reconhecimento que lhes é devido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, tem dois pedidos de esclarecimento, e suponho que responda em conjunto, em função do tempo que tem.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Patrícia Faro, a Sr.ª Deputada não percebeu a proposta do Chega. Então, vou dizer-lhe: não é para todos, é para os antigos combatentes mais pobres. É para eles que estamos a apresentar esta proposta.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é para todos, é para os mais pobres. É para aqueles que não têm mesmo o que comer, é a esses que queremos ajudar.

Aplausos do CH.

E o PS tem de dizer de que lado é que está.

Sabe porquê, Sr.ª Deputada? Eu fui ver e pergunto-lhe: sabe quantos projetos de lei é que o Partido Socialista apresentou nesta Casa, desde 2019, sobre os antigos combatentes? Estes, Sr.ª Deputada, estes!

O orador exibiu uma folha em branco.

Estão a ver? Zero!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não é verdade!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — No ano passado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Projetos de lei: zero. Não teve um projeto de lei apresentado nesta Casa! Portanto, populistas são os senhores, nunca esta bancada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Patrícia Faro, escutei-a com atenção, mas gostava de lhe perguntar o seguinte: se este projeto muito específico, concreto, que não tem medidas avulsas, mas sim estruturantes na vida dos antigos combatentes, não é apresentado nem no momento próprio nem como instrumento próprio, o que é que o Partido Socialista vai propor — já que me pareceu remeter para o Orçamento do Estado —, em concreto, para reparar uma profundíssima injustiça em relação aos antigos combatentes?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada Patrícia Faro, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Deputado Pedro Pinto, e agradecendo obviamente a sua questão e observação: também não entendemos, e lemos bem a vossa proposta. O Partido Socialista já deu sinal no Orçamento do Estado do ano passado!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Portanto, nós isso já fizemos, e vamos dar continuidade.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Cem por cento de aumento!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Agora, como é apanágio do Chega, terei de reiterar que é uma solução avulsa e populista. Porquê? Valorizar os antigos combatentes, não são promessas, são propostas que têm de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta discussão deve começar exatamente por uma ideia simples, a de que Portugal tem uma dívida de reconhecimento para com os seus antigos combatentes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Há antigos combatentes em situação de vulnerabilidade económica, com problemas de saúde, com dificuldade de acesso aos apoios a que têm direito. Demasiadas vezes, são obrigados a navegar um sistema burocrático que deveria existir precisamente para os ajudar.

O Estado deve fazer mais — em muitos casos, sim! —, mas deve também fazer melhor, e devemos aproveitar este debate para olharmos para o problema de forma mais ampla.

Ao longo dos anos, fomos criando complementos, suplementos, regimes especiais, cartões, benefícios e diferentes mecanismos de acesso. O resultado é um sistema difícil para quem dele beneficia e um sistema onde é complicado perceber se os recursos estão a chegar a quem precisa.

Para a Iniciativa Liberal, há princípios que devem orientar esta matéria. Primeiro, reconhecer de forma efetiva o serviço prestado ao País; segundo, proteger, em particular, os antigos combatentes em situação de maior vulnerabilidade; terceiro, manter critérios de proporcionalidade e justiça entre pensionistas, sem perder de vista as carreiras contributivas e o tempo de serviço prestado; e, finalmente, garantir que as medidas aprovadas sejam de facto implementadas e que funcionem.

O caminho deve passar menos por acrescentar sucessivos novos complementos e mais por avaliar o Estatuto do Antigo Combatente como um todo: simplificar prestações, reduzir burocracias e garantir que os direitos existentes chegam efetivamente às pessoas; pagamentos mais regulares, procedimentos mais simples, informação clara e disponível, e menos necessidade de um antigo combatente andar, de serviço em serviço, a provar direitos que o próprio Estado já devia conhecer.

Partilhamos a preocupação destas iniciativas. Acreditamos que a resposta passa por rever o sistema como um todo.

Sr.as e Srs. Deputados, a defesa e a soberania são funções que só o Estado pode assegurar, e quem as serviu merece um Estado presente quando precisa. Mas um Estado que gasta milhares de milhões na TAP (Transportes Aéreos Portugueses), que entra no capital da REN (Redes Energéticas Nacionais) sem que ninguém entenda o objetivo e que não consegue pôr o País a crescer fica sem meios para aquilo que só ele pode fazer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Cada euro gasto onde o Estado é dispensável falta onde o Estado é insubstituível.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Um país que cresce e um Estado que se concentra no essencial, que protege quem precisa e que cumpre o que promete dignifica os antigos combatentes e todas as áreas que dependem exclusivamente do Estado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo, do PSD.

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quero começar por reconhecer uma bondade que estas propostas têm. Todos nós queremos dar mais a quem deu tanto por Portugal, e seria muito fácil prometer mais, escolher um número maior e esperar que, no fim do debate, alguém pudesse dizer que foi quem mais ofereceu aos antigos combatentes.

Mas governar não é uma competição para ver quem promete mais. Governar é assumir responsabilidades, é fazer escolhas e garantir que, aquilo que hoje prometemos, temos condições para cumprir amanhã. Porque os recursos são finitos, porque governar implica fazer escolhas e porque uma promessa feita a quem serviu Portugal é demasiado séria para ser feita sem sabermos se a podemos cumprir.

Quando falamos dos antigos combatentes, não estamos a falar de uma rúbrica orçamental no *Excel*. Estamos a falar de militares, estamos a falar de famílias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Vai daí…?!

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Falamos de pessoas que o Estado português chamou a servir e perante as quais tem, por isso mesmo, uma responsabilidade especial acrescida. É exatamente por respeito a essas pessoas que este debate não pode transformar-se numa competição partidária para ver quem promete mais.

O Chega propõe 300 € por mês de complemento especial de pensão, independentemente do tempo de serviço prestado, mas não explica o porquê dos 300 €. Porque não 500 €? Não nos diz como chegou a esse valor e não responde a uma questão essencial: se este benefício reconhece o serviço prestado, por que razão deixa de distinguir diferentes tempos de serviço?

Quem prestou vários anos de serviço militar em condições de dificuldade ou perigo deve receber o mesmo que quem prestou apenas alguns meses? É isto que o Chega defende?!

Aliás, o próprio relatório parlamentar sobre esta iniciativa identifica precisamente essa alteração estrutural e as questões de equidade que ela suscita.

Dignificar os antigos combatentes não pode ser escrever um número redondo numa lei e deixar a conta para quem vier a seguir. Até porque não é verdade que não exista nada feito. Este Governo, no Orçamento do Estado para 2026, aumentou legalmente o complemento especial de pensão para 10,5 %, com a concretização faseada em 2026 e em 2027; e em 2026, os antigos combatentes pensionistas passaram a beneficiar de 100 % da parcela dos medicamentos não comparticipada pelo SNS. Ora, não se pode dizer que nada foi feito

Depois, vem o PCP: mais 100 € mensais para determinados beneficiários e uma pensão que deverá, progressivamente, atingir o salário mínimo nacional. Novamente, manda-se mais um valor, de forma irresponsável e sem explicar porque não 200 € ou 300 €!

Já o Livre, por sua vez, recomenda que as pensões cheguem, primeiro, a 80 % e, depois, a 100 % do salário mínimo; e pede ainda um novo valor mínimo para o complemento, sem sequer dizer qual deveria ser esse valor. Aqui não se disparam números, criam-se mistérios.

Sr.as e Srs. Deputados, há uma coisa que os antigos combatentes certamente não merecem, que é serem transformados numa unidade de medida da generosidade dos partidos — nem do Chega, nem do PCP, nem do Livre, nem de ninguém!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se queremos falar de patriotismo, então, falemos dele com toda a sua exigência. Patriotismo não é disputar quem protege mais nem quem promete mais a quem serviu Portugal; é assumir compromissos que o Estado consegue honrar. Essa é a diferença entre o respeito por quem serve e a propaganda política.

No PSD, escolhemos a responsabilidade e o respeito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo, a Sr.ª Deputada chegou à tribuna e disse: «Mas porque é que o Chega apresenta uma proposta para aumentar 300 € e não 500 €?» Se fosse para aumentar 500 €, os senhores diziam que era muito dinheiro, mas, como são 300 €, perguntam porque é que não são 500 €! E dizem que é uma proposta avulsa. Não, não é avulsa, Sr.ª Deputada! Não é avulsa, e vou explicar-lhe porquê.

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Não ouviu!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se nós não apresentássemos as contas e não disséssemos quanto é que vamos gastar, os senhores diziam «irresponsabilidade orçamental, não apresentou as contas». Vamos gastar 7 milhões de euros — 7 milhões, Sr.ª Deputada!

A pergunta que lhe faço é muito fácil: será que este Governo e o partido que o suporta não diz que 7 milhões não é nada para valorizar estas pessoas, para dar dignidade a estas pessoas?!

E ainda bem que fizeram para que estas pessoas não paguem os medicamentos na farmácia. Não pagarem os medicamentos é uma obrigação que o nosso país tem para com eles! É uma obrigação e um agradecimento que temos de fazer a essas pessoas, Sr.ª Deputada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, a diferença entre nós é que nós não pegamos nos antigos combatentes e fazemos propaganda política com eles! Nós respeitamos, e trabalhamos todos os dias para criar medidas para melhorar Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por essa lógica, não se pode apresentar medidas porque é propaganda política!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este não é, infelizmente, um tema novo na Assembleia da República. Aliás, há demasiados anos que Portugal tem uma dívida para com os antigos combatentes, que não pode resumir-se nem a palavras bonitas nem a medalhas e momentos solenes em alturas de conveniência.

É preciso que não sejam remetidos para a pobreza e que não sejam deixados de fora em relação a apoios na área da saúde, inclusive tratamentos, que, como bem sabemos, carecem de respostas especializadas em todo o País, estando centralizadas sobretudo em Lisboa.

Por isso mesmo, o PAN, desde o primeiro momento, esteve ao lado dos antigos combatentes, com a proposta do Estatuto do Antigo Combatente e, também, com sucessivas propostas de alteração que aqui trouxe, à Assembleia da República, mas que infelizmente têm ficado pelo caminho.

Hoje, não só o PAN acompanha as propostas apresentadas como entende que são de elementar justiça, tendo em conta aquilo que é devido a estas pessoas, que não escolheram combater numa guerra e que, inclusivamente, também não escolheram ter de viver com as mazelas subsequentes à mesma. Portanto, vamos votá-las favoravelmente e esperamos que, no Orçamento do Estado que se vizinha, haja, de facto, uma rubrica destinada a esta dignificação, que é necessária.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O tema dos antigos combatentes é certamente relevante, pela natureza que tem o serviço prestado por cada um deles ao nosso país. Não interessa estarmos aqui a qualificar as guerras em que estiveram, porque o que é mesmo mais importante é cada um desses antigos combatentes, é o serviço que eles deram em nome do País, em nome da nossa bandeira, em nome de todos nós. Por isso, não merecem que façamos aqui discussões de mais legitimidade, menos legitimidade, mais populismo, menos populismo.

Há uma coisa que distingue, obviamente, os partidos: há partidos que têm a responsabilidade de governar e que, portanto, têm responsabilidade por todas as medidas que são aprovadas durante o período em que estão a governar; há outros que, estando na oposição, propõem para cada área a medida que acham que é mais conveniente, podendo depois a conta não fechar para todos.

Relativamente aos antigos combatentes, este Governo assumiu duas prioridades. A primeira é os antigos combatentes serem uma prioridade e merecerem a atenção que não tinham merecido antes.

Não vale a pena o Partido Socialista vir agora dizer que sempre teve muita consideração!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não está em causa a consideração, mas medidas não teve; melhoria da vida dos antigos combatentes não teve!

Era isso que eu dizia: é muito fácil apresentarmos medidas para um Orçamento quando não é nosso e quando são os outros a terem a responsabilidade de o executar. É muito mais fácil assim! Podia o Partido Socialista ter apresentado essas medidas durante os oito anos em que foi Governo, e não apresentou.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Apresentou no Orçamento do ano passado e estão em vigor!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos, então, ver o que foi feito nesta legislatura relativamente aos antigos combatentes.

Quanto ao apoio a 100 % da parcela não comparticipada dos medicamentos, durante muito tempo, a principal preocupação que os antigos combatentes nos transmitiam era da dificuldade que sentiam, exatamente por terem baixos recursos, para compatibilizar as suas despesas essenciais com as despesas com medicamentos. Foi por isso que se retirou esse peso do dia a dia dos antigos combatentes, o peso de terem de fazer contas aos medicamentos que têm de pagar.

Em segundo lugar, quanto à sua mobilidade, resolvemos a questão dos transportes, estendendo a todo o território nacional o passe para antigos combatentes. Ficaram, assim, sem encargos relativamente à sua mobilidade.

Em terceiro lugar, na área da saúde, os antigos combatentes inscritos na Liga dos Combatentes passaram a ter acesso ao Hospital das Forças Armadas, ficando com a possibilidade de terem essa assistência.

Mas há também medidas, que são simbólicas, muito relevantes, como o que se fez no reconhecimento dos antigos combatentes da Índia ou, mais recentemente, aquilo que foi feito em Moçambique.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Finalmente, conseguimos incluir aqueles que em Moçambique combateram, também em nome de Portugal, e que estavam ainda sem poderem ser integrados porque o arquivo

ficou lá e não podia ser tratado. Foi este Governo que resolveu essa situação, com o Governo de Moçambique, podendo agora também esses combatentes ser reconhecidos.

Certamente, podemos ir melhorando as condições, designadamente do complemento de pensão, sem esquecer nunca que foi, em 2002, um Governo da AD que…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao encerramento do debate e, para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

Pausa.

A Iniciativa Liberal cedeu 15 segundos ao Chega, que ficou com o tempo total de 2 minutos e 24 segundos.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta Casa tem mais uma oportunidade para dar dignidade aos antigos combatentes e, particularmente, agradecer — agradecer a todos aqueles que perderam a sua juventude numa guerra onde foram cumprir a missão de defender o nosso território, defender a nossa pátria, defender a nossa bandeira, defender a Nação.

Por eles, e para eles, não podemos andar a contar tostões, a dizer que não se pode, que não há dinheiro, quando se gastam milhões em observatórios, fundações ou estruturas de missão, que só servem para alimentar clientelas partidárias e engordar o Estado.

Os antigos combatentes continuam a precisar de nós. Mais do que de medalhas e condecorações, precisam de dignidade. Mais do que serem convidados a desfilar no 10 de junho — e depois esquecerem-se de os convidar para o almoço —, eles precisam de ter uma vida digna e um País que lhes agradeça.

O PS não apresenta propostas e acusa os outros de populismo.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Completamente populista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Deputada Patrícia Faro, se ser populista é defender os antigos combatentes, então nós somos populistas, com muito, muito, muito orgulho!

Aplausos do CH.

O PCP, mais uma vez, traz um projeto para os antigos combatentes. Mas, mais do que um projeto em consciência, é um projeto de consciência… de consciência pesada! Sabem bem que muitos dos nossos irmãos combatentes morreram às mãos de forças como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) ou o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), apoiadas com armas, formação e apoio político da União Soviética, que tinha em Portugal o seu aliado PCP.

Aplausos do CH.

O comunismo é o regime que mais matou no mundo. O comunismo tem também as mãos a escorrer sangue dos portugueses mortos nas ex-colónias.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Eish!

Aplausos do CH.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não tem não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cada soldado português que tombou às mãos do apoio soviético e cubano tinha a marca, a chancela, a cumplicidade e o carimbo do PCP,…

A Sr.ª **Rita Matias** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — É isso, é!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … por isso a consciência pesada de apresentarem sempre propostas para os antigos combatentes.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É verdade! O que é que eles fazem na Festa do *Avante!*, então?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, numa altura em que se volta a falar de reparações históricas, a única reparação histórica que este grupo parlamentar, este partido, estes Deputados admitem fazer é a reparação histórica de darmos dignidade aos nossos antigos combatentes.

Nós fizemos o nosso trabalho, assim este Parlamento faça o resto.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos assim ao fim deste ponto da ordem do dia.

Passamos ao sexto ponto, que consta do debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 622/XVII/1.ª (PSD) — Reforça as regras de segurança aplicáveis à micromobilidade elétrica e 774/XVII/2.ª (PS) — Reforça a segurança e a proteção dos utilizadores de veículos de micromobilidade elétrica, alterando o Código da Estrada, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1264/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da segurança na micromobilidade elétrica e 1273/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de micromobilidade mais segura, garantindo o acesso a capacete a quem se desloca em velocípedes e em veículos de micromobilidade elétrica.

Para apresentar o Projeto de Lei n.º 622/XVII/1.ª, da iniciativa do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Projeto de Lei n.º 622/XVII/1.ª, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, traz a debate uma ideia simples, a de que a mobilidade está a mudar e as regras de segurança têm de acompanhar essa mudança.

Hoje, trotinetas elétricas, bicicletas elétricas e *scooters* elétricas fazem parte do quotidiano das nossas cidades, das nossas deslocações e das nossas escolhas de mobilidade; e isso, Sr.as e Srs. Deputados, é positivo.

São soluções ágeis, eficientes e importantes para uma mobilidade urbana mais sustentável, mas há também uma realidade que não podemos ignorar: quem circula nestes veículos está substancialmente mais exposto quando ocorre um acidente.

Pensemos numa trotinete elétrica. Uma pessoa que, por qualquer atividade, percorra a cidade e circule numa avenida com automóveis, carrinhas de transporte ou autocarros está muito mais exposta ao perigo. Não tem carroçaria, não tem cinto de segurança e se, por algum infortúnio, sofrer uma colisão e cair, é o próprio utilizador, é quem conduz, que recebe diretamente o impacto.

Sr.as e Srs. Deputados, este projeto de lei foi criado após auscultação da Guarda Nacional Republicana e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

O que os números nos mostram é que passámos de menos de 25 acidentes por ano até 2021 para mais de 700 acidentes em 2024 e, nos últimos 7 anos, foram registados mais de 1900 acidentes, 10 vítimas mortais e dezenas de feridos graves.

É neste contexto que propomos duas medidas simples: primeiro, o uso obrigatório de capacete para os utilizadores de trotinetes elétricas,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — … bicicletas elétricas, *scooters* e outros velocípedes com motor; segundo, uma obrigação de maior visibilidade, através de vestuário refletor e equipamentos retrorrefletores, do anoitecer ao amanhecer e assim que as condições de visibilidade sejam insuficientes.

Reconhecemos aqui um princípio que nos parece elementar na segurança rodoviária: ver e ser visto. Quem circula numa trotinete, numa bicicleta elétrica, numa *scooter*, com chuva ou numa zona com pouca iluminação, deve conseguir ver a via, mas, sobretudo, deve também ser facilmente visto pelos restantes utilizadores da estrada.

A visão deste projeto de lei é, acima de tudo, a segurança, e essa segurança tem de acompanhar a mobilidade. Não podemos ter novas formas de deslocação, novos veículos e novos hábitos, sem garantir, também, que estes são acompanhados por novas respostas de proteção. A inovação deve significar mais opções para as pessoas, mas deve também significar mais segurança para quem circula.

Não queremos dificultar a micromobilidade, queremos que ela cresça, com mais proteção, com mais responsabilidade e confiança para quem a utiliza. Uma trotinete elétrica, uma bicicleta ou uma *scooter* elétrica podem ser soluções diferentes, mas os seus utilizadores partilham de uma característica essencial: estão mais vulneráveis quando ocorre uma queda ou uma colisão.

Sr.as e Srs. Deputados, o capacete pode não evitar todas as lesões, o equipamento refletor não evita todos os acidentes, mas se conseguirmos reduzir as consequências de uma queda e se conseguirmos salvar vidas de quem circula, devemos fazê-lo. A segurança rodoviária constrói-se com prevenção, com responsabilidade e, também, com a proteção de quem circula.

Esta micromobilidade elétrica faz parte da realidade das nossas cidades. Cabe-nos agora garantir que essa evolução é acompanhada por regras simples, claras e adequadas à realidade de hoje. Queremos, sim, mais mobilidade, mais inovação e, sobretudo, mais proteção e segurança de quem utiliza estas soluções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, a que, segundo informou a Mesa, vai responder em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Davide Amado, do Partido Socialista.

O Sr. **Davide Amado** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a mobilidade suave deve ser protegida e incentivada com segurança. Precisamos de criar condições para que mais pessoas possam fazer deslocações curtas sem recorrer ao automóvel, seja a pé, de bicicleta ou através dos vários sistemas de mobilidade partilhada.

No caso das trotinetes elétricas, há razões suficientes para uma maior exigência, sobretudo por estarmos perante veículos com características próprias de estabilidade e utilização. Por isso, admitimos a obrigatoriedade do uso de capacete nas trotinetes.

Não acompanhamos, porém, a opção do PSD de aplicar a mesma regra a todas as bicicletas elétricas. A título de exemplo, esta proposta teria um efeito imediato sobre a Gira – Bicicletas de Lisboa e sobre outros sistemas de bicicletas partilhadas pelo País.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E então?!

O Sr. **Davide Amado** (PS): — Sr. Deputado, o vosso projeto de lei não distingue uma trotinete elétrica de uma bicicleta elétrica, quando têm características, níveis de risco e formas de utilização diferentes. Tendo em conta este projeto de lei do PSD, obrigar ao uso do capacete em todas as bicicletas elétricas cria uma dificuldade evidente ao normal funcionamento dos sistemas de bicicletas partilhadas.

Tendo em conta que, para ser eficaz, este projeto de lei exigirá também maior capacidade de fiscalização — fiscalização que, mesmo sem este projeto de lei, já é claramente insuficiente — e tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que também é Vice-Presidente do PSD, já deve ter ido aos capacetes com a proposta de referendo do ACP (Automóvel Club de Portugal) — o que não é mais do que uma clara demonstração da incapacidade que o município tem em executar as suas competências de fiscalização e regulamentação —, o Sr. Deputado consegue informar esta Assembleia se o PSD está articulado, nesta proposta, com o PSD-Lisboa, ou se vamos ter novamente o Eng.º Moedas a dar a volta e a perder o capacete, devido a uma proposta do seu partido?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Martins, do Chega.

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Faria, reforçar as regras da segurança na utilização de trotinetes e velocípedes elétricos é uma discussão necessária e indiscutível. Basta olharmos para os números oficiais: de 2019 a 2025, 1900 acidentes envolvendo trotinetes elétricas, 10 mortes, 88 feridos graves.

Infelizmente, esta realidade também chegou aos Açores. Há apenas duas semanas, na cidade da Horta, no Faial, uma jovem de 25 anos perdeu a vida, quando a trotinete elétrica em que seguia colidiu frontalmente com um automóvel.

Portanto, Sr. Deputado, não podemos dizer que desconhecemos a gravidade do problema, ninguém o pode dizer, mas o problema do PS não está propriamente na proposta que traz hoje, está na que chumbou na semana passada…

Vozes do PSD: — O PS?! O PSD!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — O PSD!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual, é igual!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — O PSD votou contra a iniciativa do Chega que propunha reforçar os meios das forças de segurança para fiscalizar as trotinetes e os velocípedes elétricos. Pedíamos mais equipamentos portáteis para fiscalizar velocidades, pedíamos mais meios de fiscalização em ciclovias e zonas pedonais, pedíamos mais formação específica e articulação entre as entidades, mas o PSD votou contra e a iniciativa foi rejeitada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Então, o que lhe pergunto, Sr. Deputado Bruno Faria, é: como pode querer reforçar as regras e as sanções, se cinco dias antes votou contra o reforço dos meios para as fazer cumprir?!

Aplausos do CH.

Vozes do PSD: — Calma!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Está muito exaltada!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — De que serve criar novas obrigações se, depois, o agente não dispõe dos equipamentos necessários para fiscalizar, por exemplo, a velocidade ou a utilização de uma trotinete? Diga-me, Sr. Deputado Bruno Faria!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Este ciclomotor ia a grande velocidade!

Risos do PSD, do CH, do PS e da IL.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Davide Amado, do Partido Socialista, estamos aqui a falar de realidades diferentes. O Partido Social Democrata está a debater, disponível para discutir, na especialidade, o que é cada uma destas realidades, mas não confundamos o que é uma bicicleta e uma trotinete, porque em ambos os mecanismos, em ambos os veículos, uma pessoa está exposta. Parece-me que, quando um jovem, um cidadão, um condutor cai de uma bicicleta elétrica ou cai de uma trotinete e bate com a cabeça, o problema é realmente o mesmo.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Claro!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr.ª Deputada Ana Martins, do partido Chega, realmente, não consegui perceber. A Sr.ª Deputada percebeu do que estive aqui a falar? Falámos de auscultação do setor, falámos dos números que, de certa maneira, nos têm mostrado que estes acidentes têm crescido, que os acidentes graves têm aumentado, como referiu, e bem, relativamente às mortes que também estão associadas ao uso destes mecanismos ou até à falta de capacete.

O que não consegui compreender, no final, Sr.ª Deputada, é se o Chega está a favor ou contra o nosso projeto de lei.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós é que fizemos a pergunta!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para apresentar o Projeto de Lei n.º 774/XVII/2.ª e o Projeto de Resolução n.º 1264/XVII/2.ª, o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Sr. Deputado Bruno Faria, do PSD, iniciou a sua intervenção, dizendo que a mobilidade está a mudar. Eu diria, Sr. Deputado, que a mobilidade está a mudar, mas não suficientemente rápido.

As nossas cidades continuam cheias e dominadas por automóveis; é difícil circular nos passeios; é difícil atravessar uma estrada; é desconfortável e difícil ir a pé daqui até ao Rato, até à estação de metro mais próxima — convido todos os Srs. Deputados que nunca o fizeram a experimentar.

Quem usa o automóvel nas estradas, por ser tão dominante, vê qualquer outro objeto numa estrada ou numa rua como um intruso, seja ele um peão, uma bicicleta, uma trotinete, um motociclo ou um veículo de tração animal. O automóvel é rei e senhor da estrada.

Muitas vezes, estas iniciativas que vêm a pretexto de aumentar a segurança — não estou a dizer que é o caso da iniciativa do PSD —, este clamor pelo aumento da segurança na utilização de bicicletas, trotinetes e outros veículos, vem precisamente de setores que são adversos à adoção desses meios.

Por isso, aquilo de que precisamos nas nossas cidades é de uma transição para um espaço público que seja redistribuído, que dedique menos espaço ao automóvel e mais espaço aos outros modos de transporte, para poderem transitar em segurança. Essa será a verdadeira transição para dar segurança a todos os utilizadores da rua, essencialmente nas nossas cidades, e dar conforto, rapidez e segurança a toda a gente.

É com alguma tristeza que vejo que a primeira coisa que alguns autarcas, em particular autarcas do PSD, não só em Lisboa, mas também em Gaia, por exemplo, fazem quando tomam posse é remover ciclovias que foram colocadas nas avenidas. Quase dá para caricaturar com a rebarbadora a retirar as ciclovias. Não! Precisamos de mais espaço para que estes veículos possam circular.

Em segundo lugar, acho que, nesta discussão — como o Sr. Deputado Bruno Faria disse, e bem —, convém não misturar tudo no mesmo saco. Bicicletas e trotinetes não são a mesma coisa e há evidências de que elas não têm o mesmo nível de risco, desde logo, pela própria configuração dos veículos. O nível de gravidade dos acidentes com trotinetes é, em geral, superior àquele que existe com as bicicletas. Mas também dentro de cada uma destas categorias há diferenças. Existem trotinetes que estão limitadas aos 20 km/h e depois há aquelas que vemos naqueles vídeos absolutamente insanos a circular a 80 km/h na segunda circular. É evidente que o nível de insegurança de um e de outro não é o mesmo. Existem bicicletas cujo motor só funciona até aos 20 km/h e é preciso pedalar para que o motor funcione, e existem outras que têm um acelerador manual, atingem velocidades muito superiores e, na prática, conduzem-se como se fossem uma mota.

Saúdo a disponibilidade do PSD para conseguirmos fazer esta diferenciação em sede de especialidades, e temos até disponibilidade para ir mais longe do que aquilo que está na nossa própria proposta. A nossa proposta, para já, deixa de fora apenas as bicicletas que correspondem aos sistemas partilhados, como o caso da Gira.

O caso da Gira é um exemplo paradigmático, e aqui faço a minha declaração de interesses, enquanto utilizador ocasional da Gira: eu não ando sempre com um capacete debaixo do braço e, se for obrigado a usar capacete para pegar numa Gira, deixo de a utilizar, porque só uso de vez em quando, não uso sempre, não uso todos os dias, uso só quando me dá jeito. Assim, se obrigarem a usar o capacete, todo o tipo de utilizadores ocasionais, como é o meu caso, vai abandonar os sistemas partilhados da Gira e do resto do País.

Portanto, temos toda a disponibilidade para discutir isto em sede especialidade. Penso que, de facto, a mobilidade e a discussão sobre mobilidade precisa de menos barreiras, precisa que não criemos barreiras à adoção de mecanismos de micromobilidade, de mobilidade mais ligeira do que estar a transportar uma tonelada e meia de aço, para me transportar na cidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1273/XVII/2.ª, do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: No caso desta problemática, não podemos ignorar que as bicicletas, as bicicletas elétricas e as trotinetes fazem hoje parte da deslocação no quotidiano de muitas pessoas, inclusivamente na forma de transportes partilhados e, evidentemente, de forma alternada. Para muitos, são uma alternativa ao carro, são uma forma de chegar ao trabalho, à escola ou até mesmo aos transportes públicos. Só que a segurança de quem os utiliza tem de acompanhar também esta transformação da mobilidade.

É evidente que temos a consciência de que, em caso de acidente ou queda, é precisamente o corpo que, neste caso, vai absorver o impacto. Há dados que já foram mencionados que, efetivamente, vêm justificar esta preocupação. Em termos de números de acidentes, houve 1900 acidentes em 7 anos, 10 mortos e 88 feridos graves registados.

A par da preocupação com a utilização do capacete, há uma outra dimensão que não podemos esquecer, que é precisamente a da segurança das ciclovias e das vias partilhadas, que, infelizmente, não é uma realidade em muitas cidades. O problema não está única e exclusivamente no utilizador, mas também nos demais que circulam na via pública.

Apesar disto, o PAN reconhece que há um problema para resolver, mas nas propostas quer do PSD quer do PS há uma medida que fica aquém. É que não basta ter um regime sancionatório e impor obrigatoriedade de capacete. No nosso entender, é importante que se dê uma resposta: a comparticipação do Governo na aquisição de capacetes certificados; a sua disponibilização gratuita para crianças e jovens, através das escolas, promovendo até boas práticas do ponto de vista da segurança; a sua disponibilização a nível municipal, em articulação com as autarquias locais, nos sistemas de micromobilidade partilhada, dando até resposta à preocupação do PS em relação ao que vai ser feito na Gira. As autarquias devem, de facto, permitir a colocação de sistemas partilhados de disponibilização de capacetes, para não ter até o efeito contrário, que é desincentivar a mobilidade suave.

Sabemos que o capacete não resolve tudo. Queremos garantir que haja, efetivamente, uma segurança nesta mobilidade, mas não é apenas através da fiscalização ou da sanção que vamos resolver o problema.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A micromobilidade elétrica veio para ficar. Trotinetes, bicicletas elétricas e outros meios representam uma alternativa de transporte mais económica, mais sustentável e capaz de retirar automóveis das nossas cidades.

Mas liberdade de circulação não pode significar ausência de regras. Quando estão em causa peões, crianças, idosos e outros utilizadores destes veículos, a segurança tem de estar em primeiro lugar. Por isso, considero essencial reforçar as regras claras de circulação, fiscalização e responsabilização.

Precisamos de cidades preparadas, com ciclovias seguras, estacionamento adequado e uma verdadeira separação entre peões, automóveis e veículos de micromobilidade.

Regular sim, fiscalizar sim, proteger sempre, mas com equilíbrio, bom senso e responsabilidade, porque uma mobilidade verdadeiramente moderna tem de ser não só sustentável, mas também segura para todos nós, portugueses.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente: Na ausência de transportes públicos que funcionem, é normal que, mal surgem soluções alternativas à deslocação e à circulação urbana, estas vão crescer rapidamente. Hoje, a verdade é que são milhares de viagens já feitas, todos os dias, pelos vários centros urbanos, por trotinetes e bicicletas elétricas.

Para termos uma ideia dos números, em 2019, houve mais de 4600 acidentes, dos quais resultaram mais de 1400 feridos ligeiros, 176 feridos graves e 15 mortos. Os dados são da GNR (Guarda Nacional Republicana) e da PSP (Polícia de Segurança Pública), mas são recolhidos de forma agregada, sem separar os acidentes ocorridos com meios partilhados dos com meios privados. Seria importante saber onde está, de facto, o problema antes de proibir o que quer que seja, para legislarmos com conhecimento de causa.

No entanto, parece-nos que há princípios ou soluções básicas: o uso do capacete, mas, principalmente, o cumprimento do Código da Estrada.

Não é aceitável continuarmos a ver trotinetes a andar no passeio, pondo em risco a segurança dos próprios e de quem faz a sua vida a pé. Não faz sentido olharmos para uma trotinete sem fazer a mínima ideia se vai continuar na estrada, se para no semáforo ou não, ou se vai subir o passeio a seguir. É um verdadeiro caos aquilo a que assistimos, em muitas situações.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Não podemos deixar passar a oportunidade de chamar a atenção para algumas propostas que estão em discussão e que eu diria, no mínimo, que são surreais, começando pela do PS, que quer que o Governo estude um projeto de capacetes descartáveis.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É tudo descartável!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Enfim, propostas do Partido Socialista, já ninguém as compreende.

Risos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Podia ter vindo do Livre, do seu laboratório!

Vozes do PSD: — Capacetes de papel!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — A começar pelo debate de capacetes descartáveis, que seja nas trotinetes.

Mas mais mirabolante é a proposta do PAN, que quer subsidiar a compra de capacetes. A verdade é que não sei porque é que não vão mais longe e não pedem o subsídio para os sapatos de quem anda a pé.

Risos e aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Mais uma vez, os partidos da esquerda, com a sua originalidade, querem que o Estado venha intervir e subsidiar aquilo que eles acham que faz sentido, tratando as pessoas sempre com um paternalismo que diria ser irritante.

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Os portugueses não querem ser tratados como crianças. Querem que quem use bicicletas ou trotinetes elétricas o faça em segurança, com respeito pelos outros e com sentido de responsabilidade; não querem que o dinheiro dos seus impostos seja usado para oferecer capacetes — disso, tenho a certeza.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este é efetivamente um debate importante, mas ele podia, e devia, ser muito mais importante, se estivessem aqui incluídas questões como a organização das nossas cidades, o desenho das nossas cidades, ou questões como o limite de velocidade nas nossas cidades, uma proposta que o Livre tentou trazer a este debate, mas que o PSD contestou e por isso, infelizmente, não podemos estar aqui a discutir hoje.

Vozes do PSD: — É o Código da Estrada!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Se esta é uma discussão sobre capacetes, então, vamos a ela. Em primeiro lugar, não duvidando — porque não duvido mesmo, sou muito honesto — das boas intenções do Grupo Parlamentar do PSD, a proposta que nos traz hoje não serve os propósitos que diz querer servir, desde logo: mais segurança, mais proteção e até uma maior coabitação entre todos os meios de locomoção, sejam eles de mobilidade suave, sejam eles o automóvel.

Os dados científicos, Srs. Deputados, estão mais do que disponíveis e eles mostram que a existência de uma obrigatoriedade à utilização de um capacete, por paradoxal que possa parecer, não traz mais segurança. Não preciso de vos dizer isso, porque sei que os senhores conhecem esses estudos, como eu conheço.

Faço uma declaração de interesses: eu, enquanto ciclista ocasional, tento sempre usar capacete.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Acho que o devemos fazer, porque é bom, dá mais segurança, mas — e é um «mas» muito grande! — não o devemos tornar obrigatório, porque isso vai afastar utilizadores ocasionais, vai afastar aqueles, como dizia o Grupo Parlamentar do PS, que possam querer usar a Gira para uma deslocação ocasional, e isso não é fazer um serviço à mobilidade suave, é fazer o exato oposto.

Por isso, vamos votar contra a proposta do Partido Social Democrata, porque ela não serve os propósitos que diz defender.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A proposta do PS também tem alguns problemas, mas faz uma coisa que nos parece importante e com a qual concordamos, que é distinguir a utilização de uma bicicleta elétrica da utilização

de uma trotinete. Os riscos são diferentes — uma vez mais, a evidência científica mostra-o — e, como tal, devemos agir de maneira diferente. No entanto, discordamos do Partido Socialista num ponto, que é o de aplicar a todas as trotinetes a obrigatoriedade de utilizar capacete. Achamos que, pelo menos nos sistemas partilhados, essa obrigatoriedade não deve existir, pela mesmíssima razão: como isso iria afastar os utilizadores da bicicleta, iria também afastar os utilizadores das trotinetes.

Deixo uma última nota muito rápida sobre uma proposta que o PSD faz, que acho que é peregrina e única no mundo: a utilização do colete refletor por parte dos utilizadores de bicicleta. Isto não se vê em lado nenhum, para nenhum utilizador, em qualquer hora do dia.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — À noite!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não faz sentido e não serve, uma vez mais, os utilizadores.

Aquilo que devíamos ter em cima da mesa era uma discussão sobre como desenhar as nossas cidades, para que nenhum peão, nenhum ciclista, ninguém que ande de trotinete tenha a sua vida em risco diariamente, e sobre como alterar e adaptar os limites de velocidade para que isso não aconteça, porque, sem isso, a discussão dos capacetes, por mais importante que seja, não serve e não responde a tudo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Gonçalo Lage, que tem a palavra para esse efeito.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, faço um pedido de esclarecimento, porque esta intervenção do Sr. Deputado Jorge Pinto criou alguma confusão.

É preciso querermos ver a realidade que temos à frente dos nossos olhos: existem centenas, até já mais de um milhar de acidentes com trotinetes que são graves; muitas vezes, temos jovens a andar na rua, numa trotinete, que não têm nenhuma noção sequer do que é um sinal de trânsito. Temos de, efetivamente, criar condições que possam ser mais eficazes, para que, entre o binómio de liberdade e de responsabilidade, possamos todos conviver na estrada e ter mais segurança.

Depois da intervenção do Sr. Deputado Jorge Pinto, fiquei com uma dúvida que me começou a assolar bastante. Como é que é possível o Sr. Deputado Jorge Pinto dizer que o capacete não serve para rigorosamente nada, mas depois dizer que o próprio gosta de o usar?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sim, gosto de o usar!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Portanto, se o próprio gosta de usar capacete, mas se o capacete não serve para nada,…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não foi isso que foi dito!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … a minha pergunta é: se o Sr. Deputado Jorge Pinto conduz com capacete, é para ficar mais bonito? Acha que o capacete vai trazer algum embelezamento adicional, Sr. Deputado?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Bloco de Esquerda cedeu 1 minuto ao Livre.

Sr. Deputado Jorge Pinto, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, agradeço à Deputada Andreia Galvão a cedência do tempo.

Sr. Deputado Gonçalo Lage, eu tenho-o em melhor conta e sei que o Sr. Deputado também me tem em melhor conta.

Risos do PSD.

Fez crer que eu disse o que não disse. Está muito enganado!

Reafirmo: uso capacete, porque se trata de segurança individual, e acho que as pessoas o devem utilizar. Fazer com que a utilização do capacete seja obrigatória, como já lhe disse — e vai investigar, porque sei que gosta de estudar os dossiês, o que é o paradoxo do capacete —, é pior, não serve.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — O cinto de segurança!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Aquilo que temos de falar é de segurança coletiva, e essa segurança coletiva…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Quer tirar?! Quer tirar o capacete?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Devolvo-lhe o exemplo da criança que anda de trotinete sem sequer conhecer o Código da Estrada. Pois bem, diga-me: o que é que ter um capacete muda nesse caso? Explique-me. Como é que a segurança é assegurada?

O que temos de fazer é olhar para os bons exemplos, olhar para os Países Baixos, onde há uma menor utilização do capacete e há um menor número de acidentes, um menor número de acidentes com vítimas mortais, apesar da não utilização do capacete. Sabe porquê? Porque há uma cultura de educação que começa desde muito cedo, porque há uma adaptação das cidades, porque há vias dedicadas para essa utilização.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O capacete não serve para nada!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Por isso, digo e reafirmo: utilize-se o capacete, sim; fazer da sua utilização uma obrigatoriedade faz muito mais mal do que bem, Sr. Deputado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP concorda com a necessidade de melhorar as condições de segurança na utilização dos veículos da chamada micromobilidade elétrica. As estatísticas são conhecidas e devem merecer atenção e preocupação quanto à evolução registada nos acidentes com vítimas envolvendo a utilização destes veículos.

Queremos começar por destacar uma questão que já temos vindo a suscitar em debates anteriores. Desde logo, em municípios como Lisboa, é importante que haja clareza na distinção entre diferentes veículos neste âmbito. Há bicicletas convencionais, sem motor; há bicicletas com motor associado, auxiliar, até 1 kW, que só funcionam quando se está a pedalar e abaixo dos 25 km/h; há veículos que parecem bicicletas, mas que têm outras características técnicas, designadamente, motorização; e há, depois, outros veículos, desde trotinetes com motor elétrico a dispositivos de circulação com motor elétrico, autocalibrados e automotores.

Não consideramos que esta discussão seja um combate entre fações de utilizadores da via pública, pelo contrário, é indispensável agir em defesa da segurança de todos os utilizadores, incluindo, desde logo, os peões.

Concordamos que haja o reforço da segurança para a utilização e circulação destes veículos, de forma adequada às situações em causa. Concordamos que haja regras claras e atualizadas, desde logo, no Código da Estrada. Concordamos que haja fiscalização e garantia do cumprimento destas regras, pela segurança de todos.

Naturalmente, os projetos de lei em debate são um ponto de partida para o trabalho em sede de especialidade, para que sejam alcançadas as melhores soluções no plano legislativo. É neste sentido que acompanharemos a viabilização desses projetos de lei, reafirmando a questão, para nós, essencial neste debate, que é promover a segurança das populações, a segurança rodoviária, a coexistência harmoniosa dos diferentes utilizadores da via pública, porque também aqui se constrói e defende o direito à cidade.

Justamente a propósito, quanto ao direito à cidade, não podemos deixar de assinalar o facto de nenhuma das iniciativas tocar num aspeto central: o desenvolvimento de um negócio, num quadro de liberalização e apropriação pelo poder económico…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó, por amor de Deus!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … não só destes serviços, como também do próprio uso do espaço público, sendo que as entidades que o promovem têm pouco ou quase nenhuma responsabilidade sobre a necessária segurança rodoviária.

Consideramos que não se deve dispensar as empresas que disponibilizam estes veículos, principalmente nas maiores cidades, como se ficassem excluídas de qualquer responsabilização na disponibilização de capacetes. Não acompanhamos a escapatória sugerida pelo PAN, que indicia que devem ser os municípios a arcar com o investimento na segurança. Mais uma vez, lucro privado, despesa pública.

O interesse público tem de prevalecer também nesta discussão, e as vítimas de acidentes rodoviários não podem ser meros danos colaterais de uma política de apropriação das cidades, em nome da acumulação do lucro de alguns.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Ia começar a intervenção pelos momentos surreais. De facto, neste debate, ainda não tinha ouvido a Sr.ª Deputada Paula Santos. Obviamente, mandava a prudência que a ouvisse primeiro, para acrescentar o momento mais surreal de todos, que é este: perante uma discussão destas, em que estamos a falar de segurança, estamos a falar da realidade das pessoas que utilizam estes meios, das outras que circulam na via pública e da sua integridade física, a Sr.ª Deputada acha que o importante não é discutir isto, é antes discutir o negócio.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ó Sr.ª Deputada, haja limites! O que temos é de imputar…

Continuação de protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ó Sr.ª Deputada, sabe que há uma coisa que se chama liberdade — liberdade! Portanto, a utilização destes meios é independente de haver empresas ou não. As pessoas têm a liberdade de comprar para si, de alugar, de fazerem o que quiserem.

Quando é que os senhores conseguem fazer aqui uma discussão sem que venham os grandes grupos, as empresas, a Sonae?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

É sempre a mesma conversa. É sempre a mesma conversa! Este debate é mesmo sobre a segurança das pessoas, que diabo!

Aplausos do PSD.

Mas eu percebo…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Eu falei em segurança!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.ª Deputada, já tinha ouvido o PS falar de capacetes descartáveis; tinha ouvido o PAN falar em subsidiar capacetes.

Risos de Deputados da IL.

A única coisa coerente, neste debate, foi o Sr. Deputado Jorge Pinto, que disse que o Livre gostava de coisas que não servem para nada.

Risos do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O quê?…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A sério, isso foi o único… Pronto, aí tudo bem, Sr.ª Deputada, aí tudo bem.

Aplausos do PSD, do CH e da IL.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Fale de segurança!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Haja um mínimo de verdade e coerência neste debate.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, passado este momento — também já com 4 horas de Plenário, acho que se perdoa —, eu acho que nós temos de olhar para os dados e o *Relatório Anual de Sinistralidade a 30 dias*, que nos diz que os acidentes anuais com trotinetes se mantiveram abaixo das 25 ocorrências até 2021, e que subiram para 547, em 2023, e 706 em 2024. Nos últimos sete anos, a GNR registou mais de 1900 acidentes, 10 vítimas mortais, 88 feridos graves e 1442 feridos leves. Isso é suficiente, mais do que suficiente,…

Voz do PSD: — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … para que a Assembleia da República se preocupe e legisle sobre esta matéria, designadamente em sede de Código da Estrada,…

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

… que foi o que defendemos quando o Chega apresentou um projeto de resolução.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Defendem o negócio!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Achamos que se deve legislar em sede de Código da Estrada e as soluções não são fáceis e, por isso, vai ser preciso um trabalho de especialidade muito intenso, porque, de facto, não faz grande sentido estar a criar, por exemplo, obrigações para determinado tipo de trotinetes e não criar para outras — aí sim, por causa do negócio, Sr.ª Deputada —, não isentar aquelas que são partilhadas, quando as outras têm características técnicas semelhantes.

É preciso regular a questão da utilização dos passeios e da via pública, quer dizer, não há nenhum meio de mobilidade que possa andar indiferentemente no passeio e na via pública sem ter de cumprir regras para uma coisa ou para outra. E, portanto, é sobre isso que eu acho que devemos fazer um trabalho sério, de especialidade, com um objetivo que é o que tem de prevalecer, a segurança das pessoas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O crescimento da micromobilidade elétrica trouxe novos desafios em matéria de segurança rodoviária, fiscalização e utilização do espaço público.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — A questão que importa esclarecer é como garantir condições de segurança para utilizadores e peões, assegurando simultaneamente que as regras sejam proporcionais, exequíveis e compatíveis com a continuidade destes serviços de mobilidade. Significa isto que devemos distinguir entre aquilo que exige uma alteração legislativa daquilo que depende, sobretudo, de uma maior capacidade de fiscalização.

Srs. Deputados, a segurança deve ser considerada em todas as suas dimensões. O capacete pode reduzir a gravidade de determinadas lesões, mas não impede a circulação irregular nos passeios, não impede o excesso de velocidade ou a utilização de veículos tecnicamente adulterados.

Também importa avaliar as condições concretas de cumprimento das novas obrigações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Os utilizadores terão acesso aos equipamentos necessários? Qual será a responsabilidade dos operadores? E de que forma serão fiscalizadas as novas regras? E, já agora, como aplicar, de igual modo, equipamentos partilhados e equipamentos privados?

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — O projeto de resolução do PS introduz a questão da fiscalização, da circulação nos passeios e da utilização de dispositivos limitadores de velocidade. Contudo, a recomendação de reforçar a fiscalização suscita uma pergunta operacional: com que meios, com que equipamentos e através de que entidades será concretizada? Acrescento que, na semana passada, foi chumbado, nesta Casa, o Projeto de Resolução n.º 1151/XVII/1.ª, apresentado pelo Chega, que recomendava, precisamente, o reforço dos meios para fiscalizar a circulação destes veículos.

Mas, Srs. Deputados, há também uma dimensão de âmbito territorial que não pode ser ignorada. Os municípios têm responsabilidade na gestão da circulação urbana, do estacionamento e da ocupação do espaço público, porque as necessidades de fiscalização e de organização da micromobilidade não são necessariamente iguais em Lisboa, no Porto ou em qualquer outra cidade ou concelho.

Importa, por isso, também, clarificar de que forma as normas nacionais serão articuladas com as competências e os instrumentos municipais. Não basta implementar medidas, porque estas têm é que funcionar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao encerramento do debate. E, para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Covelinhas Lopes, do PSD, que dispõe de 2 minutos e 38 segundos.

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sr. Presidente. Sr.as e Srs. Deputados: Antes de mais, quero saudar a sensibilidade generalizada para este assunto, para as soluções e para o espaço de evolução nessas soluções, mesmo quando, para espanto de alguns de nós, nomeadamente eu, ficamos a saber que o PCP acha que o capacete está ao serviço do grande capital.

Risos do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São os americanos!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É o imperialismo americano!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Eu pedia aos Srs. Deputados que imaginassem um jovem que sai de casa, vai para as aulas, vai para o trabalho, pega numa trotinete, faz um percurso curto — já o fez tantas vezes —, não imagina ele nem ninguém que uma viagem de poucos minutos possa mudar uma vida para sempre. Basta uma queda, basta um embate, basta um segundo. Nesse segundo — e isto é que é um facto — , um capacete pode fazer a diferença.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — A evolução na micromobilidade não deve nunca esquecer que deve proteger quem utiliza estes meios de transporte e mais — ainda não falado aqui hoje —, quem partilha com eles a via pública, outros condutores e até peões.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem! É isso!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Os dados são terríveis, todos os conhecemos, acidentes graves com consequências para toda a vida e até vidas ceifadas, a maior parte delas em tenra idade. Nós, aqui, agora, temos a responsabilidade de agir.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Sabemos que o capacete não vai evitar os acidentes, mas sabemos também que proteger a cabeça pode e salva, inúmeras vezes, a vida de tantos.

Aplausos do PSD.

O uso de capacete integra uma das respostas, uma medida simples, concreta, ao alcance de todos, cuja utilização devemos transformar num hábito, numa obrigação, porque é de segurança que estamos a falar.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — A queda acontece num instante, as consequências duram a vida toda. Um gesto tão simples como colocar um capacete pode fazer a diferença, um minuto que pode impedir que uma vida seja ceifada, um incómodo, dirão alguns, como os Deputados Frederico Francisco e Jorge Pinto,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E até eu!…

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — … mas absolutamente insignificante para o benefício que produz. Uma solução que afeta todos, positivamente. É nestas alturas que os Deputados cumprem a essência da sua missão, criar soluções e, neste caso, têm a possibilidade de salvar vidas. Não há privilégio maior, não há ideologia que o contrarie.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — Colocar um capacete demora segundos. Colocar um capacete pode poupar uma vida inteira para quem o usa. Se esta proposta salvar uma vida — uma só —, quem poderá dizer que não valeu a pena?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Isso! Muito bem!

O Sr. **Francisco Covelinhas Lopes** (PSD): — A família desse jovem dirá, e todos dirão, que a resposta é indiscutível — essa é a dimensão desta decisão, é essa a responsabilidade desta Casa. O PSD faz aqui o seu papel, tenho a certeza de que outros virão connosco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegamos ao fim deste ponto da ordem do dia.

Passamos agora ao ponto 7, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 511/XVII/1.ª (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação, 518/XVII/1.ª (CH) — Revoga a possibilidade de cobrança de comissão de reembolso antecipado nos contratos de crédito à habitação com taxa de juro variável, 756/XVII/2.ª (CH) — Cria um regime de proteção dos mutuários em situação de agravamento significativo da taxa de esforço no crédito à habitação própria e permanente, 765/XVII/2.ª (IL) — Torna permanente a isenção de imposto do selo nos mútuos de crédito à habitação renegociados ou transferidos, 766/XVII/2.ª (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis (Altera o Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), 771/XVII/2.ª (L) — Facilita a amortização e a transferência do crédito à habitação própria e permanente, eliminando a comissão na taxa variável e limitando a compensação na taxa fixa, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1252/XVII/2.ª (BE) — Travão Caixa: travar os juros do crédito à habitação, 1262/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da liberdade de escolha dos seguros associados ao crédito à habitação e 1271/XVII/2.ª (PAN) — Pelo alargamento a todos os contratos da possibilidade de dedução de gastos com a prestação de crédito à habitação em sede de IRS.

Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 511XVII/1.ª, do PCP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este mês, o Banco Central Europeu decidiu provocar um aumento de 25 pontos base na taxa de juro de referência, elevando-a para 2,5 %. Foi mais um aumento, com os impactos que esta decisão tem nos custos de crédito para as empresas, para os particulares e para as famílias, sobretudo as que têm empréstimos para a compra de casa.

A decisão do Banco Central Europeu de aumentar as taxas de juro é uma decisão com consequências graves. Esta decisão não ataca as causas reais do atual quadro inflacionário, mas penaliza duplamente os trabalhadores e as populações com o aumento do custo de vida, principalmente no crédito à habitação. E, simultaneamente, favorece a banca e o setor financeiro, que continuarão a avolumar os lucros que vão recolhendo. Os cinco maiores bancos a operar em Portugal anunciaram lucros conjuntos, só no primeiro semestre deste ano, de 2519 milhões de euros, tendo 1346 milhões — mais de metade — sido obtidos através de taxas e comissões bancárias. Os lucros da banca ascendem a 14 milhões de euros por dia.

Perante este problema, são necessárias medidas urgentes, que deem às famílias segurança quanto à possibilidade de manterem a sua habitação e que contribuam para evitar situações de empobrecimento e incumprimento generalizado, que teriam profundas consequências negativas no plano social e também inegáveis impactos negativos no sistema financeiro. É preciso mobilizar esses lucros extraordinários do setor bancário, para compensar os custos suportados pelas famílias com crédito à habitação.

Tal como o PCP tem vindo a sublinhar, o banco público, a Caixa Geral de Depósitos, com a sua importância e poder de mercado, pode influenciar fortemente o quadro que está colocado, fixando um *spread* máximo e assumindo outra política de comissões, que influencie o preço das prestações das casas em termos mais favoráveis às famílias com dívidas à banca.

Mas, sublinhamos, o Estado tem várias possibilidades de intervenção, incluindo com o banco público, mas não pode reduzir essa intervenção ao papel da Caixa Geral de Depósitos; deve usar todas as possibilidades que tem para que todo o setor bancário baixe *spreads* e comissões e que assim se contenha e inverta esta escalada dos valores das prestações ao banco para pagar o empréstimo da casa.

É essa a proposta do PCP neste debate, o regime extraordinário de proteção da habitação própria. Propomos que a subida das taxas Euribor (Euro Interbank Offered Rate) deve ter, como primeira consequência, a redução das margens de lucro dos bancos, que resulta de um conjunto de custos e encargos associados aos créditos à habitação, taxas e comissões bancárias, seguros, anuidades de cartões de crédito, entre outros, assegurando

que a totalidade dos encargos com o crédito, amortização de capital, juros ou outros custos e encargos não ultrapasse o valor definido no início do contrato da taxa anual efetiva global.

Propomos que os contratos de crédito à habitação possam ser renegociados, considerando um limite de 35 % de taxa de esforço e havendo extensão do prazo para pagamento do crédito.

Propomos que a entrega da casa ao banco — dação em cumprimento — seja admitida, sem possibilidade de oposição do banco e de forma que a dívida seja considerada integralmente extinta, e que quem entrega a casa possa ser compensado se ela for vendida posteriormente por um valor superior ao que foi considerado aquando da entrega. Já basta de tanta acumulação de riqueza para alguns, à custa do sacrifício de milhares e milhares de pessoas.

Quando se vê as dificuldades que as pessoas atravessam, causadas pelas opções políticas do Governo, da União Europeia, do Banco Central Europeu, é preciso que haja a coragem política para enfrentar os interesses do poder económico e travar este autêntico saque, cada vez mais escandaloso, que continua imponentemente a abater-se sobre os recursos nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento. E, para esse efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Célia Freire, do PSD.

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, todos reconhecemos que a habitação é uma das principais preocupações das famílias portuguesas, razão pela qual o Governo tem atuado com medidas concretas para facilitar o acesso à habitação, apoiar as famílias e, sobretudo, aumentar a oferta.

Importa relembrar algumas destas medidas. Para os jovens, isenção de IMT e imposto do selo na aquisição da primeira habitação, garantia pública no crédito à habitação, o que, em muitos casos, pode ter feito a diferença entre comprar casa ou não;…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E a segurança? E a segurança?

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — … reforço dos programas Porta 65 Jovem e 1.º Direito. Foram ainda aumentadas as deduções de IRS relativas às rendas, criados incentivos fiscais ao arrendamento a preços moderados, concretizadas medidas para aumentar a oferta, simplificar o licenciamento, mobilizar património e acelerar a construção da habitação. Há uma estratégia bem clara, de apoiar quem precisa hoje, criando condições para que amanhã existam casas e mais soluções no mercado.

O PCP continua a diabolizar as empresas e os maiores grupos económicos, por gerarem lucros. Mas quero lembrar o PCP de uma coisa: numa economia saudável, o lucro não é um pecado, pelo contrário, é aquilo que permite às empresas investir, crescer, contratar, pagar salários e continuar a criar riqueza e, já agora, pagar impostos.

Aplausos do PSD.

Talvez seja esta uma das diferenças entre nós. O PCP olha para uma empresa e pergunta, primeiro, quanto é que lucra; nós perguntamos também quanto é que ela investiu, quantas pessoas empregou e quanto valor criou. É isso que nos deve preocupar. Proteger as famílias não pode significar congelar o mercado, afastar investimentos, ou tornar mais difícil o acesso ao crédito para quem ainda precisa de comprar casa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Sr.ª Deputada Paula Santos, em teoria, as propostas do PCP são muito bonitas, mas, depois, na prática, não funcionam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP não está habituado, não paga IMI (imposto municipal sobre imóveis) da Festa do Avante!

A Sr.ª **Célia Freire** (PSD): — Quem paga as diferenças quando as condições do mercado se alteram? Como se executa? Como garantimos que a solução de hoje não se transforma no problema de amanhã?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, agradeço a sua pergunta.

Há, de facto, uma longa distância entre nós, porque para o PSD aquilo que é sagrado são os lucros, neste caso da banca, para o PCP é a vida das pessoas…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os vossos imóveis!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e que as pessoas não percam a sua habitação, porque as taxas aumentaram para satisfazer os lucros da banca.

Ó Sr.ª Deputada, não acha que é um escândalo 2519 milhões de euros de lucros só no primeiro semestre deste ano…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Se desse prejuízo é que era bom?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e as famílias com a corda no pescoço para pagar a sua prestação? Se não acha que é um escândalo, devia achar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Se desse prejuízo já era bom!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — 2000 milhões não chegam?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar os Projetos de Lei n.os 518/XVII/1.ª e 756/XVII/2.ª, do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os dois projetos de lei que são hoje trazidos pelo Chega a esta Casa apontam para um drama simples, o drama da habitação, que é um drama não apenas económico, mas de dignidade, de liberdade e de justiça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — As nossas propostas apontam para uma crise que não caiu do céu, não nasceu da terra, não se formou no ar, mas resulta de anos de decisões erradas, anos de prioridades trocadas, anos de Governos que deixaram os portugueses para trás; apontam para um país onde a maior desigualdade não é entre ricos e pobres, mas entre quem tem casa, quem não tem casa e quem nunca terá casa; apontam para um país que criou dependências, burocracias, programas, mas falhou aos filhos desta terra; apontam para um país que ajudou bancos, empresas, amigos, compadres, interesses instalados, mas até nos momentos mais críticos, até nos momentos mais difíceis, até nos momentos mais penosos, põe aqueles que compraram uma casa, com o seu suor e sacrifício, a suportar os lucros pornográficos da banca.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falam pelo PCP!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Estão a ouvir em estéreo!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E os números estão aí: em 2021, 1,5 mil milhões, 4 milhões por dia; em 2022, 2,6 mil milhões, 7 milhões por dia; em 2023, 4,3 mil milhões, 11 milhões por dia; em 2024, 4,9 mil milhões, 13 milhões por dia; em 2025, 5,3 mil milhões, 14 milhões por dia.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Olha, o Chega e o PCP estão unidos!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Em cinco anos, 19 000 milhões em taxas, taxinhas e comissões pagas pelos portugueses que trabalham. Pura miséria! Pura miséria!

Aplausos do CH.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Estão mesmo unidos, o Chega e o PCP!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E os dois projetos que são aqui trazidos pelo Chega perguntam, de forma muito clara: já não basta 7 milhões em casas para ciganos, em Mourão? Já não basta 8 milhões em casas para ciganos, em Viana? Já não basta casas para imigrantes em Lisboa e em Oeiras? Já não basta 30 milhões em rendas em atraso no IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana)? Já não basta milhares de prédios do Estado abandonados? Já não basta um Estado que vende os seus prédios ao preço da chuva e compra prédios alheios a preço de ouro?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Juntem-se ao PCP!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Já não basta portugueses a dormirem em carros, jovens a ir embora, idosos a contar os tostões, e agora querem também gente de bem a suportar as contas da banca?

Connosco não passam, por uma razão muito simples, porque, se há gente que bate palmas a isto,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh, estamos aqui!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — … as nossas escolhas são claras: entre Portugal e a banca, nós escolhemos Portugal! Entre Portugal e o sistema, nós escolhemos Portugal!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Entre Portugal e Bruxelas, nós escolhemos Portugal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há mais gente aqui!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Entre Portugal e os interesses, nós escolhemos Portugal! Porque é Portugal primeiro, é Portugal segundo e é Portugal sempre!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 765/XVII/2.ª, da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O imposto do selo foi criado em 1660 — …

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eh pá, fala mais alto!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … também tenho direito a um introito histórico — no reinado de D. Afonso VI, e para quê? Para financiar a guerra com Castela, a Guerra da Restauração, que nos permitiu voltar a ser um país independente.

Ora, passado este tempo todo — estamos em 2026 —, …

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não está cá o Rui Tavares!…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … Portugal já é um país independente há muito tempo, Castela já nem sequer existe, é parte de Espanha, Portugal já não é uma monarquia, enfim, já se foi isso tudo, já nem sequer existe um papel com um selo, mas o imposto do selo continua em Portugal. Passado este tempo todo, continua a existir um imposto do selo, que é cobrado aos portugueses. Porquê? Porque não há nada de tão definitivo como um imposto temporário, e o imposto continuou.

Ora, no momento em que falamos na crise da habitação, no aumento das taxas de juros, nas dificuldades acrescidas que as famílias vão ter a pagar o crédito da habitação, o que é que fez este Governo?

Bom, em 2023, havia uma isenção temporária do pagamento de imposto do selo em operações de renegociação e de transferência do crédito de habitação, o que quer dizer que, se uma família renegociasse com um banco e conseguisse transferir o seu crédito e baixar aquilo que pagava, o Estado não ia cobrar por cima.

Ora, isto caducou, o atual Governo decidiu acabar com esta isenção e, portanto, uma família portuguesa que tente renegociar o seu crédito vai levar com o Estado em cima, vai levar com o imposto do selo.

Isto parece-nos inaceitável — aliás, até é imoral — que o Estado esteja a criar ficções e a ganhar à custa de uma tentativa das famílias baixarem o custo do seu crédito à habitação.

Portanto, a nossa proposta é muito simples, é restituir aquilo que existia em 2023, da autoria do Partido Socialista e, portanto, só podemos imaginar que irão acompanhar esta proposta, que, creio, merecerá amplo consenso — com tantos impostos, taxas e taxinhas que ainda existem em Portugal — sendo que, pelo menos na questão do crédito à habitação, que sufoca as famílias, podemos dar-lhes algum alívio.

Assim, esperamos que haja algum bom senso e que seja possível acompanhar esta proposta — e, sim, falo também para os Srs. Deputados do Partido Social Democrata —, por forma a que possamos aprovar esta medida, que tem pouco impacto orçamental, mas um enorme impacto no orçamento das famílias.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar os Projetos de Lei n.os 766/XVII/2.ª e 1252/XVII/2.ª, do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.as Deputadas: Há famílias neste País que abrem as cartas do banco com medo e têm razões para isso. É o segundo choque de juros em quatro anos, com o BCE (Banco Central Europeu) a subir as taxas outra vez. A prestação média da casa já está nos 441 €, o valor mais alto de sempre, e já lá vão 11 meses seguidos a aumentar.

São milhares de famílias afetadas. Quem comprou a casa agora, com os preços a subir mais de 16 % num só ano, e quem tem o crédito há 10 ou 15 anos e que julgava ter a vida resolvida, todos sentem o mesmo. Com a Euribor perto dos 3 %, asfixia-se ainda mais a carteira dos portugueses. Chegar ao final do mês tranquilamente é já uma sorte!

E a banca? Vai bem, obrigada! Os grandes bancos batem recordes de lucros, semestre após semestre, e quem paga esses lucros é quem paga a sua prestação.

A Caixa Geral de Depósitos, só no primeiro semestre, lucrou 913 milhões de euros e entregou ao Estado um dividendo histórico de 1250 milhões. Mas a Caixa é um banco público, é um banco de todos nós e tem força financeira para intervir.

É por isso que propomos um Travão Caixa. Sendo o Estado o único acionista da Caixa, pode determinar que ela não passe aos clientes com o crédito de habitação as subidas de juros decididas pelo BCE, em 2026, e pode compensar a subida da Euribor com uma descida do *spread*, para que a prestação não aumente. Isto não custa um cêntimo aos cofres do Estado e não põe o banco em risco.

Uma casa serve para viver, a habitação tem, sim, uma função social. A Caixa é o banco de todos os portugueses e pode escolher estar ao lado das famílias. Hoje, cada partido escolhe: ficar de braços cruzados, enquanto as prestações sobem, ou usar um banco público para quem vive aflito até ao fim do mês.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 771/XVII/2.ª, do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Euribor a seis meses voltou a passar os 3 % e as prestações revistas em setembro tiveram a maior subida em três anos, o que significa que num crédito de 150 000 €, quem tiver a revisão em outubro vai pagar mais 90 € por mês do que pagava há um ano.

Ora, isto acontece porque, para travar a inflação provocada pelo choque energético, o BCE subiu as taxas diretoras em junho e voltou a subi-las em setembro e, embora a Presidente do BCE tenha dado a entender esta semana que não deverá haver nova subida já em outubro, os mercados continuam a admitir mais um aumento até ao fim do ano e ninguém prevê descidas antes de 2027, o que quer dizer que as famílias vão ter de viver com prestações mais altas durante muito tempo.

As famílias que conseguiram pôr algum dinheiro de lado, ou que não conseguem que o seu banco lhes renegocie as condições, têm duas formas de se defender: usar as suas poupanças para amortizar parte da sua dívida e assim pagar uma menor prestação, ou transferir o crédito para outro banco que faça uma proposta melhor.

Acontece que, em qualquer dos casos, a lei permite ao banco cobrar uma comissão por pagarem antes do tempo, que pode chegar a 0,5 % do capital na taxa variável e a 2 % na taxa fixa.

A Autoridade da Concorrência analisou esta comissão e concluiu que a generalidade dos bancos cobra exatamente o máximo que a lei permite, o que mostra que ela funciona sobretudo como um travão à mudança. Aliás, não é por acaso que, quando esse travão foi retirado na taxa variável, entre 2022 e 2025, mais famílias amortizaram e mudaram de banco, como a própria Autoridade reconheceu.

Essa suspensão terminou em dezembro de 2025 e, seis meses depois, o BCE voltou a subir os juros, de modo que as famílias voltaram a pagar para sair, precisamente quando mais precisavam de o fazer.

Por isso, o Livre propõe acabar de vez com a comissão sobre a amortização nos créditos à habitação própria e permanente, sempre que o contrato esteja em taxa variável. Nestes contratos é o cliente quem suporta a subida dos juros e, quando o empréstimo é pago mais cedo, o banco recebe o dinheiro e volta a emprestá-lo às taxas do momento, pelo que não tem perda nenhuma que justifique a cobrança da taxa.

O que o Livre propõe é, aliás, o que a Autoridade da Concorrência recomenda.

Na taxa fixa, a situação é diferente, porque o banco pode realmente perder dinheiro se os juros tiverem descido. Sendo assim, propomos que o banco possa cobrar essa perda — mas apenas essa —, com um limite de 2 % nos 10 primeiros anos e de 1,5 % a partir daí, em vez dos 2 % que hoje cobra automaticamente, haja ou não prejuízo, que é, no essencial, o que Espanha faz desde 2019.

Como cerca de 80 % dos créditos novos hoje são feitos em taxa mista, que começa com um período de taxa fixa, e porque com os juros a subir, como agora, o banco recebe mais cedo o empréstimo feito a uma taxa mais baixa, o banco vai voltar a emprestar esse dinheiro mais caro e, mesmo assim, a lei deixa-o cobrar a 2 % ao cliente.

Os bancos dirão que sem esta receita terão de subir os *spreads*. Mas uma comissão fixada pelo teto legal, igual em todos os bancos, na verdade, não implica um aumento de custos e está a reduzir a pressão concorrencial.

Depois de dois anos a pôr o dinheiro público a inflacionar o preço das casas, o Governo e os partidos que o suportam têm aqui uma rara oportunidade de ajudar quem tem crédito, sem gastar nada.

Veremos se aproveitam esta oportunidade e se aprovam esta proposta do Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1262/XVII/2.ª, do JPP, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Comprar uma casa já é, para milhares de portugueses, um esforço financeiro enorme, e o que não podemos aceitar é que, depois desse esforço, as famílias fiquem praticamente amarradas ao banco, também nos seguros associados ao crédito à habitação.

É precisamente para combater essa realidade que apresentamos esta iniciativa e falamos de liberdade de escolha, falamos de concorrência e, sobretudo, falamos de proteger o dinheiro das famílias.

Quem contrata um crédito à habitação deve poder procurar no mercado um seguro de vida ou multirrisco, com melhores condições e preço mais baixo, sem ficar sujeito a penalizações que, na prática, transformam essa liberdade numa mera ilusão, porque de pouco serve dizer ao consumidor que pode mudar de seguradora se, logo a seguir, essa mudança significar perder bonificações, aumentar o *spread*, ou suportar outros encargos que anulam qualquer poupança.

Isso não é verdadeira liberdade de escolha.

Esta questão assume ainda maior importância quando falamos de contratos que acompanham uma família durante 20, 30 ou 40 anos, dado que, ao longo desse período, o preço dos seguros pode representar milhares e milhares de euros. O banco deve financiar, sim, a compra da casa, mas não deve ser dono das escolhas da família durante décadas.

O que propomos é simples: mais transparência, mais concorrência e liberdade efetiva para escolher os seguros associados aos créditos à habitação, sem penalizações pela mudança de seguradora.

Defender os consumidores não pode ser apenas nas palavras, tem de significar criar condições para que possam comprar, escolher, mudar e poupar. A casa é das famílias, o crédito é das famílias e a escolha também tem de ser das famílias.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1271/XVII/2.ª, do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na questão do acesso ao crédito à habitação e das taxas de juro e comissões que são cobradas, há de facto uma injustiça que não podemos deixar de assinalar. Por isso mesmo, o PAN insiste com iniciativas no sentido de recomendar que se possa corrigir aquilo que, na verdade, a troica veio tirar aos portugueses.

A partir de 2012, as famílias portuguesas deixaram de poder deduzir, na declaração de IRS, os juros do crédito à habitação, e a verdade é que isto persiste até hoje, criando uma disparidade em relação a quem contraiu o seu crédito até 2011; e quem renegociou o crédito a partir de 2012 viu também perdido o direito a descontar esses juros da prestação.

Ora, não faz qualquer sentido que, por conta do aumento sucessivo, da escalada das taxas de juro — inclusive, até como resposta do Banco Central Europeu ao fenómeno das várias guerras que têm atingido, globalmente, o mundo —, as famílias portuguesas é que estejam a pagar. Por um lado, é devido à irresponsabilidade dos senhores da guerra e, por outro, devido às medidas do Banco Central Europeu.

Neste sentido, o PAN entende que não basta olhar apenas para um lado do problema, não bastam as medidas que o Governo tem vindo a implementar, é preciso ir mais longe e ter respostas quer para quem celebra contratos de arrendamento, quer para quem tem casa própria, que também não tem a vida facilitada.

Por isso mesmo — e já temos insistido nisto em outros Orçamentos do Estado —, apresentamos esta recomendação e, caso não venha a existir uma alteração logo de raiz, no Orçamento do Estado, iremos insistir para que, de uma vez por todas, seja feita esta justiça do ponto de vista fiscal.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este tema da habitação é muito importante e só há uma forma de o discutir. Já fizemos hoje, aliás, um debate em torno da habitação, e a melhor forma de discutir este tema é avaliando as consequências que as políticas públicas que os diferentes Governos aplicam têm na habitação.

Estive atento ao anterior debate…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma coisa rara!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … e reparei que muitos dos intervenientes referiram a necessidade de aumentar a oferta de casas. É um facto, uma constatação evidente, e estamos todos de acordo sobre essa matéria. Mas todos se esqueceram de dizer aquilo que se passou na última década, entre 2015 e 2025.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Excelente história!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Não sei se sabem, mas, da série de construção de casas, o valor mais baixo de construção de casas ocorreu em 2015: foram 7000 casas. Quando o Partido Socialista chegou ao Governo, o número relativo à construção de casas era de 7000.

Os senhores recordaram que, no ano de 2000, esse número era 120 000. É verdade, mas os senhores deixaram o País com construção de 7000 casas.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — A troica!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Desmontaram o setor da construção civil, desmontaram o mercado da habitação…

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Ai nós é que desmontámos?!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … e conseguiram que o País apenas construísse 7000 casas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não sabes o que estás a dizer! Toma juízo, pá!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ora, o que é que aconteceu, Srs. Deputados?

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, ouçam com atenção. Ouçam com atenção e não se exaltem. Não se exaltem! Ouçam o que vou dizer.

Em 2016, foram 8000 casas — os senhores já não estavam lá!

Em 2017, foram 9000 casas — os senhores já não estavam lá!

Em 2018, 11 000 casas; em 2019, 13 000 casas; em 2020, 17 000 casas;…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Na pandemia!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … em 2021, 20 000 casas; em 2022, 21 000 casas;

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas casas de quem?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — … em 2023, 22 000 casas; em 2024, 25 000 casas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas casas de quem?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Casas de ciganos!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Srs. Deputados, o que é que isto significa? Isto significa que a construção de casas aumentou quatro vezes, entre 2015 e 2024.

Aplausos do PS.

E isto é notório. Ou seja, os senhores deixaram o País sem casas, e houve um esforço de construção de casas. É suficiente? Não é!

Mas vamos ainda às políticas, Srs. Deputados. Os Srs. Deputados não se podem esquecer que as políticas — que, aliás, a Sr.ª Deputada Célia Freire elogiou — do Governo da AD, na verdade, pressionaram o preço das casas.

Vou dar outro exemplo, desde 2015, quanto ao aumento do custo das casas: 2016, 7 %; 2017, 9 %; 2018, 10 %. E por aí adiante: 2022, 12 %; 2023, 8 %; 2024, 9 %.

E sabem qual foi o aumento do preço das casas em 2025? Não sabem?! Foi de 18 %!

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

É o valor mais elevado da série estatística! Srs. Deputados, 18 % não é uma coisa menor, não é um aumento de 2 %, é o dobro do aumento anterior. Repito, é o dobro!

Portanto, o que está aqui em causa, Srs. Deputados, é que as políticas públicas que os senhores implementaram, do lado da procura, pura e simplesmente pressionaram de forma significativa o preço, e foi um falhanço redondo; do lado da oferta, estamos aqui para ver. Mas quem iniciou a recuperação da oferta foi o Governo do PS, em 2016!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Pereira, o que estamos hoje a discutir é uma questão que continua presente na vida dos portugueses: o custo de ter uma casa e, sobretudo, o peso que o crédito à habitação representa no orçamento de milhares de famílias.

Começo por fazer uma pergunta ao Sr. Deputado do Partido Socialista: onde está a vossa proposta para este problema?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Hoje, temos várias iniciativas nesta Assembleia, de diferentes forças políticas, com propostas para facilitar a amortização do crédito, eliminar ou reduzir comissões, proteger famílias perante aumentos significativos da taxa de esforço, aliviar a carga fiscal ou reforçar a liberdade de escolha dos consumidores. Entre essas iniciativas estão duas propostas do Chega que procuram, precisamente, criar mecanismos de proteção para quem está a enfrentar um agravamento significativo da sua taxa de esforço e eliminar a comissão do reembolso antecipado para contratos da taxa variável.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Mas o Partido Socialista, que governou o País durante anos e que conhece esse problema diretamente, chega a esta discussão sem uma iniciativa própria especificamente dirigida ao crédito à habitação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Isto é particularmente difícil de compreender porque, quando estava no Governo, o Partido Socialista reconheceu que as famílias estavam sob pressão.

Em 2022, criou mecanismos para acompanhar o agravamento das taxas de esforço e suspendeu temporariamente a comissão de reembolso antecipado dos contratos de taxa variável. Em 2023, avançou com a bonificação de juros e com um mecanismo que permitia reduzir temporariamente a prestação, deixando para mais tarde a diferença acumulada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Portanto, a pergunta que fazemos hoje é a seguinte: se essas famílias precisavam de proteção quando o Partido Socialista era Governo, porque é que agora, estando na oposição, não apresentam uma solução própria para este problema?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Uma coisa é criar medidas temporárias, quando a pressão política e social aumenta; outra coisa é criar condições permanentes para que uma família possa renegociar, transferir ou amortizar o seu crédito sem ficar presa a custos que dificultam essa decisão.

Por isso, as perguntas que deixo ao Partido Socialista são estas: o que propõe hoje, concretamente, para reduzir de forma duradoura os encargos das famílias com o crédito habitação? E por que razão não apresentou, nesta discussão, nenhuma iniciativa para este problema?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pela pergunta. Eu podia responder com a história da *Carochinha* e do *João Ratão*, porque quem está lá em casa sabe, objetivamente, o que o Partido Socialista já fez pelo mercado de habitação e o que já fez pelos preços da habitação.

Protestos do CH e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Portanto, não vale a pena irmos por aí.

O que interessa verdadeiramente, Sr. Deputado, é o que é que os senhores vão fazer em relação a este novo modelo de despejos do PSD.

O orador exibiu uma notícia intitulada «Despejos estão a aumentar e principal razão é falta de pagamento de renda».

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é o Sánchez!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Isto é que é muito importante perceber: se o Chega vai apoiar este modelo de despejo do PSD e pôr gente na rua de forma absolutamente inaceitável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o Sánchez! Os socialistas é que fazem isso!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha Pereira, do PSD.

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A guerra no Irão provocou um aumento do custo de vida, tendo o Governo tomado medidas de imediato, por forma a minorar esse impacto na vida dos portugueses.

Portugal foi dos primeiros países a tomar medidas, com a devolução da receita adicional do IVA por via do ISP, sendo o custo estimado pelo Conselho das Finanças Públicas de 1293 milhões de euros para o corrente ano.

No programa Bilha Solidária, foi aumentado o apoio de 10 € para 25 € por garrafa.

Foram também dirigidos apoios para diversos setores, nomeadamente para os dos transportes, mercadorias, agrícola, florestal e pescas, e concedidos apoios extraordinários às associações de bombeiros, IPSS (instituições particulares de solidariedade social), empresas de transportes, táxis e operadores de transportes públicos de passageiros.

Foi atribuído um suplemento extraordinário para as pensões, que representa um valor de 400 milhões de euros e que abrange 2 milhões de pensionistas.

Foi efetuada uma redução no IRS até o 6.º escalão, medida que ascenderá a 400 milhões de euros e que beneficia mais de 2 milhões de famílias.

Ao adotar a descida de impostos diretos, o Governo vai permitir que as famílias fiquem com mais rendimento para, por essa via, tomarem as opções de consumo que considerarem mais adequadas à sua situação.

O salário médio líquido, nos últimos dois anos, também cresceu 15 %, impulsionado pelo alívio fiscal.

Tivemos hoje, nesta Casa, a maior hipocrisia. O Sr. Deputado Carlos Pereira devia ter vergonha, quando, em 2016, o Partido Socialista anunciou que ia resolver o problema da habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os Deputados do PS Carlos Pereira e Eurico Brilhante Dias exibiram novamente notícias e gráficos referentes ao tema.

E também devia ter pedido desculpa aos portugueses por, no tempo da geringonça, apenas terem sido construídos 296 fogos por organismos públicos — o valor mais baixo dos últimos 50 anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uma vergonha!

O Sr. **Rui Rocha Pereira** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, a atuação do Governo português defende os mais carenciados. Todos os apoios aos setores da agricultura e dos transportes garantem que a inflação não dispara, salvaguardando os que menos têm.

Na sequência do aumento das taxas diretoras pelo Conselho do BCE — que hoje apresenta uma taxa de 2,75 %, valor muito inferior ao registado em 2024, de 4,5 % —, são hoje apresentadas nove iniciativas referentes ao crédito à habitação. Muitas destas propostas incidem sobre matérias que não estão diretamente relacionadas com o aumento das taxas diretoras, e outras apresentam a reposição de medidas tomadas em 2024, que apresentavam um cenário inflacionista muito mais gravoso.

Sr.as e Srs. Deputados, a grande maioria dos projetos apresentados apontam para uma forte intervenção pública, com a adoção de medidas que transferem, de forma muito significativa, o ónus para o setor bancário, sem preocupação quanto aos efeitos indiretos.

Em suma, em relação aos projetos de lei que incidem sobre a eliminação da comissão de amortização antecipada, não poderemos acompanhar o projeto apresentado pelo Livre, dado que o mesmo introduz

alterações nos contratos com taxa fixa, o que pressupõe um *swap* associado a relações contratuais, em que o Livre faz tábua rasa. Quanto ao projeto de lei apresentado pelo Chega, que revoga a possibilidade de cobrança da comissão de reembolso antecipado nos contratos de crédito à habitação com taxa variável, é necessário aperfeiçoá-lo em sede de especialidade, pois as alterações preconizadas poderão levar a um efeito contrário ao desejado, ou seja, ao aumento de taxas. Estamos disponíveis para avaliar esta iniciativa em sede de especialidade.

Algumas das medidas propostas através de mecanismos unilaterais de modificação contratual são apresentadas como benefícios inequívocos para os consumidores, mas não ponderam a resposta provável do mercado: menos oferta de crédito, encarecimento de crédito, exigência de mais garantias e exclusão dos clientes com menor capacidade financeira. Ou seja, tudo o que os portugueses não querem.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa não dispõe de mais inscrições, pelo que tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, para encerramento do debate.

Pausa.

Entretanto, a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista, pediu a palavra para uma intervenção. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Rui Rocha Pereira, é uma intervenção e não uma pergunta, mas, deixe-me que lhe diga, vem falar de vergonha? Apontar o dedo?

Quer mesmo que eu aponte o dedo para quem hoje vai apresentar aqui iniciativas que desprotegem aqueles de quem vocês tanto falam, quando vão para ali,…

A oradora apontou para a tribuna.

… que são as famílias que não acedem à habitação?!

Protestos de Deputados do CH e da IL.

Hoje, quando apresentam um diploma que desprotege precisamente aqueles que dizem que querem proteger, vai ali à tribuna dizer que é uma vergonha o que nós fizemos? Diz que é uma vergonha porque colocámos o ónus no Estado para responder às famílias?!

Protestos do PSD.

Ainda bem que entregam as casas que o Partido Socialista deixou prontas para entregarem!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Ainda bem que continuam e reforçam o financiamento nas políticas de habitação!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Era só no papel!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E ainda bem que hoje há aqui iniciativas de outros partidos para reforçar respostas a curto prazo.

O que vos falta é sensibilidade e humildade para perceber que, no fim do dia, aquilo que temos a fazer, que é nossa responsabilidade, é responder às famílias! Mas não houve uma palavra para as famílias, Sr. Deputado. E sabe porquê? Porque, no fim do dia, quando falam de habitação, só falam de uma coisa, de mercado, e não de acesso a um direito fundamental. E essa é a grande diferença entre nós.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses)! CGTP!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A tarde já vai longa para ouvir o Sr. Deputado Carlos Pereira dizer aquilo que fizeram pela habitação, aquilo que têm feito por Portugal. A única coisa que nós sabemos é do caos que deixaram na habitação, quando disseram que iam resolver o problema; do caos na saúde, quando disseram que iam resolver o problema; do caos na imigração, com a política de portas abertas,…

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

… e agora dizem que vão resolver o problema; e das bancarrotas em que o PS tem deixado o País. Isso é o que nós lembramos!

Os Deputados do PS Carlos Pereira e Eurico Brilhante Dias exibiram os gráficos intitulados «Preços das rendas» e «Preços das casas».

Ó Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, já é a quarta ou quinta vez que o vejo mostrar cartazes. É que os senhores até nisso são maus!

Risos dos Deputados do PS Carlos Pereira e Eurico Brilhante Dias.

É que o Chega, quando mostra cartazes, mostra a sério! Não é como os senhores, que estão aí a brincar aos cartazes e isso não conta para nada.

Aplausos e risos do CH.

É que nós, ao menos, fazemos bem. Os senhores nem isso conseguem fazer bem! Mas o vosso cadastro já é bem conhecido.

Sr. Deputado Carlos Pereira, vou só recordar-lhe uma coisa: quem faz despejos e quem mete idosos na rua, sem sensibilidade nenhuma, é o Governo socialista espanhol, acompanhado pelos terroristas.

Aplausos do CH.

É esse Governo que mete as pessoas na rua. Não é aqui em Portugal, é em Espanha. E de Espanha, «nem bons ventos, nem bons casamentos».

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para uma intervenção.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O Pedro Pinto estava a falar do casamento que vai acontecer a seguir!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Vamos lá ao historial do Partido Socialista na habitação.

Abril de 2016: Costa promete investimento de 1,4 mil milhões de euros de fundos da Segurança Social para 7500 casas em 10 anos; em 2024, zero casas, 3 milhões de euros em salários — isto tinha de ser pago.

Agosto de 2017: Matos Fernandes promete 170 000 habitações públicas em oito anos, aumentando o parque público para 5 %; ora, continua em 2 %, não houve construção nenhuma.

Protestos do PS.

Abril de 2018: Costa anunciou o 1.º Direito, para dar casa a todos, a 86 000 famílias com carência habitacional, até aos 50 anos do 25 de Abril.

Protestos do Deputado do PS Carlos Pereira.

Quantas casas foram entregues? Foram 2100.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Fevereiro de 2020: Medina promete 1000 casas, quando em 2016 já tinha prometido 6500; conseguiu menos de 700.

E houve outros episódios, mas este que se segue é o melhor de todos, Srs. Deputados. Segurem-se bem, porque este é mesmo muito bom.

O Deputado do PS Eurico Brilhante Dias voltou a exibir um gráfico.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Estás a ficar um bocado repetitivo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Em setembro de 2026, disse assim o Secretário-Geral do Partido Socialista, José Luís Carneiro: «Precisamos de um serviço nacional de habitação,…»…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Exato!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … «… e quem o diz…» — segurem-se bem! — «… é de quem sabe fazer, não de quem sabe anunciar.»

Risos do PSD.

É isto.

Aplausos da IL e do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não sei se o Livre também quer esgotar o tempo…

Pausa.

Indicam-me que não. Então, penso que é desta vez que a Sr.ª Deputada Paula Santos pode encerrar o debate. Faça favor, tem a palavra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Depois desta troca de galhardetes — permitam-me utilizar esta expressão —, a verdade é que tivemos aqui os partidos que foram responsáveis pela situação da habitação a que chegámos neste momento.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a geringonça?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quer o Partido Socialista, quer o PSD e o CDS contam com o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já te esqueceste da geringonça?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Esta é que é a verdade que temos no nosso país. E quando colocamos em cima da mesa a necessidade de combater a especulação, de enfrentar os interesses imobiliários de que estamos aqui em presença,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já te esqueceste da geringonça?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … todos se encolhem para não ferir os lucros da banca e dos fundos, que vão ganhando à custa das dificuldades das famílias que correm o risco de perder a sua habitação se nada for feito neste sentido.

Mas permitam-me acrescentar ainda o seguinte: ficou aliás bem claro que, para o PSD, as famílias até podem ficar sem a sua habitação, desde que não se toque nos lucros da banca. Esses, que a Sr.ª Deputada, há pouco, dizia que havia investimento, que havia salários… Há de explicar-me, então, porque é que os bancos no nosso país vão fechando agências e vão despedindo trabalhadores!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E em Cuba?! Em Cuba é que era!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Onde é que está esse tal investimento?

O que eu vejo é acumulação de lucros, de facto, nos acionistas desses mesmos bancos.

Mas queria falar mais, relativamente ao Chega. Ficou bem claro, durante o dia de hoje, que bem pode vir para aqui falar de habitação, mas a verdade é que o partido Chega está disponível para dar a mão ao PSD para mandar as pessoas para a rua,…

Vozes do PS: — Essa é que é essa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem um para a rua!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … porque é isso que significa esta proposta de lei que o Governo trouxe à Assembleia da República.

Aliás, começou na troica, quando muitos dirigentes do Chega estavam no PSD e no CDS, e agora querem continuar — essa é que é a verdade relativamente a esta matéria.

Vozes do PSD: — E a geringonça?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Portanto, sobre as questões da habitação, somos muito claros.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Nós só temos uma cara, não dizemos uma coisa e fazemos outra.

Continuação de burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Só um bocadinho, Sr.ª Deputada Paula Santos, só um bocadinho.
Srs. Deputados, também não é preciso elevar isto a um nível em que não se ouve absolutamente nada.
Sr.ª Deputada Paula Santos, faça favor, pode retomar.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Estava eu a dizer, Sr. Presidente, por muito que incomode, que nós só temos uma cara. Aquilo que nós defendemos hoje foi o que defendemos no passado,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pois foi!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e vamos continuar a defender porque é justo. Não é o negócio nem é a mercantilização da habitação, é o direito das pessoas a terem uma casa para poderem viver dignamente.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Bom, Srs. Deputados, com dificuldades, chegámos ao fim deste ponto da ordem do dia.

Passamos ao ponto seguinte, que consta do debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 722/XVII/1.ª (CDS-PP) — Reforça a autonomia para a contratação de professores por estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, alterando o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, 761/XVII/2.ª (PCP) — Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro), 763/XVII/2.ª (IL) — Cria um regime excecional de autonomia dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo através do recurso à contratação de docentes, através da alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, e 772/XVII/2.ª (L) — Garante pessoal não docente suficiente nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo financiados pelo Estado, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 1245/XVII/2.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço das vagas nos mestrados em Ensino e a agilização da profissionalização em serviço dos professores contratados, 1260/XVII/2.ª (L) — Valorização dos educadores de infância: financiamento público da creche e a garantia de salários dignos e 1265/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reforce a indução profissional e o trabalho em equipas pedagógicas, no ensino público e no ensino particular e cooperativo.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, para apresentar o Projeto de Lei n.º 722/XVII/1.ª, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O ensino particular e cooperativo é essencial na educação em Portugal. Há mais de 2500 estabelecimentos de ensino — entre colégios, institutos e conservatórios — espalhados pelo País, e estes acolhem mais de 350 000 crianças e jovens, todos os anos.

Estes estabelecimentos de ensino são expressão maior da liberdade de ensino em Portugal, uma garantia assegurada na nossa Constituição desde 1976. É precisamente para proteger esta liberdade fundamental que os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo têm regras diferentes do ensino estatal. E foi um Governo PSD/CDS que, em 2013, aprovou o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, reconhecendo expressamente a autonomia própria deste setor educativo.

A proposta que agora o Grupo Parlamentar do CDS apresenta visa, por um lado, reforçar a autonomia do ensino particular e cooperativo e, por outro, flexibilizar as regras de contratação de professores por estes estabelecimentos de ensino. Com esta proposta, passa a ser possível contratar professores para o ensino particular e cooperativo, desde que estes tenham formação na área que pretendem ensinar e se identifiquem com o projeto educativo da instituição onde vão lecionar.

Ao longo de três anos, estes professores estarão sujeitos a um modelo rigoroso de avaliações e formação contínua. Assim, pretende-se defender a autonomia e a liberdade de ensino em Portugal.

Apresentando esta proposta, o CDS está a honrar o seu compromisso com a liberdade de educação. No fundo, o que se pretende é permitir que todos aqueles que frequentam diariamente o ensino particular e cooperativo, seja enquanto ensino público, seja enquanto ensino particular, tenham exatamente a mesma oportunidade de acesso a uma educação de qualidade; e que estas instituições, no âmbito de uma liberdade de educação que deve ser a todo o tempo aprofundada, tenham autonomia para poderem contratar os seus professores, em condições que naturalmente façam sentido para as próprias instituições e que garantam a educação dos seus alunos.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Respondo em conjunto!

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Responde em conjunto, muito bem!
Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Barreira Soares, do Chega.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, a proposta que o CDS traz hoje aborda um problema que nos preocupa a todos: a falta de professores nas escolas. Efetivamente, tem de ser rapidamente resolvido, mas o caminho escolhido não nos parece o mais adequado.

Ora vejamos: o CDS quer permitir o exercício da docência a quem não possui a habilitação profissional atualmente exigida. Em vez de criar condições para termos mais professores devidamente habilitados, um licenciado, mestre, ou doutorado poderá começar a lecionar autonomamente, logo no primeiro ano, embora sob supervisão da direção pedagógica. Ou seja, é a própria instituição que contrata que, através da sua direção pedagógica, supervisiona, avalia e decide se aquele docente reúne condições para continuar a ensinar.

Ora, o CDS reconhece que alguém considerado apto através deste regime poderá ensinar no ensino particular e cooperativo, mas que essa mesma equivalência não lhe permite ensinar no ensino público. Então temos de perguntar: estamos perante a mesma profissão ou não?

A Matemática não exige menos preparação pedagógica por ser ensinada num colégio; o Português não exige menos capacidade para gerir uma turma, avaliar aprendizagens ou transmitir conhecimentos por estarmos num ensino privado!

A falta de professores é demasiado séria para ser resolvida dispensando a habilitação profissional atualmente exigida. Por isso, pergunto ao CDS: por que razão, em vez de aumentar as vagas nos mestrados em Ensino e apostar numa verdadeira profissionalização para quem já se encontra nas escolas, prefere permitir que alguém lecione autonomamente, sem habilitação profissional, e seja apenas avaliado ao fim do primeiro ano e do segundo ano pela própria direção pedagógica?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Barreira Soares, a resposta à sua pergunta é muito fácil: olhe, porque não somos socialistas. Se fôssemos socialistas,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não era se fossem socialistas, era se fossem competentes!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … achávamos exatamente tudo aquilo que o Sr. Deputado aqui disse. Achávamos que o ensino do Estado tinha de ser igual ao ensino particular e cooperativo; achávamos que as regras tinham de ser iguais para todos; achávamos que o ensino particular e cooperativo não tinha direito ao seu projeto educativo; achávamos que, por exemplo, a Igreja não tem direito a ter as suas instituições de ensino

e a ter também regras próprias. Achávamos que isto era à socialista: tudo igual para todos e, de preferência, como os socialistas, a consequência era tudo niveladinho por baixo. Tudo niveladinho por baixo!

Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Acontece que há indicadores, e isto não é só ideológico. Também é muito ideológico: nós estamos de um lado, o socialismo está do outro — é muito ideológica esta questão. Mas a questão, sendo ideológica, é também factual.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não sabe o que há de dizer, fala de ideologia!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vou-lhe dar um dado muito concreto sobre esta matéria. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) estuda, como sabe, estas matérias e, de acordo com os seus dados, em média, na OCDE há 8,4 % de professores que têm o ensino como segunda carreira.

Nos países do OCDE são 8,4 %, em Portugal são apenas 3 %. Sabe porquê? Porque em Portugal manda a FENPROF (Federação Nacional dos Professores).

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

E o que eu estranho é que o Chega esteja a ir a reboque da FENPROF.

Em Portugal manda a FENPROF, que quer que haja regras que protegem os mesmos de sempre, para mandarem os mesmos de sempre.

Continuação de protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Eu sei que já não é o Mário Nogueira, mas foi durante os anos todos. Não sei se, entretanto, deu alguma aula!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Se soubesse era alguma coisa!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não sei se entretanto o Mário Nogueira deu alguma aula, mas foi, durante anos, o Mário Nogueira.

Agora, a FENPROF o que queria era que continuasse tudo igual. Pelos vistos, o Chega também.

Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Vozes do PS: — Responda!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 761/XVII/2.ª, do PCP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No ano de 2013, enquanto impulsionava os professores a emigrar, o Governo PSD/CDS também procedeu à aprovação de um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior. Na altura, o desejável era a harmonização da carreira docente do ensino privado com a carreira do ensino público, para garantir direitos.

Contudo, a alteração promovida pelo Governo PSD e CDS conduziu a um agravamento das condições de trabalho, com reduções salariais, aumento dos horários de trabalho, banco de horas e adaptabilidade e diminuição dos dias de férias. Bem vemos quais são as opções do PSD e do CDS quando trazem estas propostas. Não é para reforçar direitos, mas para atacar direitos dos professores.

O PCP sempre se empenhou na defesa dos interesses e direitos dos docentes — estejam eles no setor público ou no privado — e em que a dignidade e responsabilidade da função docente e as condições laborais sejam asseguradas.

É com este intuito que o PCP traz a debate uma proposta que valoriza os professores do ensino privado e cooperativo, reforçando os seus direitos, propondo que, progressivamente, se caminhe para a harmonização e semelhança da carreira docente do ensino privado com a carreira docente do ensino público.

A iniciativa do CDS, na sua visão mercantilista da educação, é elaborada numa ótica de negócio. Apresentando-se como uma proposta à falta de professores e como um reforço da autonomia do ensino particular e cooperativo — é aquilo que diz —, na verdade, reduz as habilitações necessárias para exercer funções docentes no ensino privado e aprofunda as diferenças e exigências para o exercício da profissão.

O que pretendem é a criação de uma categoria de trabalhadores docentes com menor mobilidade profissional, sem acesso ao ensino público por esta via, sem enquadramento num grupo de recrutamento e particularmente dependentes do mercado de trabalho privado, sem resolver os problemas sentidos por estes trabalhadores, os baixos salários e as precárias condições de trabalho existentes no setor.

A profissão docente não implica apenas conhecer uma determinada área científica. Existe também formação didática e pedagógica, metodologias de avaliação e desenvolvimento curricular e, sobretudo, prática pedagógica supervisionada. É precisamente por isso que existe uma habilitação profissional para a docência, obtida através de instituições de ensino superior.

O que o CDS propõe é que esta avaliação passe a ser realizada pelas escolas privadas, podendo-se contratar uma pessoa sem habilitação profissional para a docência, colocá-la a lecionar, assegurar a sua supervisão e formação e, posteriormente, avaliar se possui as competências necessárias para continuar a lecionar, desvalorizando, deste modo, a formação inicial dos professores.

Ao mesmo tempo, a proposta reforça e centraliza na direção pedagógica amplos poderes, desde logo, esta entidade contrata, supervisiona, orienta a formação e avalia o trabalhador e, se for caso disso, também o despede. Acresce que esta proposta não define critérios objetivos de avaliação, mecanismos externos de controlo ou procedimentos claros de contraditório e recurso.

Reitero o que referimos: aquilo que é importante é, de facto, garantir os direitos dos trabalhadores docentes, seja no setor público, seja no setor privado, e a proposta que avança nesse sentido é a proposta apresentada pelo PCP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 763/XVII/2.ª, da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar todos os professores que, ano após ano, enfrentam dificuldades nas suas colocações, todas as famílias que, ano após ano, receiam que os seus filhos fiquem sem aulas por falta de professores e todas as escolas que, ano após ano, enfrentam dificuldades para conseguir dar aos seus alunos o ensino adequado.

A Constituição da República Portuguesa diz-nos que todos têm direito à educação, um direito fundamental que todos temos a responsabilidade de garantir, mas, infelizmente, um direito que não tem estado a ser devidamente assegurado, desde logo quando continuamos a ter alunos sem aulas por falta de professores.

Sr.as e Srs. Deputados, há um problema de recrutamento de professores e todos temos de reconhecer isso, porque esse problema vai agravar-se nos próximos anos. Segundo um estudo citado pelo Conselho Nacional de Educação, cerca de 20 % dos professores ponderam abandonar a docência nos próximos cinco anos e, entre os docentes com menos de 30 anos, esse valor dispara para 54 %. São números que nos devem preocupar. Por isso, precisamos de tornar a profissão mais atrativa, valorizar os professores e dar-lhes melhores condições para ensinar.

Srs. Deputados, a revisão do Estatuto da Carreira Docente tem de ser uma prioridade. Não só é muito necessária, como não pode, nem deve, ser adiada, sob pena de comprometer a educação das crianças do futuro.

Mas, enquanto este trabalho acontece, podemos e devemos melhorar as respostas mais imediatas. É por isso que a Iniciativa Liberal apresenta hoje um regime excecional de autonomia para a contratação de professores — uma proposta disruptiva —, que funcionará como piloto no ensino particular e cooperativo. Com esta proposta, quando não for possível recrutar os professores necessários, as escolas podem selecionar licenciados, mestres ou doutores com conhecimentos e competências científicas e pedagógicas.

A habilitação própria é muito importante, mas precisamos de valorizar também a experiência profissional e torná-la um critério a considerar. É que não há nada mais frustrante do que ter alunos sem professores. Então, se podemos ajudar outros profissionais, competentes nas suas áreas, a tornarem-se excelentes professores, vamos preferir deixar os alunos sem aulas, em vez de valorizar essa experiência profissional?

Escusam de nos acusar de não valorizarmos os conhecimentos e as competências científicas e pedagógicas, porque valorizamos. Propomos avaliações periódicas e, no caso de se verificarem motivos que comprometam a continuidade pedagógica e o aproveitamento dos alunos, a direção pedagógica pode, a qualquer momento, intervir.

Dar essa autonomia às escolas é também confiar em quem conhece os seus alunos, em quem identifica as suas necessidades e em quem tem de responder pela qualidade do ensino.

Portanto, Srs. Deputados, tenhamos a coragem para ter mais alunos com aulas e responsabilizemos as escolas pela promoção da formação contínua destes docentes, orientada para a prática pedagógica e para a área científica em que cada um leciona.

A Iniciativa Liberal não irá desistir nunca até que todos os alunos tenham aulas, porque a educação é um direito de todos e para todos.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Lei n.º 772/XVII/2.ª e o Projeto de Resolução n.º 1260/XVII/2.ª, ambos do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: O ensino particular e cooperativo acolhe cerca de 350 000 alunos, um quarto de todos os estudantes do País. Nestas escolas trabalham quase 30 000 professores e mais de 25 000 trabalhadores não docentes. Uma parte significativa destes estabelecimentos vive de contratos com o Estado, sejam de cooperação, de associação ou de patrocínio, pagos com dinheiro de todos os contribuintes.

Discutimos hoje várias propostas sobre a falta de professores. O CDS tenta mostrar a sua relevância parecendo liberal, e a Iniciativa Liberal tenta dar mais umas borlas ao ensino particular. Nada de novo.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Borlas?! Que disparate!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que borlas?!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A direita propõe que as escolas privadas possam contratar quem tem apenas 30 ou até 20 créditos na área a lecionar, avaliado pela própria direção da escola. Isto é um escândalo, isto é uma vergonha! Quem fala tanto da exigência no ensino e na escola pública, parece que não olha para a exigência na escola privada da mesma maneira.

Os alunos do ensino privado e cooperativo merecem mais, Srs. Deputados.

Aplausos do L.

Todos sabemos que Portugal atravessa dificuldades crescentes na atratividade da profissão docente, acompanhadas de uma classe envelhecida. Ainda ontem, o *Education at a Glance* nos dava a notícia de que Portugal é dos poucos países onde o salário de entrada dos professores caiu na última década. Sobre isto, o Livre tem apresentado iniciativas. Sobre isto, o CDS e a Iniciativa Liberal nada têm a dizer.

As nossas propostas têm sido claras: a falta de professores resolve-se tornando a profissão atrativa, com salários justos, carreiras estáveis e formação em contexto de trabalho. No entanto, para que uma escola seja atrativa, não basta ter bons professores; o pessoal não docente é essencial. E é por isso que o Livre traz hoje duas iniciativas.

A primeira garante pessoal não docente suficiente nas escolas do ensino particular e cooperativo que o Estado financia. O Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo ignora quase por completo quem vigia os recreios, quem acompanha as crianças nas refeições e nos transportes, quem apoia os alunos com necessidades específicas e quem garante que a escola funciona todos os dias. Não há sequer um rácio mínimo. Com efeito, a lei diz que os contratos de associação devem garantir condições idênticas às da escola pública e que o financiamento deve ter em conta os custos dessas escolas. O Livre propõe que esses custos passem a incluir, de forma explícita, o pessoal não docente e os seus salários. Isto é, a nossa iniciativa propõe definir essas condições no estatuto, reconhecer o interesse público das suas funções, obrigar as escolas financiadas a garantir pessoal em número suficiente e assegurar que o apoio do Estado o paga.

A outra iniciativa abrange os educadores de infância. A diferença entre o público e o privado significa mais de 1000 € no fim de uma vida de trabalho para os educadores de infância. Estamos perante uma pescadinha de rabo na boca: o Estado financia as creches com base no que as instituições gastam hoje em salários; como os salários são baixos, o financiamento é baixo; como o financiamento é baixo, os salários não sobem. O Livre recomenda ao Governo que quebre este ciclo já na negociação do próximo compromisso de cooperação, com um custo de referência convergente com a rede pública, com um educador habilitado por cada grupo de crianças e com a obrigação de as instituições prestarem contas sobre a aplicação dos apoios.

O princípio que une as nossas propostas é simples: o dinheiro público na educação deve servir para garantir condições dignas a quem ensina, a quem cuida e a quem aprende. É esse compromisso que o Livre traz a este debate.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1245/XVII/2.ª, do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Tender.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O sistema educativo português enfrenta uma crise que poderá agravar-se nos próximos anos. Se é verdade que, por um lado, essa crise foi espoletada pelas ações governativas do PS durante vários anos de governação, é também verdade que este Governo tem sido incapaz de a resolver.

Há dois indicadores que ilustram o estado atual do nosso sistema educativo: os resultados do PISA (Programme for International Student Assessment) 2025 e a condição inaceitável a que chegou a carreira dos professores, quer pelas injustiças provocadas pelas ultrapassagens, quer a nível da carreira remuneratória e dos incentivos profissionais.

Estes indicadores são importantes para avaliar o estado do sistema educativo, porque reproduzem o resultado de políticas públicas em dados objetivos e verificáveis.

Os resultados do PISA mostram que Portugal voltou a registar uma descida em Matemática e Leitura face a 2022.

Paralelamente, continuamos confrontados com um problema que se repete no início de cada ano letivo: escolas que não conseguem preencher horários e alunos que passam semanas sem professor a várias disciplinas, colocando em causa um direito constitucionalmente consagrado.

Este é um problema estrutural e não podemos continuar a responder a problemas estruturais com medidas conjunturais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — O sistema educativo precisa de medidas que atuem sobre as causas dos problemas e não se limitem a administrar as suas consequências.

A falta de professores não nasceu este ano e, infelizmente, não desaparecerá no próximo ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Bem lembrado!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — O envelhecimento da classe docente e as aposentações previstas para os próximos anos significam que Portugal tem de preparar hoje os professores de que necessitará no futuro. Isto exige planeamento, capacidade de formação e valorização efetiva da profissão docente.

É nesse sentido que apresentamos este projeto.

Em primeiro lugar, o Chega propõe um aumento significativo das vagas nos mestrados em Ensino, direcionadas para as áreas disciplinares e para as regiões onde as carências de professores são maiores.

Em segundo lugar, propomos reforçar e agilizar a profissionalização dos professores contratados que já se encontram nas escolas e que reúnem os requisitos necessários, permitindo que essa profissionalização possa ser realizada em serviço.

Em terceiro lugar, consideramos que o recurso a professores sem habilitação profissional deve manter natureza excecional.

Resolver a falta de professores nas escolas, diminuindo as exigências para se ser professor, resulta na criação de mais problemas no ensino.

Ensinar é mais do que conhecer uma disciplina e as suas matérias científicas. Exige vocação, formação pedagógica e didática, capacidade para transmitir conhecimento, avaliar aprendizagens, gerir uma sala de aula.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Finalmente, propomos também a isenção de tributação dos rendimentos correspondentes às horas extraordinárias prestadas pelos professores, reconhecendo o esforço acrescido daqueles que asseguram mais horas para que os alunos não fiquem sem aulas.

Sr.as e Srs. Deputados, a falta de professores não se resolve baixando os requisitos de acesso à profissão ou acumulando medidas temporárias e discricionárias a cada ano. Resolve-se formando mais professores, facilitando a profissionalização de quem já está nas escolas, valorizando quem permanece na carreira e planeando hoje as necessidades que o sistema terá amanhã.

É essa mudança estrutural que o Chega pretende colocar no centro da política educativa portuguesa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1265/XVII/2.ª, do PS, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Isabel Cruz.

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há uma preocupação que atravessa, hoje, quase todos os debates sobre a escola em Portugal, que é a falta de professores. É um dos problemas mais sérios do nosso sistema educativo e não o podemos normalizar. Quando falta um professor, há um aluno a quem falta aquilo que a escola tem de lhe garantir: o direito a aprender com qualidade e em igualdade de oportunidades.

Discute-se muito como trazer mais pessoas para a profissão, mas discute-se muito menos como fazer com que quem escolheu ser professor queira continuar a sê-lo. É precisamente sobre essa dimensão que o Partido Socialista traz hoje uma proposta a este Parlamento.

Sr.as e Srs. Deputados, os Governos do Partido Socialista, entre 2015 e 2024, reforçaram os quadros das escolas, vincularam milhares de professores contratados, reduziram a dimensão dos quadros de zona pedagógica e recuperaram os estágios remunerados na formação inicial.

Foram passos muito importantes, mas sabemos que o problema não ficou resolvido. É por isso que temos de continuar e olhar também para aquilo que, durante demasiado tempo, recebeu menos atenção: a forma como acolhemos, acompanhamos e retemos quem escolhe ser professor.

Esta preocupação não é nova. O Conselho Nacional de Educação defende, desde 2024, a criação de programas de indução profissional e, este ano, emitiu uma recomendação específica sobre esta matéria, enquadrando-a numa estratégia de valorização, recrutamento e retenção de professores.

O diagnóstico está feito, Srs. Deputados — falta somente pô-lo em prática.

O Estatuto da Carreira Docente já prevê acompanhamento no período probatório e há escolas com boas práticas de trabalho colaborativo, mas estas respostas variam de escola para escola, porque nem todas dispõem dos meios necessários para o fazer. Por isso, a revisão do estatuto que está em curso é uma oportunidade para mudar isso.

Mas o Governo está a olhar para o assunto de outra maneira. Na proposta que apresentou aos sindicatos, em março, prevê um ano de período experimental, acompanhado por um docente designado, no fim do qual se decide se o professor fica ou sai. Isto é avaliar entradas, Srs. Deputados, não é acompanhar quem entra.

O que nós propomos é reconhecer a indução profissional como uma etapa própria do desenvolvimento profissional docente. É para isso que o Partido Socialista quer contribuir com este projeto de resolução.

Não queremos mais burocracia nas escolas, nem mais uma obrigação para os professores que já têm trabalho a mais. Queremos exatamente o contrário. Propomos acompanhamento em contexto, mentoria, reflexão sobre a prática, formação contínua e trabalho colaborativo. Queremos equipas pedagógicas reforçadas e os centros de formação das associações de escolas envolvidos, porque conhecem a escola de perto e por dentro, e sabem aquilo que lhe faz falta.

Queremos que daqui resultem propostas concretas, construídas em diálogo com os professores e com as escolas, porque eles são os parceiros essenciais. Mas nada disto se faz sem meios. Não podemos pedir às escolas que acolham e acompanhem novos professores sem lhes dar condições para o fazer. Não basta designar um professor mais experiente para esta tarefa, pois a designação, por si só, não garante acompanhamento. Acompanhar exige tempo, condições e reconhecimento, e cabe ao Governo criar essas condições.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, sabemos que a indução profissional, por si só, não vai resolver a falta de professores. Este é um problema com várias causas, que exige várias respostas diferenciadas, mas a indução pode e deve ser uma dessas respostas.

Há uma realidade que não podemos ignorar: não basta conseguir que mais pessoas escolham esta profissão nobre de ser professor; temos também de criar condições para que fiquem na escola e queiram continuar a exercer esta profissão, a bem dos nossos alunos. É esse o contributo deste projeto do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento e, para esse efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Silveira, do PSD.

A Sr.ª **Ana Silveira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Socialista apresenta hoje uma iniciativa sobre a indução profissional e o trabalho em equipas pedagógicas, justificando-a com a preocupação do combate à falta de professores, mas sejamos sérios: hoje, esta falta de professores, a quem se deve?

Não podemos olhar apenas para a retenção de quem já está no sistema. Temos também de olhar para a formação de novos professores e para a capacidade de atrair jovens para esta nobre profissão. A indução profissional e o acompanhamento são importantes, mas não substituem uma política sólida de formação inicial e de valorização da profissão, que já está em curso.

O projeto de resolução do PS reconhece a diminuição do número de candidatos aos cursos de formação inicial de professores. O que fez o Partido Socialista para reverter a situação? Que avaliação faz o PS das políticas que adotou, enquanto Governo, relativamente à formação inicial de professores?

Perante a redução do número de candidatos e as dificuldades que o País enfrenta para formar novos docentes, que responsabilidade assume o PS pelo estado a que chegou a formação de professores na escola

pública? Mais importante ainda: que medidas concretas apresenta, hoje, para inverter esta tendência e voltar a tornar a formação e a profissão docente uma opção atrativa para os nossos jovens?

Combater a falta de professores não pode significar apenas criar mecanismos de acompanhamento, depois de alguém entrar na profissão. É preciso atuar a montante: formar mais, formar melhor e formar já.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Isabel Cruz.

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, muito obrigada pelas questões, Sr.ª Deputada Ana Silveira.

A avaliação que fazemos do PS é muito positiva. Enunciei ali de cima, da tribuna, várias medidas que o Partido Socialista tomou, enquanto Governo, de 2015 a 2024: valorizámos a carreira, vinculámos muitos professores contratados.

Gostaria de responder-lhe o seguinte, quanto à redução do número de candidatos a professores: não se esqueça do ex-Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, que os mandou emigrar.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi o António Costa que os mandou emigrar!

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Hoje, temos um novo problema: faltam-nos imensos professores. Temos de combater este problema da falta de professores na escola, que não é novo.

Há muita contextualização, há muito tipo de resposta, e uma delas pode ser esta via da indução profissional. Não somos só nós que o dizemos, o Conselho Nacional de Educação diz-nos para aproveitarmos esta revisão da carreira docente para colocar isso como um instrumento, não só para recrutar, mas também para reter, porque, como ainda há pouco ouvimos, dos 30 anos para baixo, temos uma grande fatia de professores a não ficar no ensino, porque não têm acompanhamento devido, nem têm escolas em condições para o fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal tem hoje um problema que já não pode esconder — faltam professores e faltam respostas para garantir professores nas nossas escolas.

Dar maior autonomia às escolas pode também fazer parte de uma solução, mas autonomia não pode significar baixar a fasquia, desvalorizar qualificações ou transformar a falta de docentes numa porta aberta à precariedade.

O problema é mais profundo. Durante demasiado tempo, a profissão docente perdeu atratividade. Há professores sobrecarregados, jovens que não escolhem esta carreira e territórios onde encontrar um docente se tornou uma verdadeira corrida contra o tempo.

Por isso, há uma mensagem clara que devemos deixar: mais autonomia, sim; menos exigência, não. Precisamos de formar mais professores, valorizar quem ensina e criar condições para fixar docentes onde fazem falta.

Nenhuma reforma educativa será séria se, quando toca a campainha, não houver um professor dentro da sala de aula.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Liliana Sousa, do PSD.

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: «Há gente que fica na história / Da história da gente», escreveu Jorge Fernando, canta Mariza.

Ao falar de ensino particular e cooperativo, permitam-me deixar uma saudação muito especial e justa ao Dr. Sapinho, histórico Deputado da Constituinte e um dos grandes impulsionadores da comparticipação financeira que recebem as escolas particulares ou cooperativas, que em algumas partes do território substituem o ensino público,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… os chamados contratos de associação, cujo valor foi recentemente majorado por este Governo.

Faço-o com particular orgulho, pois tive o privilégio de ser estudante no Externato Cooperativo, por ele fundado. Foi ali que aprendi, na primeira pessoa, a valorizar o papel, por vezes insubstituível, do ensino particular e cooperativo, um setor que, à semelhança do ensino público, não se move por rivalidades políticas, mas sim por um compromisso firme: o de oferecer uma educação de máxima qualidade aos nossos jovens.

É precisamente por defendermos essa qualidade e a equidade em todo o sistema educativo que o Grupo Parlamentar do PSD olha para este projeto de lei do CDS com algumas reservas.

Compreendemos a intenção dos proponentes. Todos partilhamos da enorme preocupação com a escassez de professores, mas governar e legislar exige responsabilidade, consistência e visão de futuro.

A proposta que hoje discutimos pretende flexibilizar os requisitos de contratação de licenciados, mestres ou doutorados, com apenas 30 ECTS (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos) na área da disciplina a lecionar.

Vamos falar com total clareza, para que todos os pais e alunos compreendam o que está aqui em causa. Este projeto é pouco exigente com a formação, com quem e como a controla. Ao aprovar esta lei, o Estado demite-se da sua função e deixa a formação e a avaliação dos professores à total responsabilidade e critério de cada direção pedagógica privada.

Dominar uma área do saber é importante, mas não basta. É absolutamente fundamental saber ensinar.

Mas há mais: o projeto propõe este limiar de 30 ECTS, sem apresentar qualquer fundamentação técnica, pedagógica ou científica que demonstre ser este o volume suficiente para assegurar o domínio de uma matéria. Transfere para as direções pedagógicas a responsabilidade de avaliação e supervisão destes profissionais, mas não apresenta definição de critérios nacionais ou mecanismos externos de verificação. Na prática, cada escola privada adotaria critérios distintos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Isso mesmo!

A Sr.ª **Liliana Sousa** (PSD): — Antecipam-se, assim, dois grandes problemas: primeiro, criam-se divisões e desigualdades injustas entre os professores; segundo, destrói-se a igualdade que deveria existir entre o ensino público e o ensino privado.

Sr.as e Srs. Deputados, o caminho para combater a falta de professores não passa por desregulamentar ou desvalorizar as qualificações. O caminho faz-se com investimento sério na profissionalização, e a prova disso, com factos, foi dada esta semana pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que acabou de contratualizar mais de 1000 vagas — 1036 vagas, para ser exata — para que professores com habilitação própria realizem a sua profissionalização em serviço, num investimento, totalmente suportado pelo Estado, de 5,5 milhões de euros.

Este Governo cumpre os seus compromissos, integrando os docentes através de formação pedagógica, estruturada com universidades de referência nacional e descentralizadas.

Termino com uma pergunta central, que deve guiar esta discussão: como podemos nós, enquanto legisladores, resolver o problema premente da falta de professores, sem pôr em causa o padrão de exigência e qualidade? A resposta definitivamente não passa por criar exceções que desvalorizam a profissão.

Reforço: ao PSD não falta vontade, portanto, existe sempre um caminho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Porfírio Silva, do PS.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente: As propostas que o Partido Socialista apresenta neste debate abrangem a escola pública, mas também o ensino particular e cooperativo, porque não queremos levantar um muro entre os docentes do particular e cooperativo e os docentes do público, como, aliás, faz a proposta do CDS.

Não concordamos que se queira resolver o problema da falta de professores, transferindo para as famílias o custo de avaliar o desempenho docente, como, por exemplo, faz a proposta da IL. Não queremos processos de indução meramente virtuais. Não queremos processos de profissionalização que amarrem o docente a um único estabelecimento de ensino, nem queremos aumentar a precariedade dos docentes no ensino particular e cooperativo.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Isso seria «pior a emenda que o soneto».

As propostas do Partido Socialista são para apoiar o exercício docente, aprofundar as práticas de indução profissional, desenvolver o trabalho docente em equipas pedagógicas, promover processos de mentoria, supervisão pedagógica, aprendizagem entre pares, dando meios às escolas e condições aos docentes, chamados a essas funções, envolvendo os centros de formação,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Para a intervenção de encerramento, a Iniciativa Liberal cede os seus 56 segundos ao CDS-PP.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, ainda com 2 minutos que acrescem ao tempo de que dispõe. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Para que fique claro, a intenção do CDS é mesmo resolver um problema e, percebendo que há objeções à forma como está desenhada a solução, nós requeremos já a baixa à Comissão sem votação, para que se possa fazer este debate.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas sem prescindir relativamente àquilo que é o debate sobre liberdade de educação, porque ouvimos aqui muito, neste debate, os fantasmas que se opõem a essa liberdade de educação e que, sinceramente, achei que já não tinham espaço, hoje em dia. Ouvimos coisas como: «grande parte do ensino particular e cooperativo vive à conta do Estado». Não, Srs. Deputados, o Estado é que vive à conta do ensino particular e cooperativo, porque quando não tinha oferta, valeu-se desse ensino particular e cooperativo para dar a solução às famílias que não tinham uma alternativa de educação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

Protestos do PS, do L e do PCP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E sabem o que é que fez muitas vezes? Depois de anos e anos em que estas instituições asseguraram o ensino público, foram fazer concorrência desleal ao lado, abrindo escolas do Estado para fazer concorrência ao ensino público que já lá existia,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Isto não tem nada a ver com o seu projeto! Só conversa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … dado por instituições de ensino particular e cooperativo. Porquê? Por complexo ideológico.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, Srs. Deputados, não há ensino público e ensino privado, ensino do Estado ou ensino particular. O ensino público é todo aquele que é dado…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Complexo ideológico?!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado Porfírio Silva, quando falei de complexo, era mesmo de si que estava a pensar, portanto, é normal que acuse o toque, é normal, é absolutamente normal.

Aplausos e risos do PSD.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É o CDS que tem!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, esteja à vontade, venha de lá o complexo.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não temos complexo nenhum!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esteja à vontade…

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Sr. Deputado… O Sr. Deputado tem condições para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, reparará que não me queixei. Estava a dar, do meu tempo,…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não é preciso queixar-se, queixei-me eu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … para os complexos do Sr. Deputado Porfírio Silva terem espaço e tempo. A questão é quando ouvimos, aqui, também dizer: o Estado demite-se e deixa de ter critério. Não, o Estado estabelece um critério e isto permite que haja diferença. É exatamente isto que se quer — chama-se autonomia. Que haja diferença entre o público e o particular e o cooperativo, que haja diferença entre os vários estabelecimentos do ensino público, que haja diferenças entre os do particular e cooperativo. Que medo é esse da diferença? Que medo é esse?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Nem leu o projeto! Só tretas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E depois diz-se: coitadas das famílias que agora vão ter de avaliar. Deixem as famílias avaliar!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É isso mesmo que nós queremos, é que os pais possam olhar para a escola e possam dizer: gosto deste projeto educativo, não gosto daquele, quero os meus filhos neste projeto educativo, não quero naquele.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores nivelam por baixo, porque os senhores dizem assim: isto é muito mau as escolas do particular e do cooperativo poderem contratar os professores. Sabem porquê? Porque os senhores obrigam,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Leu o seu projeto?! Leu?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … nas escolas do Estado, a que os pais tenham de ter os seus filhos lá, seja mau ou seja bom, e nem sequer podem ter opinião. São obrigados a ter na escola a que os senhores obrigam à frequência. Portanto, é mesmo para distinguir,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Blá, blá, blá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … é mesmo para ter alternativa, é mesmo para haver concorrência e é mesmo para as famílias poderem escolher.

Aplausos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao ponto 9 da ordem do dia, o Orçamento da Assembleia da República para 2027, que está agendado sem tempos. Por isso, passamos ao ponto 10, que são as votações regimentais. Peço aos serviços que seja aberta a verificação do quórum e aos Srs. Deputados que se registem.

Pausa.

Verifico que vários Srs. Deputados ainda não estão registados, mas estão presentes.

Pausa.

O Sr. Deputado Diogo Pacheco Amorim também já está registado, assim como a Sr.ª Deputada Rita Matias.

Mais algum dos Srs. Deputados presentes, que eu não tenha referido, não está registado? Sr. Deputado Emílio Guerreiro. Muito bem, está registado.

Informo que estão a assistir aos trabalhos, por via eletrónica, os Srs. Deputados Cristóvão Norte, Gonçalo Valente, Isabel Fernandes, Manuela Carvalho e Teresa Morais, do PSD; os Srs. Deputados Emanuel Câmara e José Carlos Barbosa, do PS, e os Srs. Deputados Jorge Pinto e Rui Tavares, do Livre. O Sr. Deputado Hugo Soares está presente, também, bem como o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

Podemos, então, encerrar o quórum e dar início às votações.

Srs. Deputados, temos três votos de pesar. Peço a vossa concentração, por favor, e silêncio.

O primeiro é o Projeto de Voto n.º 746/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento do Professor Doutor Walter Friedrich Alfred Osswald, que vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Voto n.º 747/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento da Embaixadora Ana Maria Ribeiro da Silva.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Temos agora o Projeto de Voto n.º 743/XVII/1.ª (PAR) — De pesar pela morte de Jorge Palma.

Estão presentes, na galeria, familiares e amigos de Jorge Palma, a quem a Mesa endossa as suas condolências. Para ler o voto, tem a palavra a Sr.ª Secretária Germana Rocha. Faça favor.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

«Faleceu a 21 de setembro, aos 76 anos, Jorge Palma. Nascido em Lisboa, em junho de 1950, conheceu a música ainda em criança, e não mais se libertou da sua força. Pianista, guitarrista, letrista e cantor, trazia no íntimo uma invulgar capacidade de verter a vida em versos e notas.

Percorreu, a par dos estudos, a estrada sinuosa da música. Descobriu as inovações do *rock'n'roll* e a força vernácula da música *folk*. Aprendeu com Ary dos Santos a escrever e a pensar. Em 1973, exilou-se na Dinamarca, em desafio ao serviço militar obrigatório: "com licença, meus amigos, mas para a guerra não vou".

Pertenceu à geração a quem Abril reabriu as portas do País. Regressou no verão de 1974 e fez-se orquestrador e instrumentista. Percorreu os bastidores da música, produzindo letras e arranjos, harmonias e colaborações, e cruzando o seu talento com o de vários nomes ilustres do panorama nacional. A estrada levou-o, depois, a um invulgar périplo europeu. Sentado no metropolitano de Paris, sustentava-se através da guitarra e da voz.

De novo em Portugal, foi só na década de 1980 que o seu nome alcançou maior reconhecimento público. Lançou, entre 1979 e 1991, sete álbuns em nome próprio, onde se incluem alguns dos seus maiores êxitos. Dedicou-se, na década seguinte, a projetos coletivos de grande qualidade, entre os quais o grupo *Rio Grande*. Após a viragem do milénio, lançou vários outros discos, incluindo *Voo Noturno*, o mais vendido da carreira. Galardoado em 2020 com a Ordem do Infante D. Henrique, viveu uma vida larga e generosa. Partilhou talento, deixou obra, amou e desamou. Irreverente, inconformista, conhecedor da vida nas suas rodas altas e baixas, ensinou-nos muito sobre nós mesmos.»

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta pesar pela morte de Jorge Palma. A seus familiares e amigos, colegas e aprendizes, admiradores e devotos, endereça sentidas condolências. O legado que nos deixa, «enquanto houver estrada para andar», continuará a inspirar gerações.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos votar o Projeto de Voto que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, o Governo pediu para informar que se associa aos três votos de pesar e, pelos três, guardemos 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos agora votar o Projeto de Voto n.º 758/XVII/1.ª (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De congratulação pelos 50 anos de adesão de Portugal ao Conselho da Europa.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Deliberação n.º 37/XVII/2.ª (PAR) — Composição da Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliação da intervenção de Luís Neves enquanto diretor da Polícia Judiciária durante todos os seus mandatos (2018-2026) e eventual responsabilidade de membros do Governo que o nomearam e tutelaram.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 1311/XVII/2.ª (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 143/2026, de 16 de julho – "Aprova a orgânica do INEM — Autoridade Nacional de Emergência Médica, I.P."

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH e do PS.

Vamos votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 103/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, e legislação conexa.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Burburinho na Sala.

Ó Srs. Deputados, estamos a votar. Srs. Deputados, se quiserem apresentar declarações de voto, pedem a palavra e eu dou a palavra para esse efeito. Se não quiserem, agradeço que não se manifestem, a não ser para expressar o sentido de voto.

Seguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 760/XVII/2.ª (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e as abstenções do PAN e do JPP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 764/XVII/2.ª (IL) — Pela verdadeira revogação dos regimes de congelamento de rendas - A ação social é do Estado, não do privado.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, o voto a favor da IL e as abstenções do CH e do CDS-PP.

Continuamos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 767/XVII/2.ª (BE) — Garante rendas acessíveis para promover o direito à habitação (Altera a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 769/XVII/2.ª (L) — Promove a estabilidade dos contratos de arrendamento para habitação e limita as rendas nos novos contratos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 773/XVII/2.ª (PS) — Cria a garantia pública de segurança no arrendamento habitacional e promove o desenvolvimento do mercado de seguros privados no arrendamento habitacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PCP e do BE.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1253/XVII/2.ª (BE) — Recomenda ao Governo que promova uma política de arrendamento que proteja os inquilinos nos casos de informalidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1261/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da resposta pública às situações de vulnerabilidade no arrendamento habitacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1272/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de arrendamento que sirva à classe média e às famílias mais vulneráveis.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do PCP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 520/XVII/1.ª (CH) — Aumenta o valor relativo ao Complemento Especial de Pensão dos Antigos Combatentes.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do L e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 235/XVII/1.ª (PCP) — Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1259/XVII/2.ª (L) — Recomenda ao Governo o aumento do valor da pensão dos antigos combatentes e a revisão do complemento especial de pensão.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.
A Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, para anunciar uma declaração de voto sobre este projeto de resolução.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, fica registado.
Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 622/XVII/1.ª (PSD) — Reforça as regras de segurança aplicáveis à micromobilidade elétrica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP, o voto contra do L e a abstenção do PAN.

O projeto baixa à 14.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, faça favor de a fazer chegar à Mesa.

Avançamos agora para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 774/XVII/2.ª (PS) — Reforça a segurança e a proteção dos utilizadores de veículos de micromobilidade elétrica, alterando o Código da Estrada.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e as abstenções do CH e do PAN.

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação e, já agora, aproveito para avisar que na seguinte também.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registada a declaração de voto escrita nesta votação e na seguinte também.

A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real pede a palavra para o mesmo efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, para informar que entregarei uma declaração de voto relativa às duas votações anteriores.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, entrega uma declaração de voto relativa às duas votações anteriores. E à próxima também, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, fica registado.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1264/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da segurança na micromobilidade elétrica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do CH, do PCP e do CDS-PP.

O projeto baixa à 14.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1273/XVII/2.ª (PAN) — Por uma política de micromobilidade mais segura, garantindo o acesso a capacete a quem se desloca em velocípedes e em veículos de micromobilidade elétrica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Seguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 511/XVII/1.ª (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 518/XVII/1.ª (CH) — Revoga a possibilidade de cobrança de comissão de reembolso antecipado nos contratos de crédito à habitação com taxa de juro variável.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 756/XVII/2.ª (CH) — Cria um regime de proteção dos mutuários em situação de agravamento significativo da taxa de esforço no crédito à habitação própria e permanente.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 765/XVII/2.ª (IL) — Torna permanente a isenção de imposto do selo nos mútuos de crédito à habitação renegociados ou transferidos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PCP, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do BE.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 766/XVII/2.ª (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis (Altera o Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 771/XVII/2.ª (L) — Facilita a amortização e a transferência do crédito à habitação própria e permanente, eliminando a comissão na taxa variável e limitando a compensação na taxa fixa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1252/XVII/2.ª (BE) — Travão Caixa: travar os juros do crédito à habitação

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do L.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para apresentar uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, Sr.ª Deputada, faça-a chegar à Mesa e será anexada à ata.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1262/XVII/2.ª (JPP) — Reforço da liberdade de escolha dos seguros associados ao crédito à habitação.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1271/XVII/2.ª (PAN) — Pelo alargamento a todos os contratos da possibilidade de dedução de gastos com a prestação de crédito à habitação em sede de IRS.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para informar que apresentaremos uma declaração de voto sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Votamos agora o requerimento, apresentado pelo CDS-PP, a solicitar a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º 722/XVII/1.ª (CDS-PP) — Reforça a autonomia para a contratação de professores por estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, alterando o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A referida iniciativa baixa, sem votação, à 8.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 761/XVII/2.ª (PCP) — Reforço dos direitos dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos votar o requerimento, apresentado pela IL, a solicitar a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 763/XVII/2.ª (IL) — Cria um regime excecional de autonomia dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo através do recurso à contratação de docentes, através da alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A iniciativa baixa, sem votação, à 8.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 772/XVII/2.ª (L) — Garante pessoal não docente suficiente nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo financiados pelo Estado.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PCP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1245/XVII/2.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço das vagas nos Mestrados em Ensino e a agilização da profissionalização em serviço dos professores contratados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L, do PCP e do CDS-PP.

Seguimos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 1260/XVII/2.ª (L) — Valorização dos educadores de infância: financiamento público da creche e a garantia de salários dignos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1265/XVII/2.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reforce a indução profissional e o trabalho em equipas pedagógicas, no ensino público e no ensino particular e cooperativo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do PCP e do JPP e as abstenções do CH, do BE e do PAN.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para informar que iremos apresentar uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr.ª Deputada.
Vamos proceder à votação do Orçamento da Assembleia da República para 2027.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 1186/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a inclusão do Porto de Vila Nova, na Ilha Terceira, no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN, os votos a favor do CH, da IL e do JPP e a abstenção do PS.

Vamos votar um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai ser lido pela Sr.ª Secretária.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar do Deputado Rui Paulo Sousa no âmbito do inquérito 819/26.2T9AMD que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste — Juízo de Instrução Criminal da Amadora.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, eu não sou de intrigas, mas, se fosse membro de algum grupo parlamentar, apresentaria uma moção de censura ao meu líder parlamentar se voltasse a haver um agendamento igual ao de hoje na Assembleia da República.

Aplausos e risos de Deputados do CH e da IL.

Mas isso sou eu, que não sou de intrigas, os Srs. Deputados lá decidirão.
Srs. Deputados, queria agradecer a vossa colaboração no andamento dos trabalhos, que foi inestimável, pois, de outra forma, não teríamos chegado ao fim.
Quero anunciar que voltaremos a reunir na próxima 4.ª feita, dia 7 de outubro, às 15 horas, com uma ordem do dia não tão extensa como a de hoje e que se encontra disponível nos canais institucionais da Assembleia da República.

Finalmente, desejo ao PCP umas boas Jornadas Parlamentares.
Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 6 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pela Deputada do PS Júlia Rodrigues, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pela Deputada do PAN Inês de Sousa Real não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.